

EDUARDO STEINDORF SARAIVA

PATERNIDADE E MASCULINIDADE: TRADIÇÃO, HERANÇA E
REINVENÇÃO.

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre.

Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade
de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Nadja Hermann Prestes.

020170

Porto Alegre
1998

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO DA UFRGS, Porto Alegre, BR-RS

S243p Saraiva, Eduardo Steindorf
Paternidade e masculinidade : tradição, herança e reinvenção /
Eduardo Steindorf Saraiva. – Porto Alegre : UFRGS, 1998.
135 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação.

1.Educação. 2.Psicanálise. 3.Paternidade. 4.Gênero. 5.Masculi-
nidade. 6.Relção pais-filhos. 7.Sociologia – Representação social.
8.Patriarcado – Brasil. I.Título.

CDU 159.964.28

Heranças de suavidades...

Dedico estas palavras àqueles que considero os homens que me possibilitaram transitar de diferentes modos pelo território masculino.

Em primeiro lugar ao meu pai, pai soldado que abriu mão da farda e investiu em outra batalha, outra guerra. Não um soldado que foi ao *front* matar ou morrer numa disputa pautada pela posse/apropriação da terra colonizada, mas que atravessou oceano, que veio para uma batalha sem armas de fogo, tendo como única arma a coragem, seu espírito de luta pela vida, a paixão pelo que poderia vir, numa aposta existencial no devir. Se arriscou, se armou com expectativas, sonhos, vontades, crenças, incertezas e medos, mas foi à luta, na guerra pela auto-conquista.

Dedico também aos meus avôs (*in memoriam*), homens que sempre foram lembrados e falados pelas suas características de simplicidade e sensibilidade. Seus legados falam da força da coragem por aprender, desafiar e criar.

Meu avô paterno, Eduardo Saraiva, auto-didata que, na sensibilidade da escuta foi aprendendo a tocar, tocar a si e aos outros com a sua música. Escutou, soprou, musicou. Sem dúvida, um artista da vida, que reuniu sentidos e expressões do viver, na arte. A arte da escuta, a arte do sopro. Sopro da vida e arte do encantamento.

E meu avô materno, Waldemar Steindorff. O avô falado, percebido e sentido enquanto um mestre na arte da paciência, do desprendimento, do filosofar como exercício ao pensamento e como modo de vida. Com uma atitude diante da vida, sustentada na força da leveza, na suavidade do poder de pai e de homem. Suave, mas permanente, insistente.

Agradeço profundamente por poder ter estas marcas-heranças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Antonio e Ione, pelo presente da vida; pelo carinho, compreensão, dedicação, respeito e amor. Pelas heranças e, principalmente, pelo que eles tem ensinado, através da experiência cotidiana, ao se abrirem ao diferente, ao se permitirem acolher um outro diálogo com as suas próprias tradições.

Aos meus irmãos, Antonio e Fatima, pelo carinho, respeito e dedicação. Pela presença, pelos abraços e desabafos, pelos puxões de orelha, pela confiança, por existirem.

À minha orientadora Nadja Hermann Prestes pela acolhida carinhosa, respeitosa, pela escuta sempre muito afetiva sem deixar de ser criteriosa. Pelo colo, por ajudar a “nascer” a “criança”, por insistir na valorização do meu trabalho. Pelas lições de vida, por esse **encontro**.

Aos amigos do PPGEDU que, “naquele ônibus em direção à Caxambú...ANPED...” me conquistaram.

Ao Felipe G. pela revisão do texto, pelas palavras acalentadoras de valorização ao meu trabalho.

Ao Rafael Peruzzo, pelo exaustivo trabalho de revisão do texto.

Aos pais entrevistados, que cederam na forma de palavras, um pouco dos seus afetos, inquietações, dúvidas, mas principalmente suas crenças nas mudanças e nas diferenças.

Ao Edson de Sousa, pela sua escuta e pelo que ela permite de passagens, de trânsitos, de “inconscientização”.

Ao Luiz Fernando Bilibio pela parceria sempre intensa, desafiadora, utópica, anarquista, sonhadora. Pela força e pela confiança.

À Neusa Rocha pela presença carinhosa, pelo apoio, pela amizade, por estar sendo, neste nosso tempo de “mesmo teto”, uma grande parceira.

Ao Gustavo Gomboski, por ser inspirador de novos sonhos e desejos, por estar sendo companheiro em um empreendimento ousado e desafiador : viver.

Agradeço à vida e aos meus Mestres.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. SOBRE AS ORIGENS.....	17
2.1 HISTÓRIA? UMA VERSÃO.....	18
2.2 DUPUIS e a HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA CONSCIÊNCIA DA PATERNIDADE.....	23
2.3 FREUD e o MITO DO PAI PRIMEVO.....	30
3. DAS TRADIÇÕES.....	39
3.1 PATRIARCADO.....	44
3.1.1 Patriarcado Tradicional.....	46
3.1.2 Patriarcado Clássico.....	47
3.1.3 Patriarcado Moderno.....	51
4. IMPLICAÇÕES DA MODERNIDADE NAS RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIARCADO.....	59
4.1 INFLUÊNCIAS DO AMOR ROMÂNTICO.....	62
4.2 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE SOBRE A PATERNIDADE.....	70
5. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES ENTRE PATRIARCADO, RITOS DE INICIAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOS HOMENS.....	76
5.1 O SURGIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA.....	77
5.2 DIFERENTES ESTRATÉGIAS HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MASCULINA.....	83
5.2.1 Instituições formadoras: pedagogias da virilidade.....	85
5.2.1.1 Ritos de iniciação.....	85
5.2.1.2 A pedagogia homossexual.....	88
5.3 EDUCAÇÃO E PATERNIDADE.....	91
6. PATRIARCADO E CULTURA BRASILEIRA: O CASO BRASILEIRO.....	100
6.1 O DISCURSO HIGIENISTA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NOS SIGNIFICADOS DA MASCULINIDADE E DA PATERNIDADE.....	105
7. AS MASCULINIDADES E AS PATERNIDADES DIANTE DAS QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.....	116
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

RESUMO

As transformações contemporâneas vêm produzindo diferentes compreensões sobre a vida, o ser, as práticas sociais, as relações entre os gêneros e os laços familiares. Mudam as compreensões, mas não se perde as heranças. Portanto, o sujeito contemporâneo é instigado a um diálogo permanente que o confronta com as heranças, a tradição e a reinvenção.

Vem sendo cada vez mais sentida e percebida uma modificação nos legados masculinos, referências de identificação e reconhecimento do que servia, até então, para afirmações do tipo “macho que é macho...”, num propósito de afirmação e reconhecimento daquilo que tornava um homem “verdadeiramente homem”.

A escalada da transformação do lugar das mulheres na sociedade vem, paulatinamente, afetando e desestabilizando o lugar e a posição dos homens, até então, senhores inabaláveis.

O que está se tornando cada vez mais evidente é o fato de que, pela via da interrogação das mulheres sobre a construção social do gênero feminino naquilo que ele carrega de diferença moralmente valorizada em relação ao masculino, principalmente dentro de uma relação hierarquicamente construída, o gênero masculino também paga um preço. Ou seja, o gênero masculino, por se construir dentro de um contexto histórico, social e cultural, também traz as marcas de uma construção que se fez às custas de desvalorizações, valores assimétricos, poderes sustentados em diferentes versões que chegavam ao mesmo fim: justificar e legitimar a superioridade masculina. Superioridade do masculino não apenas em relação às mulheres, mas em relação a outros masculinos, desde que estes outros se tornassem súditos.

Este “poder” foi traduzido de diversas maneiras por diferentes contextos, sendo que numa versão em especial, ele traduziu uma significativa associação: pai e homem,

através do patriarcado, alcançaram um estatuto de poder sobre a vida e a morte. Pelo patriarcado, o homem tornado pai e, principalmente, o pai tornado rei, soberano, chefe absoluto, produziu, pela herança da tradição patriarcal, um modelo de identidade de homem e de pai que manteve, por muito tempo, sua legitimidade social e cultural como se fosse “natural”.

Nesta dissertação faço um percurso por algumas marcas históricas de tradições masculinas e patriarcais, para formar uma compreensão da masculinidade e da paternidade como profundamente históricas.

Para falar em “reinvenção”, opto por mostrar as “invenções” que as antecederam. Na verdade, não estou propondo que a paternidade e a masculinidade tenham estas única história, mas que esta é uma das maneiras de compreendê-las historicamente.

Retirar as masculinidades e as paternidades de uma compreensão essencialista e naturalista é a minha intenção. Faço isto mostrando que elas se efetivam como experiências humanas profundamente implicadas com propósitos sociais e institucionais que as legitimam e lhes dão diferentes estatutos de verdade em diferentes tempos históricos. Com este argumento quero chamar a atenção para a estreita relação que há entre as instituições sociais e a construção dos gêneros. Ou seja, que as masculinidades e as femilidades são reforçadas, nos elementos que servem para as definir, de dentro de instituições sociais como a família, a escola, etc. Portanto, a educação, nos seus propósitos formadores e/ou de transmissão, exerce um trabalho com os elementos da tradição, principalmente quando ela se encarrega de transmitir determinados legados considerados importantes ao contexto social.

Proponho, ainda, que no caminho apontado por uma “nova” paternidade, os legados de tradições patriarcais vêm se transformando. Estas transformações se fazem perceber em alguns homens que estão tentando reinterpretar seus modos de ser e viver a masculinidade, tendo no exercício da paternidade, em parte diferente das suas heranças, uma das formas de re-composição das práticas de gênero tornadas “naturais”.

Este trabalho propõe apontar para estas possíveis re-composições que se viabilizam, também, por diferentes formas do educar e do transmitir. São diferentes masculinidades para diferentes paternidades, que implicam a perspectiva de novas pedagogias entre pais e filhos.

ABSTRACT

Contemporaneous changes has been producing different comprehensions of life, being, social practices, gender relations and familiar alliances. Comprehensions change but the legacies remains. So the contemporaneous subject is set to a continuous dialogue facing legacies, tradition and re-invention.

A change on male legates has been felt and percieved more and more; identification references and acknowledgement which has been used, till then, to affirmations like "male that is male...", in a clear aim of affirmation and acknowledgement from what made a man became a "true man".

The growing transformation of women's place in society affects and frightens the men's "unshakable lords" place and position.

What becomes more and more evident is the fact that, through women's interrogation of social construction of female gender thereat it has of ethicly appreciated differences in respect to male - essentially into a relationship hierarquically formed -, the male gender also pays it's price. It means that the male gender, formed in a historical, social and cultural context, also brings the marks of a construction done by expenses of depreciation, unsymetrical worthes, and powers supported in different version which reached the same goal: justify and legitimate the male superiority. Male superiority not only over women, but over other males, whom shall be defeated and subjected.

This "power" was translated in several manners for several contexts, but in a special version, it became a significative association: father and man, through the patriarchate, reached a power's ordinance over the life and death. By patriarchate, as father, man became king, sovereign, overlord, produced by the legacy of patriarchal tradition, an identity pattern of man and father which sustained, for a long time, his social and cultural legitimacy as "natural".

In this dissertation I take a walk through some historical marks of male and patriarchal tradition to draw a comprehension of masculinity and paternity as deeply historical.

To talk about "re-invention", I choosed to show their precedent "inventions". Indeed, I'm not proposing that paternity and masculinity have this unique history, but that it is one of the several ways available to historically understand them.

My purpose is to remove masculinties and paternities from an essencilist and naturalist comprehension. I make it by showing that they became effective as human experiences deeply involved with social and institucional design that legitimates and gives them different ordinances of truth in different historical times. With this argument I want to call the attention to the very close relation which takes place among social institution and gender construction. It means that masculinities and feminilities are reinforced, in the elements that serves to define them, from social institutions like family, school, etc. Therefore, the education in it's formation and/or transmition purposes, works over the tradition elementes, particularly when it transmits some legacies, considered important by the social context.

I still propose that in the way indicated by a "new" paternity, the legacies of patriachal tradition has been transformed. That transformation can be percieved in some men who have been trying to replay their way of beeing and living the masculinity, having in the exercise of paternity, parcially different of his legacies, one of that re-composition forms of gender practices that became "natural".

This work proposes to indicate these possible re-compositions which make themselves possible also through different forms of educate and transmit. These are different masculinities for different paternities which involves a perspective of news pedagogies between fathers and sons.

1. INTRODUÇÃO

Propus, neste trabalho, uma travessia e um percurso modesto por algumas trilhas históricas, culturais, sociais e, sendo assim, com força de construção de subjetividades que me possibilitassem alguns entendimentos sobre masculinidade e paternidade.

Este percurso tem, nas suas origens “conscientes”, as marcas de uma curiosidade investigativa que começou a dar os primeiros passos num grupo de pesquisas sobre as relações de gênero¹. Ali foi se desenhando em mim uma paisagem que nunca se fechava, ao contrário, insistia em se abrir. Abrir dúvidas, indagações, e neste abrir-se deixava passar uma inquietude que tinha no sexual tornado gênero, uma relevância interrogativa que até hoje se faz presente. Neste contexto, comecei a me interrogar sobre o lugar do masculino nas investigações sobre os gêneros.

O termo Gênero, enquanto conceito, passou a ser utilizado por vários(a)s estudioso(a)s feministas na década de 80², buscando acentuar e problematizar algumas diferenças tornadas “naturais” ao longo da história, dentre elas a categoria “sexo”. Então, uma das primeiras afirmações deste novo campo de estudos foi a de que gênero e sexo não significavam a mesma coisa:

...enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino³.

Afora as questões próprias à história do surgimento dos estudos de gênero e a relação direta destes com as mulheres⁴, passei a supor que algo da própria história da masculinidade também estivesse produzindo aí seus efeitos. Isto porque o próprio campo dos estudos de gênero me remetia à busca de uma compreensão acerca dos processos de formação e construção (no caso) da masculinidade.

¹ Neste grupo eu era bolsista de iniciação científica e a coordenação da pesquisa ficava a cargo da Prof. Dr. Nara Bernardes da PUCRS.

² LOURO, 1996, p.8.

³ LOURO, op.cit., p.9.

⁴ O campo dos estudos de gênero fora, por vezes, praticamente sinônimo de “estudos de mulheres” ou sobre mulheres.

As mulheres começaram a mostrar os processos de construção histórica do feminino, bem como as implicações destas construções com significados que passaram a justificar a divisão e a hierarquização de papéis sociais. Diferenças tornadas essenciais por conta de “naturezas” que, da mesma forma, passaram a servir enquanto justificativas para opressão e abuso de força e poder, estabelecendo códigos de dominação e submissão que vinham tendo, num modelo hegemônico de masculinidade, o pólo de concentração de uma forma de poder social com força de domínio do homem sobre a mulher.

Com estas problematizações torna-se inevitável reconhecer o caráter profundamente histórico, social e cultural que veio definindo as diferenças sexuais e a construção dos gêneros.

Decidi privilegiar e colocar o gênero masculino como questão de pesquisa. Acredito que não seja simplesmente por um acaso ou curiosidade. O fato de eu ser e estar na condição masculina certamente me provocou e provoca profundas indagações. Além disso, reconheço a emergência do tema em amplo aspecto, seja na mídia, pelas discussões acerca da crise masculina, no cinema, nas telenovelas, nas escolas, famílias, etc.

Esta “emergência” do tema e da questão masculina se verifica, por exemplo, até mesmo em pautas de conferências sobre população e desenvolvimento, como a realizada no Cairo em 1994⁵, onde ganham força argumentos do tipo:

...indicadores de saúde das mulheres só se modificariam efetivamente na medida em que a população masculina, jovem e adulta, também mostrasse movimentos de mudanças em seus padrões de comportamento, por exemplo, em relação à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids, e em relação ao uso de contraceptivos, incluindo o preservativo⁶

Esta é apenas uma dentre as várias questões que se abrem quando se põe a masculinidade em questão. Toda a discussão que é puxada sobre comportamento sexual masculino, por exemplo, tem implicações diretas com a construção do gênero,

⁵ ARILHA et al., 1998.

⁶ ARILHA, op.cit., p.16.

no sentido de que estas construções implicam os corpos, corpos sexuados. O que se espera e o que se institui como potência masculina, virilidade, desempenho, traduzem um pouco destas construções.

Ao dar os primeiros passos na investigação do tema “masculinidade”, em busca de questões um pouco mais específicas e delimitadoras, me deparei com a pouquíssima bibliografia em língua portuguesa sobre o mesmo, problema que serve como mais um indicador acerca deste lugar, praticamente inabalável e auto-sustentado, da condição masculina. Seria a falta do que investigar a causa desta “falta” de investigação? Não acredito nesta hipótese, mas creio numa explicação de ordem cultural e histórica para a existência desta “falta” que, bem mais do que remeter ao vazio, remete a um barulho quase ensurdecador e paralisante. Talvez a questão passe justamente pelo excesso: os homens e as masculinidades⁷ tem tanto do que falar, que quase não os podemos escutar, nem eles próprios.

Calar, endurecer, enrijecer, foram se tornando, por força das construções históricas, elementos praticamente definidores de um certo modelo de homem.

A paternidade surgiu para mim como um campo de investigação que poderia falar tanto da educação, quanto remeter para a própria história das formações e construções das masculinidades⁸. Paternidade que vai falar desde o lugar do sujeito-homem-tornado-pai, até aquele que se “propõe” iniciar o outro-tornado-filho em homem.

Em países como os Estados Unidos e Canadá⁹ já existem, com tempo significativo de vida, grupos de estudo sobre homens. Grupos que nem sempre estão inseridos no contexto acadêmico, mas que passaram a suscitar questões relevantes e pertinentes. Dentre estas, a paternidade vem se tornando um pólo de atenção de pesquisadores e entre os próprios homens freqüentadores dos *studie's man*. Afinal, como mostra Parseval (1986), é um modo de dar escuta e também um lugar acadêmico para os fantasmas, mitos e realidades no que se refere à paternidade.

⁷ ARILHA, 1998.

⁸ Vou trabalhar de uma forma mais detida sobre o conceito de “masculinidades” em capítulo posterior. Destaco que o pesquisador CONNELL, R. W. (1995) foi um dos inspiradores deste conceito.

⁹ “Ao longo da década de 80 emerge, principalmente nos países anglo-saxões, um conjunto de estudos sobre a construção social da masculinidade - cujos pesquisadores são homens, presença que se afirma no interior dos trabalhos de gênero nessa época - e apresentam um vínculo explícito com as conquistas do movimento feminista e com o desenvolvimento das reflexões em torno do conceito de gênero”. (ARILHA, op.cit., p.18).

São os chamados “estudos sobre paternidade”, campo particular de ações e investigações, que enfatizam a participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com as crianças. Este campo vem tentando caracterizar e mostrar uma “nova paternidade” através de um “novo pai”. Foi com esta intenção e inspiração que me coloquei em campo, na busca de compreender os processos de construção e ressignificação das masculinidades e paternidades, pela perspectiva da compreensão histórica.

O que no início parecia tarefa fácil, embora ousada, foi se tornando um trabalho árduo, difícil, complexo e de múltiplas aberturas, as quais, não raro, ofuscavam as possibilidades de cortes, recortes e costuras.

Era previsto que mexer na e com figuras paternas seria um mergulho por múltiplas construções de sentidos, significados e interpretações, numa necessidade de travar diálogos com diferentes disciplinas, bem como com tradições construídas ao longo da história.

Além deste trabalho de cunho mais teórico, um tema como este provoca uma imersão nas próprias questões do mergulhador-pesquisador que se defronta com o próprio pai, com as histórias dos pais dos pais, com as suas próprias heranças. Porém, mais do que suas próprias heranças, depara-se com a concretude dos movimentos de reconstrução de significados, numa clara visualização do trabalho singular, bastante subjetivo de cada sujeito, com o processo de construção histórico e cultural.

O que este trabalho tenta mostrar é, ao mesmo tempo, a eficácia da herança cultural não apenas como definidora de padrões de comportamento, mas naquilo que ela tem de finito/ilimitado. Ou seja, efetivamente produz modos, conceitos, regras; institui, mas não encerra nisto outros possíveis engendramentos de sentido, de possibilidades de criação de diferentes identificações, de outros modos de existir.

A paternidade é uma construção histórica, social e cultural que sofre transformações de sentido e significado em diferentes contextos culturais. Isto dá a dimensão do seu caráter efetivamente construtivista, portanto passível de transformação. Não me detenho em aprofundar a história da paternidade, entretanto apresento-a com diferentes propósitos. Primeiro, com o de relativizar alguma

pretensão essencialista sobre a paternidade e, segundo, de fazer a articulação entre modelos de paternidade com diferentes propostas de masculinidade.

Vou propondo, então, uma simultaneidade de compreensões. Por que simultaneidade? Porque indico aspectos que falam da cultura masculina numa implicação estreita com a paternidade. Para falar de uma remeto-me à outra.

A antropologia do parentesco¹⁰ mostra que esta associação, praticamente natural, que se faz entre pai e homem, não tem pertinência da mesma forma para todas as culturas. Entretanto, meu foco se dirige para a cultura ocidental, de hegemonia branca, heterossexual, de marcada influência patriarcal e, também, moderna. Tradição esta que encontra, num modelo tradicional de família, um campo fértil para o estabelecimento de padrões de masculinidade, feminilidade, de ser pai, mãe, filho, etc. E que também define padrões masculinos, tanto aos próprios homens quanto à sociedade, ao propor um modo masculino de gerenciamento da mesma. Ou seja, praticamente uma epistemologia masculina.

Isto se evidencia, entre outros, nos legados das tradições cartesianas e galiléicas que, ao sintetizarem o projeto da modernidade como **razão + utilidade + domínio**, falam da organização do social, mas também expressam um modo de subjetividade masculina que constrói e é construída sob tais significantes.

Saber, força física, domínio, foram signos construídos historicamente e tornados elementos definidores de masculinidade. Eles aparecem encarnados em determinados discursos e modelos de homens-tornados-pais, na história, com propósitos de assim também tornar outros homens, inclusive os filhos.

Quando se põe em questão, hoje em dia, os modelos tradicionais de masculinidade e paternidade, se põe em questão os elementos considerados, até então, definidores da masculinidade. O problema, que se torna desconcertante, é que não se trata apenas de pôr em questão “traços definidores”¹¹, mas a **própria definição** de masculinidade, tendo em vista estar diretamente colada aos seus “traços”. É pôr em

¹⁰ PARSEVAL, 1986.

¹¹ Estou querendo propor que “traços” ou características, ou ainda, diferentes qualidades de um ser humano, numa leitura cultural e generificada, se tornam aspectos definidores daquele gênero. Por exemplo, virilidade passou a ser não apenas uma característica de masculinidade, mas algo que diz como um homem deve ser por ter virilidade. Praticamente são sinônimos, masculinidade = virilidade, como se fosse uma proposta de identidade a partir de algumas características que até fazem parte do masculino, mas que não bastariam para defini-lo.

questão a própria história, as referências, o próprio lugar¹². Também é apontar para o modo como os homens são sexuais em nossa cultura e sobre as tensões envolvidas no processo de reconfiguração das masculinidades¹³.

Isso se torna possível hoje em dia principalmente pelo fato dos homens começarem a se deparar com o preço que pagaram para poder sustentar tais convenções. Mas, também, por não conseguirem dar respostas às mudanças provocadas pelas mulheres, que produziram interrogações sobre este poder do macho, tornado absoluto:

*(...) o interesse pela masculinidade como objeto de estudo tem origem particularmente na década de 60, mais precisamente a partir da instituição do movimento feminista, que promoveu um exame crítico e tomada de posição diante das dissimetrias sociais baseadas na diferenciação sexual (...)*¹⁴.

As mulheres, através de um movimento cultural e político, desbancaram o macho, e daí emergiu a questão: mas se era tão absoluto assim, como pôde ser desbancado? O que dava sustento a esse lugar? E ainda, o que pôr neste lugar para assegurar o mínimo do que tinha?

*A guerra dos sexos acabou.
As mulheres não ganharam e os homens se perderam.
Os anos 90 decretam: macho é espécie em extinção.
Ok, mas quem entra no lugar? É aí que a coisa pega.
Não há mais modelos.
Da década de 70 para cá, embaladas pelo movimento feminista, elas amealharam direitos, conquistas e espaços. E eles?
Começam a ver desaparecer o trono que ocupavam no centro da sala, da empresa, do mundo (...)*¹⁵.

Fenômenos contemporâneos marcam a ascensão das mulheres nos espaços públicos, no mundo do trabalho, dividindo praticamente as mesmas tarefas, ou seja,

¹² Lugar entendido aqui conforme o conceito de CHENEY(1989): "A função epistemológica de um 'lugar' é a da construção do entendimento de nós mesmos, da comunidade e do mundo"(p.117).

¹³ CONNELL, 1995.

¹⁴ ARILHA, 1998, p.17.

¹⁵ Texto de Sérgio Dávila. Revista da Folha, 1995.

mostrando que não há uma razão, que não seja a histórica, para a divisão sexual em termos hierárquicos, morais e de valor. No âmbito do chamado mundo privado - reduto tornado "especialidade" feminina - a família, por exemplo, vem se tornando um espaço onde se vislumbram flexibilidades e pluralidades¹⁶, onde pais e mães não estão tão rigidamente atados a papéis e definições.

O movimento cultural das mulheres, incluindo o feminismo, foi tornando pública questões privadas como o prazer, orgasmo, cuidado do corpo, questões da conjugalidade¹⁷, etc. Estes fenômenos vão servindo como pressão, interrogando os homens e seus valores, suas tradições.

Aquilo que até bem pouco tempo servia para os definir, principalmente por oposição ao que era do feminino, como por exemplo "trabalho de homem", já não serve mais, ou pelo menos, relativizou-se. O lugar de "Chefe de família", construído na sociedade moderna¹⁸, principalmente por relação do homem ao ser trabalhador-provedor econômico, responsável por fazer entrar dinheiro para dentro de casa, também se relativiza com o ingresso cada vez mais significativo das mulheres no mercado de trabalho.

As condições que serviam para legitimar a superioridade masculina, dando a ela sua dimensão de autoridade e supremacia no social, inclusive familiar, vêm sofrendo uma série de abalos, nem sempre acompanhados de ressignificações por parte dos próprios homens e da sociedade como um todo.

A problematização pela qual vêm passando os modelos de pai e de homem na atual sociedade tem, no redimensionamento das questões do público e do privado, um locus de particular ressignificação. Ressignificação política dos lugares considerados, até então, de "homens" e de "mulheres", de pais e de mães. Lugares garantidos pelas definições tradicionais dos gêneros, mas que também serviam como garantias a essas mesmas definições, como numa retroalimentação.

A clássica relação feminino-doméstico-privado e masculino-trabalho-público reforçada, entre outros, pelos cânones do contrato social é posta em questão por estes

¹⁶ VAITSMAN, 1994.

¹⁷ Cabe ressaltar que quando falo em mulheres colocando em cena, não diminuo a força de aliados, como é o caso dos saberes sobre o íntimo, que também passaram a produzir seus espaços sociais, seu reconhecimento.

¹⁸ Esta designação sofreu alterações ao longo de diferentes tempos históricos, será mais explorado no transcorrer da dissertação.

redimensionamentos. O binômio público/privado, encarnado nas diferenças políticas e de posição social dos gêneros, atravessa a constituição dos discursos sobre a maternidade e a paternidade. As funções e os papéis familiares vão se construindo e se reforçando de dentro das definições políticas para os gêneros. Com este argumento estou propondo que a imbricação público X privado com seus desdobramentos para o campo da intimidade X exterioridade na modernidade, ajudaram a construir modelos de maternidade e paternidade que estariam, na contemporaneidade, sofrendo ressignificações.

Estas são algumas das questões que fazem parte da chamada “crise da masculinidade”, que na verdade vai falar de uma grande crise que atinge não apenas as masculinidades, mas a transmissão da tradição, das referências, crise dos universais, dos paradigmas. A crise da masculinidade faz parte de uma grande crise dos paradigmas vividos na sociedade contemporânea.

A construção do legado paterno enquanto referência de autoridade vem sofrendo abalos, pois nem a condição de homem traduz autoridade por si só, nem a de pai. Aquele lugar simbólico que praticamente fundia pai, homem e autoridade, já não se sustenta da mesma forma e nem com a mesma força.

Entendo que só é possível falar em “crise da masculinidade” levando em consideração a historicidade.

Este é um dos motivos pelos quais insisto em dialogar com diferentes perspectivas, de modo que a compreensão sobre as relações entre masculinidade e paternidade seja possível a partir da própria historicidade.

Esta dissertação vai tecendo, juntando, articulando diferentes possibilidades de sentido tanto para o masculino quanto para a paternidade, e estes vão servindo de fios condutores. Isso pressupõe um diálogo com tradições diversas e tem como objetivo colocar tanto a masculinidade quanto a paternidade enquanto construções sociais, discursivas e históricas, chegando ao momento atual com alguns elementos para poder argumentar sobre o que vem se passando no território das masculinidades.

Sendo assim, entendo e apresento neste trabalho, fazendo coro com Gadamer (1993), o passado enquanto um tempo que fornece bases de compreensão do presente. Saliento: bases de compreensão, e não pura determinação.

Por não ser simplesmente eliminado, o passado é entendido como um fluxo que atravessa e faz parte de todos os seres sociais e históricos. E é com este sentido que incluo, como instrumento fundamental para análise e compreensão das construções e reconstruções dos territórios masculinos, a tradição, naquilo que ela tem de **efetividade histórica**¹⁹, enquanto uma das forças do meio social em que (...) *estamos necessariamente inseridos e pelo qual existimos*²⁰.

Na busca dos significados que os homens, hoje em dia, estão criando, tanto para a sua própria masculinidade, quanto para a formação de “outros” homens (no caso, filhos) entra em questão, como um trabalho a ser realizado pelas subjetividades, aquilo que Gadamer (1993) chamou de “fusão de horizontes”. É o encontro entre a herança da tradição e o horizonte do intérprete. Esta fusão se verifica no trabalho de compreensão, pois:

*...o nosso horizonte está em constante processo de formação, pondo à prova os nossos preconceitos no encontro com o passado e tentando compreender partes da nossa tradição. Por conseguinte, é inadequado conceber um horizonte isolado do presente, visto que ele foi já formado através do contacto com o passado*²¹

Esta fusão de sentido é inconcebível sem a intervenção da linguagem, denominada por Gadamer de linguisticidade, articulação do passado com o presente. É por isso que a “fusão dos horizontes” também pode ser compreendida enquanto a realização de uma “conversação”²², pois o que é expresso não é só meu, mas comum. E é isto o que permite que o horizonte sempre esteja aberto às mudanças.

É, pois, como intérprete da tradição que me coloco nesta pesquisa, além de tomar os entrevistados enquanto intérpretes da tradição e dos legados da herança patriarcal.

¹⁹ “Ser histórico quiere decir no agotarse nunca en el saberse”. GADAMER, 1993, p.372. Para o autor a verdadeira experiência é a experiência histórica. Este conceito também é conhecido por história efectual e “representa a possibilidade positiva e produtiva da compreensão. Neste contexto, o intérprete encontra-se na sua própria ‘situação’, a partir da qual tem de compreender a tradição, através dos preconceitos que dela faz provir” (BLEICHER, 1980, p.158).

²⁰ GRÜN, 1994, p.93.

²¹ BLEICHER, 1980, p.159.

²² Ibidem.

Neste sentido, vou trabalhar com um conceito de subjetividade para o qual ela se torna, ao mesmo tempo, expressão de singularidade e efeito de construção social. É constituída e constituinte desta imensa engrenagem, desta maquinaria do social. Se produz no agenciamento, na fusão do sujeito com a linguagem, produzindo, com isso, um lugar.

Como toda pesquisa se inscreve a partir de um olhar, portanto de um recorte interpretativo, corro o risco da simplificação que, até certo ponto, principalmente por se tratar de um diálogo com a história e a cultura, se torna inevitável.

Entretanto, acredito que as problemáticas da masculinidade e da paternidade atuais se apresentam como um rico campo de investigação teórica, sobretudo para os atores desta, e também um território de múltiplas possibilidades existenciais de recomposição, ressignificação, resgate e tradução das tradições:

*E é exatamente como portador de uma outra voz, outra língua, outro nome, que o filho traduzirá as palavras do pai (...) Ele age radicalmente, com fervor, num movimento que visa a mobilizar os paradigmas estanques, a cultura estabelecida, o saber cristalizado. Ao traduzir, ele relê, recria, aponta os buracos falhos dos textos dos antigos*²³

Apresento algumas narrativas “de origem” da paternidade, o mito contando a história dos começos, “o *mythos* é a narrativa desses começos”²⁵. Este percurso tem o propósito de apresentar o pai e a paternidade desde a perspectiva da sua fundação e consolidação²⁶, no sentido em que a lei do pai passou a reger em larga escala o domínio social, político e espiritual.

Levanto aspectos que vão dando uma compreensão da historicidade da paternidade e dos legados de uma masculinidade que se pretendia e se fazia hegemônica, atravessando diferentes contextos históricos. Por esse motivo, utilizo o conceito de repetição.

²³ SEDLMAYER, 1997, p. 83.

²⁴ Este trecho-interpretação é parte de uma discussão da autora citada, sobre o livro *Lavoura Arcaica* de Raduan Nassar (1989). Exemplifica, por mim, o que acredito estar se afirmando no território masculino em relação aos cânones, aos legados, das tradições patriarcais.

²⁵ GARCIA-ROZA, 1987, p. 27.

²⁶ Consolidação pode ser representada pelo patriarcado, por exemplo, pois foi uma das formas de se estabelecer o poder do pai ou o regime do pai.

Investigo as condições históricas que sustentaram determinados modelos de pai e paternidade, de homem e masculinidade, para apontar, na via das ressignificações de sentido e significado, a emergência de novas compreensões, novas paternidades e masculinidades. Novas formas de expressão do masculino pela paternidade ressignificada, que podem ser compreendidas por uma nova pedagogia entre pais e filho(a)s. Pois

Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável²⁷.

Numa tentativa de mostrar o diálogo efetivo entre a tradição e os seus intérpretes, ou seja, os sujeitos e o trabalho que estes investem de interpretação da tradição, apresento na dissertação fragmentos de entrevistas dialogadas com cinco homens-pais. Busco a partir das entrevistas o olhar, a interpretação que cada um foi fazendo das “marcas”, heranças masculinas e paternas, bem como, os “arranjos” que foram construindo no exercício, agora, das suas paternidades.

Um dos critérios que utilizei para escolha destes homens, além da paternidade, foi o fato de terem ao menos um dos filhos, homem. Isto para pensar a questão da transmissão do que seja “homem” no discurso de pais que possam estar pretendendo ressignificações.

Foram os estudos da hermenêutica contemporânea, especificamente de Gadamer (1993), que me permitiram um trabalho de interpretação com as entrevistas dialogadas, como também auxiliou na construção destas.

²⁷ GARCIA, 1998, p.46.

2. SOBRE AS ORIGENS

“A”, é um sujeito masculino dos dias atuais, tem 39 anos, é pai, e diz para o entrevistador que seu pai “não nasceu para ser pai, não era pai”.

Para “E”, homem de 33 anos, também pai: “...tu nunca sabe, na verdade, o que que vai ser, o que é ser pai.”

Estas afirmações sobre o ser pai e, conseqüentemente, com efeitos de sentido sobre o tipo de paternidade exercida, remetem a uma grande e significativa interrogação: **o que é ser pai?**

Esta questão atravessa os tempos e está presente nas indagações de alguns homens e mulheres da atualidade que tentam vislumbrar uma “nova paternidade”. Entendo que para se falar em “novo” se faz necessário partir de uma compreensão sobre o que se teve - sobre as heranças.

Quando os homens se perguntam, hoje em dia, o que é ser pai, interrogam a história da paternidade, o seu exercício ou as possibilidades de sua reinvenção?

Será que o exercício da paternidade sempre se deu da mesma forma ao longo da história?

O que os homens-pais interrogam quando perguntam o que é ser pai?

2.1 HISTÓRIA? UMA VERSÃO

Este título contém uma interrogação e uma provocação. Algo que me parece bastante pertinente para abrir o primeiro capítulo de uma dissertação, principalmente quando a proposta é trabalhar com mitos, símbolos e, em certo sentido, com instituições, como o são as figuras de homem e de pai.

A palavra Homem passou a designar um universal, que remete tanto ao masculino quanto para a generalização, uma categoria universalizante e totalizadora. Isto é, uma tradição masculina que designa e se põe como universal, o Homem.

E o que dizer de “pai”? Um nome, uma posição no contexto histórico-cultural, assumida por este mesmo homem, e de forte conotação mítica; entendendo mito enquanto uma narrativa, que tem na tradição judaico-cristã um reforço da ligação associativa que une Deus ao Pai. Deus-pai-todo poderoso, máxima religiosa que serviu para unir os filhos de uma mesma família, família cristã, e que também legitimou narrativas patriarcais nas quais o poder do soberano era o poder do pai, do todo poderoso, em toda a amplitude que esta expressão possa ter.

Como afirma Derrida (1971), o nome de Deus é o nome do nome de todos os nomes. Este Deus-pai criador não se põe enquanto criatura, é senhor. Senhor de rebanhos, **nomeia**, se sustenta pela força e pela fé daqueles tornados criaturas, crias. Foi baseado nesta acepção mítica que muitos déspotas falaram em nome de um lugar de homem, tornado pai, tornado soberano. E, de uma certa forma, isto veio se desdobrando no imaginário social e criando uma convenção na qual o “pai” estava associado com a força bruta, força de castigo e punição.

O pai de Kafka, do início deste século, representa e mostra a eficiência destas junções, como mostram suas palavras:

*Você assumia para mim o que há de enigmático em todos os tiranos, cujo direito está fundado, não no pensamento, mas na própria pessoa.*²⁸

²⁸ KAFKA, 1997.

Os mitos associados ao pai e mesmo ao homem não se reduzem aos da tradição judaico-cristã. As construções míticas e de significados históricos acerca da paternidade têm origens muito mais antigas, muito anteriores ao advento do cristianismo e do lugar no qual foi colocado o Deus-pai, ou um Pai-Deus.

Mito e história se fundem, praticamente, num mesmo corpo. Mas o que a história da paternidade mostra, pelo menos na versão que aqui apresento, é que a eficácia do mito, durante muito tempo, imperou sobre a própria história.

Este argumento que acabo de apresentar só tem pertinência do interior de uma perspectiva na qual a história se torna uma possibilidade de interpretação dos mitos. Isto é, a base de compreensão do mito se dá pela sua historicidade. Assim, partilho do entendimento construído pelo pesquisador Dupuis (1989)²⁹ acerca da mitologia, sobre o qual vai desenhando uma perspectiva de compreensão da história do surgimento da paternidade. Para ele, as mitologias seriam o reflexo das sociedades que as concebem.

A força dos mitos vem sofrendo sucessivos abalos desde as rupturas ocasionadas nos tempos modernos, principalmente pelo esforço do Iluminismo em superar, pela razão, as forças mágicas. É, portanto, a superação do mito pelo logos³⁰. Da mesma forma, isto pode ser percebido, na contemporaneidade, pela posição de uma leitura histórica que coloca a verdade, enquanto um absoluto, em questão. Esta operação de ressignificação dos mitos se deve, em parte, aos processos de relativização, dessencialização e à compreensão histórica.

Isto fica evidente diante das próprias ressignificações, por exemplo, nos discursos sobre natureza feminina e masculina, e mesmo da ordem sagrada da família. Entretanto, como afirma Dupuis³¹, são necessários muito mais do que séculos para mudanças efetivas dos costumes e da moral estabelecidos. Tanto é assim que, ao ir juntando, coletando, num trabalho bastante hermenêutico e genealógico (respeitando as limitações), elementos da história da paternidade e signos culturais que passaram a definir tanto o pai quanto a masculinidade, fui percebendo uma certa repetição, uma

²⁹ Data da publicação da primeira edição brasileira da obra de Dupuis, que tem data original de 1923.

³⁰ GADAMER, 1993, p.340.

³¹ Ibidem.

atualização de possíveis “mitos”, de signos que até hoje circulam no imaginário coletivo. É o caso, por exemplo, da figura mítica do guerreiro.

A guerra e, conseqüentemente, o guerreiro são signos que foram definindo um lugar de masculino e, em tempos remotos, também um lugar de pai. Da mesma maneira, ainda nesse século, tais signos servem como modelos de força. Eles mantêm uma composição de força associada à masculinidade na construção do soldado³². Se não fosse assim, por que o impedimento da inclusão de homossexuais, ainda hoje, em setores como o exército, aeronáutica, forças armadas...? Esta homofobia, característica de tais instituições, denuncia a presença mítica, mitificada, de um certo estatuto, historicamente construído, do “homem de verdade”³³.

Estes elementos também estavam presentes (estão!?) na transmissão dos legados masculinos de pai para filho, como mostra um homem entrevistado ao se referir à concepção de homem do seu avô paterno, e que foi passada para o seu pai: “...na idéia do meu avô, homem que é homem andava armado”.

Arma, guerreiro, luta e guerra são elementos que, historicamente, sustentam e dão provas de virilidade. Virilidade que é considerada atributo definidor e vital para um macho se reconhecer e ser reconhecido como macho.

Quando me pus a pensar sobre as questões da paternidade e da masculinidade, logo me veio esta pergunta sobre a **historicidade**. Mas, não no sentido de um desejo de chegar “à origem”, lá mesmo onde tudo começou. Não acredito nesta perspectiva de trabalho com a história, principalmente, por não acreditar que possa existir a verdadeira verdade que estaria lá para ser revelada. Todavia, acredito nas suas versões, nas narrativas que, ao falarem, também estão criando e construindo seus atores.

Assim, me coloquei como um intérprete, buscando significados e interpretações históricas, implicado com a historicidade da compreensão. Para tanto, tomo a paternidade e a masculinidade como tradições, como textos, sobre os quais busco ter uma *atitude de compreensão* que, conforme Gadamer³⁴

³² Mesmo que as mulheres já ocupem posições nos serviços militares, não significa que o princípio masculino que rege estas instituições tenha se modificado substancialmente.

³³ Retomo esta discussão sobre o “homem de verdade” em capítulo seguinte.

³⁴ GADAMER, 1993, p.274-5.

não deve tanto ser concebida como uma ação da subjetividade de uma pessoa, mas como o inserir-se numa tradição em que passado e presente se fundem constantemente.

Esta é uma perspectiva de investigação que acredito ter a sua relevância tanto no sentido de resgatar significados, quanto na perspectiva de possibilitar, neste diálogo com o passado, construir ressignificações.

Adoto esta atitude por entender que ela permite não apenas a delimitação de uma proposta metodológica, mas também a construção daquilo que estou querendo mostrar com esta dissertação. Ou seja, que a **reconstrução** vem se tornando uma necessidade imperiosa para os homens-pais, tanto no sentido de poderem lidar com a própria masculinidade “dos tempos contemporâneos”, que revê os seus estatutos erigidos nos modelos patriarcais, que tinham na guerra e na formação de soldados o princípio masculino por excelência, quanto para visualizarem a possibilidade de exercerem uma paternagem/paternidade conectada com afetos e prazeres, numa redescoberta do que seja o cuidado do e com o outro.

Este capítulo é o início de uma série de narrativas que versam sobre a história e as transformações da paternidade por diferentes espaços de tempo, sendo que cada versão sobre paternidade encontra um correspondente para a masculinidade.

Esta primeira parte da dissertação trata de mostrar argumentos de pesquisadores e pensadores sobre o tema da paternidade desde uma perspectiva de reconstrução de uma origem para o fenômeno.

O conhecimento cada vez maior sobre as mitologias (que se deve, em parte, aos progressos da arqueologia) contribui para a construção de algumas compreensões sobre a paternidade.

Freud e Dupuis³⁵ foram os pensadores que embasaram a construção desta parte do meu escrito. Ambos, por sua vez, remetem a outros pesquisadores do tema, como antropólogos, historiadores e arqueólogos, que serão citados neste trabalho.

Estas duas versões foram sendo construídas na confluência com vários outros

³⁵ Principalmente através das obras : FREUD, S. Totem e Tabu (1913-14) edição de 1989. DUPUIS, J. Em Nome do Pai, 1989.

estudos, sendo que cada autor, através do seu olhar e posição teórica, marcou uma possibilidade de entendimento sobre a possível origem da paternidade.

Desta forma, apresento a paternidade como uma efetiva construção humana que tem seus desdobramentos subjetivos e objetivos até os dias de hoje. A paternidade tem história e fez história. Além disso, pelas histórias da paternidade é possível se contar uma boa parte das construções dos significados que foram sendo construídos para o poder, a política e as instituições. Neste sentido, por exemplo, as pessoas, ao se remeterem aos padres e reis como seus representantes, estavam falando e se colocando sob o poder de diferentes formas de paternidade.

Partindo destas histórias da origem, pretendo mostrar que os diferentes estados de patriarcalização foram construindo um modelo de sociedade, no qual o pai se tornou um significante, um elemento muito complexo e, em muitos casos, determinante da vida daquele regime social. Além disso, estes mesmos elementos foram servindo para definir modelos de masculinidade que ainda hoje encontram eco nas subjetividades de homens e mulheres.

2.2 Dupuis e a história do surgimento da consciência da paternidade

A pergunta colocada e, por isso, norteadora da construção deste capítulo foi: existe história da ou para a paternidade?

Margaret Mead (1949) apresenta categoricamente a paternidade como uma invenção da sociedade. As origens ou o surgimento da idéia, função e figura do pai pela tradição da pesquisa antropológica e arqueológica remonta, no mínimo, ao período Neolítico.

Para o pesquisador Dupuis (1989) a idéia e a figura do pai surgiram entre os egípcios e os indo-europeus, aproximadamente no quinto milênio a.C. Isto só foi possível pela descoberta da participação do macho na procriação. Ou seja, somente quando os animais passaram a ser criados em cativeiros começaram a perceber que não poderiam matar todos os machos, caso contrário as fêmeas não reproduziam. A prática da criação de animais foi decisiva para os antigos enquanto contexto de controle e descobertas sobre a sexualidade:

(...) antes da idéia de paternidade a humanidade não conhecia senão estruturas protofamiliares centradas nas mães, uma vida religiosa inspirada pelo tema da fecundidade feminina e uma vida sexual caracterizada pela livre satisfação do desejo; após a irrupção da idéia de paternidade, organiza-se aos poucos o que chamamos de família; novos deuses vêm destronar as teofanias primitivas; a vida sexual é reorganizada segundo uma determinada ordem (Dupuis, 1989, p.2).

Logo surge uma questão: como era concebida a procriação?

O historiador e pesquisador Eliade (1974) apresenta o seguinte argumento para esta questão:

"A primeira idéia é que os filhos não são concebidos pelo pai, mas que, num estágio mais ou menos

*avançado de seu desenvolvimento, vêm ocupar seu lugar no ventre materno em consequência de um contato entre a mulher e um objeto animal do meio cósmico circundante*³⁶

Esta argumentação sobre a procriação, na qual o pai não existia por não fazer parte do ato, foi nomeada de “ignorância primitiva” ou “ignorância natural”. Isso é justificado não somente por se tratar de povos “antigos”, pois constatou-se em tempos recentes estas mesmas “explicações” para a procriação entre tribos australianas e habitantes das ilhas Trobriand estudadas pelo antropólogo Malinowski³⁷. Mas por se tratar, segundo Dupuis (1989), de um tipo de conhecimento (no caso, o princípio da procriação) que advém da descoberta experimental. Ou seja, não é “um dado imediato da consciência”(p.5).

Conforme o pesquisador:

*Uma criança ignora sua origem; e, em época bastante recente, muitas crianças, submetidas aos preconceitos sexuais da educação vitoriana, ignoravam a causa fisiológica de seu nascimento.*³⁸

Era impensável organizar a sociedade em função do pai se este era ignorado na sua existência, por isso a primeira organização social ter sido matrilinear, principalmente pelo reconhecimento da função procriadora da mulher.

Freud³⁹ também sustentou esta compreensão de uma descendência através da linhagem feminina mais antiga que através da masculina, algo como uma primeira organização social matrilinear. Isto pelo fato dos totens⁴⁰, que ocupavam o lugar das instituições religiosas e sociais, estarem numa relação direta com a exogamia. Ou seja, as proibições totêmicas dizem respeito às proibições do incesto pois, além de

³⁶ Este trecho foi extraído do livro *Traité d'Histoire des Religions* (1974) e citado por DUPUIS, 1989, p.3.

³⁷ MALINOWSKI, 1984. Col. Os Pensadores.

³⁸ DUPUIS, 1989, p.5

³⁹ FREUD, 1989.

⁴⁰ Totem “via de regra é um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã”. FREUD, op.cit., p.22.

proibirem as relações sexuais entre homens e mulheres do mesmo clã⁴¹, também o fazem entre as relações de mãe e filho.

A tomada de consciência da paternidade provocou uma profunda revolução social, modificando as estruturas da família, a vida sexual, as religiões e suas mitologias.

A mitologia egípcia representa uma das mitologias mais significativas a respeito do surgimento da família e, especificamente, do surgimento da paternidade.

Para os egiptólogos (citados por Dupuis, op.cit.), Ísis e Osíris constituem um dos casais divinos mais antigos. Mesmo integrando uma tradição na qual as leis fisiológicas da procriação não eram conhecidas, portanto não havendo um conceito e uma organização familiar tal qual a conhecemos nos tempos modernos, Osíris é considerado o rei fundador da família monogâmica e nuclear na qual se converterá a família do Egito.

A chamada “revolução osiriana”⁴² fala de uma transformação social nos padrões egípcios, ainda não patriarcalizados, que tem com Osíris a iniciação em uma nova agricultura. Passam a cultivar o trigo, a cevada, a vinha; inventam o pão, a cerveja e o vinho. Esta sociedade passa a ser caracterizada enquanto uma sociedade agrícola e sedentária, onde se constata a estabilização dos primeiros grupos familiares.

Tal fator me chamou bastante atenção, justamente por falar de algo que vai se registrar⁴³ em diferentes tempos históricos, identificando um modelo de identidade masculina. Este período histórico, falado através do mito egípcio, e considerado, por vários pesquisadores do tema⁴⁴, como o de uma possível datação do surgimento da consciência do pai na procriação, também é reconhecido por ser a **idade dos heróis**. Um período de **guerras e conquistas**.

Com a idade dos heróis, teve início um período de confluência e criação de lugares sociais para o masculino, colocando as guerras e conquistas na gênese da

⁴¹ Clã significa um sistema cultural muito antigo, no qual os seus membros (podiam ser entre dez mil e cem mil pessoas) possuíam o mesmo e único sobrenome, advindo de um ancestral supostamente comum. Chegou a existir na Europa, entre os antigos germanos, antes do surgimento da sociedade industrial. Conceito extraído de PARSEVAL, 1986, p.44.

⁴² DUPUIS, 1989, p.12

⁴³ Emprego o termo atualizar com o sentido de aparecer de novo, repetir, porém atravessado pelo contexto.

⁴⁴ Jacques Pirenne, Eduard Meyer, Rostovtzeff (1920), Frazer, Hartland

tomada de consciência da paternidade. Esta fase marca o retorno dos homens a um lugar de hegemonia incontestável na história.

O sentido de “retorno” a que faço menção, se deve à seguinte explicação: na fase histórica de predomínio agrário, os saberes femininos se sobrepuseram aos masculinos. A agricultura era, por isso, representada pelo arquétipo da Grande Mãe. Além disso, a filiação uterina era a única reconhecida, e as mitologias das grandes deusas permitiam considerar a agricultura uma invenção feminina.

Já os saberes masculinos estavam associados à arte da caça no período Paleolítico. É na idade dos heróis que os homens vão recuperando gradualmente o seu lugar de poder e referência:

“E, no primeiro milênio a.C., quando em toda parte afirmam-se os deuses masculinos e, entre certos povos, aparece a idéia do Deus único, essa nova concepção identifica-se com o Pai e inscreve-se no masculino no uso lingüístico” (Dupuis, 1989, p.58-9).

A chamada “revolução patrilinear”, que teve início com a descoberta e a colocação do pai na cena social, foi se dando ao longo de “milênios”, afirma Dupuis. Assim foram se estabelecendo as sociedades patrilineares com os seus respectivos estados de patriarcalização.

A narrativa de Dupuis (1989) sobre o surgimento da consciência da paternidade versa, entre outras coisas, sobre a formação da **família patrilinear**. O autor buscou em fontes e registros da arqueologia, da paleontologia e da proto-história, vestígios que pudessem tornar mais “científica” esta perspectiva de entendimento e compreensão sobre fenômenos do desenvolvimento de uma das instituições humanas. Acredito que esta pesquisa seja uma das possibilidades de demarcar uma possível origem.

A descoberta da paternidade fala da construção de um outro modo de organização familiar que não estava colocado até então. E este outro modo, denominado família patrilinear, se torna possível pela convergência de alguns fatores, dentre eles, a exogamia⁴⁵, o parentesco descritivo⁴⁶ e o **papel decisivo do**

⁴⁵ Tabu que proíbe qualquer relação sexual entre indivíduos consanguíneos.

desencadeamento das guerras para a consolidação do estabelecimento do lugar do pai. Estes elementos marcam o ingresso do homem pelo reconhecimento da sua função na transmissão, o que passou a ser representado pela **transmissão do nome pelo pai**, ao invés das filiações exclusivas pelas mães.

O aleitamento materno serviu como símbolo de transmissão e filiação, sendo considerado por historiadores como Ernest Renan⁴⁷, o responsável por uma "comunidade do aleitamento" que justificava a exclusividade da mãe na filiação. Escreve o historiador:

*"Tendo sugado o mesmo seio, os filhos de uma mesma mãe eram os únicos verdadeiros irmãos"*⁴⁸

A mãe dos tempos neolíticos era o eixo biológico das organizações familiares, o eixo de qualquer transmissão genética, de qualquer filiação e de qualquer herança.

É importante destacar que não foi o sistema patrilinear que assegurou a vitória de alguns povos sobre outros, ele foi consequência. Na verdade, as conquistas aparecem como as responsáveis pelo estabelecimento do sistema patrilinear, num tempo histórico que começou a valorizar a força física masculina, passando a modelar a sociedade.

O estabelecimento das sociedades patrilineares esteve diretamente associado com o **desencadeamento das guerras**, que tem seus registros nas literaturas antigas, especialmente na sânscrita:

*"(...) é pela guerra que os homens tornaram-se os senhores da sociedade, como chefes de famílias, como reis e como deuses"*⁴⁹

Além dos atributos citados, que evidenciam a emergência de modelos masculinos a partir do advento das guerras, tem-se também a emergência do **guerreiro**, personagem que já se tornou arquetípico no universo de representações do masculino.

⁴⁶ Sistema de parentesco no qual o termo empregado descreve a pessoa designada, por ex. "pai", "mãe", "tio", "tia", designam uma pessoa em particular com um vínculo de parentesco bem definido. Esta forma de descrição de parentesco vai se referir particularmente à família nuclear de vínculos genéticos.

⁴⁷ RENAN apud DUPUIS, 1989, p. 8

⁴⁸ RENAN apud DUPUIS, op.cit.

⁴⁹ DUPUIS, 1989, p.95.

As sociedades neolíticas foram consideradas sociedades homogêneas: não existiam extratos ou classes de guerreiros, exércitos ou chefe conquistador. A idéia da conquista só vem no bojo da guerra, da conquista enquanto apropriação e, conseqüentemente, do poder de uns sobre outros que foi a gênese da escravidão.

O sistema patrilinear foi se desenhando e ocupando maior fixidez pelo advento das guerras e das monarquias guerreiras, nas quais a transmissão da autoridade não poderia mais se prestar às mulheres. O soberano elege e transfere para o seu filho o poder.

As guerras também produziram uma população de vencidos e escravizados, tendo, no lado oposto da estratificação social, a emergência de uma sociedade de classes, de outro modelo de família que não aquele do coletivismo matrilinear:

"(...) acima da massa dos agricultores erigem-se a classe dos guerreiros e a de um sacerdócio cada vez mais poderoso. É a organização tripartite, evidenciada por Georges Dumézil entre os indo-europeus, mas na realidade característica das sociedades antigas num certo grau de seu desenvolvimento, quando a guerra exige a formação de uma classe especializada e a religião, pelo enriquecimento de sua ideologia e a construção de templos, apóia-se num pessoal numeroso e diversificado."⁵⁰

A hegemonia masculina vem num contexto de guerra e dominação, mas também de crescimento demográfico, redução dos espaços disponíveis e interesses de acumulação de riquezas em áreas consideradas privilegiadas. Também é o período da utilização dos metais como armamento.

Este é o contexto apresentado por pesquisadores que situam o surgimento da paternidade na confluência do surgimento das guerras, colocando de forma bastante evidente que foi a **generalização das guerras que deu aos "pais" um poder decisivo sobre os grupos sociais** e lhes permitiu apropriarem-se das mulheres. O surgimento do pai como o chefe (de guerreiros) fica associado também ao surgimento de escravos, criando-se uma sociedade de dominados e dominantes.

⁵⁰ DUPUIS, 1989.

Chefes e deuses confundem-se (se equivalem), por isso aceita-se que o mito fala da história, bem como perpetua histórias e modelos míticos.

Ainda é muito freqüente no senso comum associações entre pai, chefe e senhor. Senso comum que tem pertinência histórica e respaldo jurídico no Brasil até bem pouco tempo. Haja visto a denominação “chefe de família” ter correspondente legal com o pátrio poder. Mito ou História ?

A questão é que algo se repete, se atualiza. Tem-se indícios dessas repetições quando se investiga possíveis estratégias de “iniciação” de meninos à vida masculina adulta⁵¹ no contexto moderno. Mais ainda em sociedades consideradas primitivas, em que a construção do homem estava definida enquanto uma construção do corpo-espírito guerreiro. Os mecanismos criados para instigar dor, força, coragem e bravura falam deste mito guerreiro atualizado por diferentes culturas.

“A guerra, motor do destino dos homens”⁵².

Bourdieu (1995) reitera esta relação bastante estreita que a masculinidade passou a ter com a guerra, sendo esta uma das grandes formas de exaltação dos valores masculinos como de honra e nobreza. Conforme o autor, uma *illusio* originária que faz do homem, pelo cumprimento do seu dever para com os jogos que lhes são socialmente atribuídos, um “verdadeiro” homem.

Arrisco colocar que, mais do que exaltar valores masculinos, as guerras **criaram** valores masculinos e instituíram códigos de masculinidade.

⁵¹ Me refiro às estratégias de iniciação ao invés de “ritos de iniciação”, pois conforme FLEIG (1998) a modernidade não oferece tais ritos. Entretanto, insisto na idéia de que se mantém algumas estratégias, em muito institucionalizadas, de formação e construção de um corpo e de uma subjetividade masculina.

⁵² SCHILLER apud DUPUIS, 1989, p.95.

2.3 Freud e o mito do pai primevo

Freud⁵³ foi um dos pensadores que, preocupado em desenvolver explicações sobre as origens e efeitos dos fenômenos humanos, centrou no mito do pai primevo uma busca de entendimento sobre a origem da sociedade. Ressalto este aspecto por ele evidenciar o elemento Pai com os significados de origem, morte, fundação de um código de leis, etc.

Para o pensador, a posição do pai enquanto chefe da família era um fato presente em toda a história humana, o que difere da posição de Dupuis⁵⁴. Acredito que esta diferença esteja colocada pela perspectiva de investigação de cada pesquisador. Basta ver que Freud parte do **mito** do pai primevo até mesmo para falar da morte do Pai como a ação instauradora de uma lei, a lei dos irmãos⁵⁵. Já Dupuis⁵⁶ dá forma humana para o mito, assumindo uma perspectiva histórica que insere seu trabalho na história das mentalidades.

Em *Totem e Tabu*⁵⁷, Freud estabelece um diálogo com a antropologia e a sociologia buscando, através do estudo dos totens nas sociedades primitivas, explicar a fundação do regime do Pai. Também procurava entender o que, para ele, seriam vestígios daquele mito primevo, da morte do pai primevo, nas subjetividades recentes. Como se os efeitos daqueles atos atravessassem gerações.

No conjunto dos argumentos, Freud se utiliza dos totens, tabus, relaciona-os com a exogamia (também citada por Dupuis) e, por último, associa estes elementos

⁵³ FREUD, 1989, vol.XIII.

⁵⁴ DUPUIS, 1989.

⁵⁵ Retomarei esta questão da Lei dos irmãos na parte sobre o Contrato Social. Numa versão sociológica da Fraternidade.

⁵⁶ DUPUIS, op.cit.

⁵⁷ FREUD, op.cit.

com a criação da moral e da religião, efeitos de proibição. Explicarei melhor estes elementos para situar o significado atribuído ao pai nesse processo.

Dos escritos de Freud em Totem e Tabu, uma questão importante de ser levantada é a de que os totens cumpriam a função de lei nas sociedades primitivas, principalmente no que se refere à proibição do incesto e das relações sexuais dos homens com as mulheres do mesmo totem. Além dos totens servirem, numa dada compreensão sobre eles (nominalista), para nomearem um clã, depois um ancestral deste clã e depois, ainda, o nome de algo adorado por um clã. Os povos primitivos encaravam os nomes como algo significativo e essencial.

"(...) Assim, o totemismo não surgiu das necessidades religiosas dos homens, mas de suas necessidades práticas e cotidianas. O âmago do totemismo, a nomenclatura, é o resultado da técnica primitiva da escrita. Em sua natureza, um totem assemelha-se a um pictograma facilmente desenhável. Entretanto, uma vez portadores do nome de um animal, os selvagens passaram a formar a idéia de um parentesco com ela"⁵⁸.

É importante apontar que os totens eram herdados pelos filhos através da linha feminina⁵⁹.

Os totens nomeavam, mas seguia-se a linhagem materna. Depois, a nomeação passou a ser feita pelo pai, pelo nome-do-pai. Por isso que Freud vai associar pai com totem.

Para sustentar o mito do pai primevo, Freud recorre aos estudos de Frazer (1911), Darwin (1871) e Robertson Smith (1894).

De Frazer (op.cit.), Freud vai se utilizar, basicamente, dos relatos obtidos através das investigações sobre totemismo e da exogamia. Questões que foram cruciais, no meu ponto de vista, para a elaboração do entendimento sobre o incesto.

Frazer (op.cit.) sustenta a teoria de que só são proibidos aqueles crimes que os homens teriam uma propensão natural de cometer. Se não existisse tal propensão, estes crimes não existiriam, bem como se tais crimes não fossem cometidos, qual seria

⁵⁸ FREUD, 1989, p.118. Vol.XIII

⁵⁹ Nisto há semelhança entre Freud e Dupuis.

a necessidade de puni-los? Segundo ele, os homens civilizados teriam chegado à conclusão de que a satisfação dos instintos naturais seria prejudicial aos interesses gerais da sociedade⁶⁰.

Fazendo coro com este argumento de Frazer, Freud afirma que, para a psicanálise, não existe essa hipótese de uma aversão inata à relação sexual incestuosa. Pelo contrário, as mais precoces excitações sexuais seriam incestuosas. E é por isso que Freud sustenta o argumento de que a proibição do incesto seria uma prática mais antiga do que a domesticação de animais, e portanto desconhecida a sua origem.

Neste momento do texto o leitor pode se perguntar: como pode o horror ao incesto ser anterior à criação de animais em cativeiro se anteriormente se relacionou a tomada de consciência da paternidade com a observação da reprodução dos animais em cativeiro? Uma resposta possível é a de que não foi sempre relacionado ao/com o pai a proibição do incesto, ou seja, os clãs criaram leis de sustentação a esta proibição por outros códigos. Além do que, a proibição do incesto como lei universal e presente em todos os mais remotos tempos foi amplamente questionada, tendo nos argumentos de Lévi-Strauss um peso irremediável.

Dos estudos de Darwin⁶¹ sobre o estado social dos homens primitivos, Freud recupera para a construção dos seus argumentos, o fato de que já existia neste agrupamento um macho mais velho e mais forte que impedia a promiscuidade sexual⁶².

Freud tentou encontrar nos argumentos de Darwin mais uma justificativa para o horror ao incesto. Com o decorrer do tempo, estas “proibições” se tornariam lei consciente: nenhuma relação sexual entre os que partilham de um lar comum. Após o estabelecimento do totemismo, a regra mudaria para: nenhuma relação sexual dentro do totem. Entretanto, este argumento foi rediscutido por Freud principalmente por situar a exogamia antes do totemismo. Ao que tudo indica, Freud e Durkheim, entenderam a exogamia como uma resultante das leis totêmicas.

Cabe aqui ressaltar um elemento que muito me interessa e que vai retornar em outras partes deste trabalho, porém dentro de uma perspectiva mais sociológica de

⁶⁰ FRAZER apud FREUD, 1989 (1913-14), p.129.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² FREUD, *op.cit.*, p.131.

entendimento. A questão é que a discussão em torno do totemismo e da exogamia, tal como é apresentada por Freud, gira em torno de um interdito às relações sexuais entre homens e mulheres de um mesmo clã, por exemplo. Este fenômeno pode ser interpretado como uma forma de proteção às mulheres. Em contrapartida, os indivíduos masculinos estão diretamente implicados no totemismo, segundo Frazer (1910):

“(...) o totemismo é a identificação de um homem com o seu totem”.

Freud descreve que teria conhecimento de povos primitivos regidos pelo sistema totêmico, ainda na sua época, e que nesse sistema o totem cumpria a função de **ancestral comum e pai primevo**.

Há ainda a contribuição de Robertson Smith (1894) sobre a “refeição totêmica”, que na verdade é uma apresentação sobre a origem e o significado do ritual do **sacrifício**. Esta contribuição foi praticamente decisiva para Freud, pois o mito da morte do pai primevo vai apresentar um rito que fala desta refeição totêmica.

Freud busca os significados do sacrifício enquanto ritual e vai demonstrando que originalmente ele representava “(...) um ato de companheirismo entre a divindade e seus adoradores” (p.138)⁶³. E a forma mais antiga de sacrifício foi o de animais, cuja carne e sangue serviam ao deus e aos seus adoradores:

“O sagrado mistério da morte sacrificatória é justificado pela consideração de que apenas desta maneira pode ser conseguido o vínculo sagrado que cria e mantém ativo um elo vivo de união entre os adoradores e seu deus”⁶⁴.

A junção destes três elementos, na verdade três grandes influências, permitirá a Freud montar sua versão. Ele remonta a uma pré-história do sujeito. Através do mito da refeição totêmica, mostra a ambivalência primordial do filho em relação ao pai: é o

⁶³ Note que aparece a expressão companheirismo no rito do sacrifício. Símbolo que pode ser associado com o de Fraternidade, um laço de companheirismo entre homens. Este símbolo aparece no ritual de sacrifício como aparece no mito do pai primevo em que ao matarem o pai os irmãos criam uma fraternidade, como também aparece, mais adiante, em representações sociológicas que falam da morte do corpo político do pai e a inauguração do contrato social e da sociedade civil fraterna, dos irmãos. Bem como aparece no imaginário popular em expressões do tipo: os homens são mais companheiros entre si do que as mulheres, etc. Interessante esse “retorno” de símbolos que podem ter raízes mais remotas do que se possa imaginar.

⁶⁴ SMITH apud FREUD, 1989 (1913-14) p.141-2.

filho que odeia e teme o pai, mas mata-o e devora-o para engolir a sua carne, se identificar com ele:

“Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal (...). O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte da sua força”⁶⁵.

Prossegue numa interpretação que, no meu entender, revela o que ele estava querendo dizer quando associou o mito do pai primevo com a fundação de um tipo de sociedade:

“A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião”⁶⁶.

Importante destacar essa noção de repetição que parece paradoxal, pois é uma **repetição que inaugura** novas coisas, na verdade, inaugura leis.

Para Freud, a culpa estaria junto da criação desta nova organização social no desdobramento desse ato inaugural, o que fez com que o pai morto se tornasse mais forte e presente do que o vivo. Fora presentificado na forma de lei. Esta lei ficou inscrita na forma da *lei contra o incesto* pois, além de representar um dos motivos que levou os filhos-irmãos a matarem o pai (ou seja, o domínio e a posse absoluta dele sobre todas as mulheres), cada um deles também queria todas as mulheres para si. Para que pudessem continuar a viver juntos, renunciaram então às mulheres que desejavam.

Os efeitos desta inauguração pela morte do pai primevo não se encerram nisso. Além da horda patriarcal ter sido substituída pela horda fraterna, cuja existência

⁶⁵ FREUD, 1989 (1913-14) p.145.

⁶⁶ *Ibidem*.

estava assegurada pelo laço consanguíneo⁶⁷, Freud vai ligar o surgimento da religião totêmica ao sentimento filial de culpa (culpa dos irmãos-filhos). A religião surgiria como um esforço para mitigar o sentimento de culpa e “apaziguar” o pai por uma obediência a ele. Se refere a estes sentimentos, traduzidos por “ambivalência implícita”, como fazendo parte de um “complexo-pai”.

Num outro tempo, que não foi situado por Freud, o conceito de Deus assumiu o controle de toda a vida religiosa e o deus de cada um seria formado à semelhança do pai. Freud vai se referir a esse Deus como um pai glorificado.

“Assim, embora o totem possa ser a primeira forma de representante paterno, o deus será uma forma posterior, na qual o pai reconquistou sua aparência humana. Uma nova criação como esta, derivada do que constitui a raiz de toda forma de religião - a saudade do pai - poderia ocorrer se, no decurso do tempo, alguma mudança fundamental se houvesse efetuado na relação do homem com o pai e, talvez, também na sua relação com os animais” (p.151).

Ao que tudo indica, Freud foi muito visionário nesta questão de que uma mudança, uma nova criação, viria no bojo de uma nova relação com o pai. Estas implicações estão repercutindo na atualidade desde a instauração do que vem sendo chamado de declínio do poder paterno⁶⁸.

Freud foi elencando várias modalidades de pai, primeiro o pai todo poderoso que é morto pelos filhos. Como o morto fica mais vivo do que antes, ele se institui em lei, que é a lembrança culpada de uma morte. A lei vira totem, portanto pai e totem se tornam equivalentes, tanto o é que ele vai falar dos primeiros sacrifícios⁶⁹ serem com animais. Pois pai também pode ser um animal totêmico. Com o passar do tempo, o animal perdeu seu caráter sagrado e, conseqüentemente, o sacrifício se desvinculou do

⁶⁷ Importante destacar esta mudança de horda patriarcal para horda fraterna nesta perspectiva do mito freudiano porque em seguida, mostrarei uma abordagem sociológica sobre o patriarcado e o curioso é justamente esta repetição da horda fraternal. Quase como um elemento definitivamente constitutivo das organizações masculinas.

⁶⁸ Retomo a discussão sobre o declínio do poder paterno mais adiante. Adianto que este declínio representa uma resignificação dos sujeitos com o Nome-do-pai, na verdade uma resignificação simbólica dos próprios significados de pai na cultura, destes poderes que começaram a se modificar.

⁶⁹ Sacrifício é “tornar algo sagrado”. “Tradicionalmente, o sacrifício é um ato religioso através do qual algo, uma vítima é imolada por alguém designado para tal, em nome de um sacrificante e deste modo se estabelecendo uma relação com a divindade”. (FLEIG, 1998, p.92).

“festim totêmico”. Finalmente, Freud situa o pai no Deus de aparência humana, o que não deixa de ser uma outra forma para a lei, o reduto último e primeiro de toda a verdade e sentido: tudo e todos vêm de Deus e retornam a ele.

Importante destacar do texto de Freud a emergência do sacerdote, representante de Deus na Terra, concomitante ao surgimento dos reis divinos que, segundo o pensador, introduziram o sistema patriarcal no Estado. Com a introdução das divindades paternas, uma sociedade sem pai gradualmente transformou-se numa sociedade organizada em base patriarcal.

O mito do pai primevo é o mito da origem da lei simbólica. É deste assassinato mítico que se origina a lei. Lei que proíbe qualquer gozo absoluto (como o encarnado pelo pai primevo como possuidor de todas as mulheres), regulamentando as alianças e viabilizando a cultura.

A família surge contendo, entre outros elementos, uma certa forma de restituição e restauração da antiga horda primeva. Como Freud diz, mais uma vez aparecem os pais; todavia, a distância existente entre os novos pais de uma família e o irrefreado pai primevo da horda era grande a ponto de garantir a continuidade do anseio religioso, a persistência de uma saudade não apaziguada do pai.

Ao afirmar que:

“...devemos reconhecer que a vingança tomada pelo pai deposto e restaurado foi rude: o domínio da autoridade chegou ao seu clímax.”⁷⁰

Freud está se referindo aos deuses e reis, dois novos representantes paternos.

Com esta apresentação do argumento freudiano quero destacar alguns elementos. Primeiro, considero bastante significativo o peso que Freud concede à relação do homem com o pai. Tal peso se justifica enquanto força inaugural da vida emocional cuja repercussão se percebe até hoje. O chamado “complexo-pai” ou “complexo parental” seria parte de uma mente coletiva: retornaria com insistência na vida emocional dos indivíduos. Complexo formado por elementos simbólicos como culpa e morte, lei, o que remonta à dívida para com o pai morto, tornando-o mais presentificado do que quando estava vivo.

⁷⁰ FREUD, 1989 (1913-14), p.152.

Estes elementos simbólicos se reatualizam ao mesmo tempo que remontam a mitos primevos ou originário. É sabido que os tempos modernos reduziram o pai à função de provedor, chefe da família, entretanto este complexo simbólico de morte/culpa/dívida aparece de diferentes maneiras nas subjetividades. Um exemplo disto está numa expressão de Gadotti (1998) quando escreve sobre o que seria o exercício da paternidade, no seu aspecto mais cotidiano

*“ Mas será que para ser pai é preciso saber partir?
E o filho: para ser ele mesmo e não o retrato do pai,
não terá ele também que partir? ”⁷¹*

Acredito que este “partir” possa estar referido e associado com uma forma de separação, num nível simbólico com ruptura e morte. É o complexo caminho do tornar-se humano, ou seja, se identificar para poder romper, identificar para ser diferente e único. Parece um paradoxo.

Num plano bastante subjetivo, pode-se afirmar que as marcas da identificação são a lembrança viva num corpo-outro, tornado outro, daquele fantasma necessário, mas ao mesmo tempo prejudicial, se tornado absoluto. É fundamental saber partir, porém a relação com aquilo e aqueles de onde viemos também é eterna enquanto dura, dívida vital e sempre presente.

As proposições de Freud têm forte poder explicativo e boa aceitação contemporânea, como indica a preocupação de tantos estudos que pretendem comprovar a correspondência entre a ausência paterna e a delinquência ou o simples aumento da agressividade em meninos.

O segundo aspecto que levanto diz da confluência de algumas questões entre Freud e Dupuis. Por mais que as teorias sobre as origens se diferenciem em vários aspectos, temos elementos que se complementam, por exemplo: há, em ambos, uma convergência para fatores de morte e violência no surgimento da paternidade. Em Dupuis, as guerras, e em Freud, a morte, o sacrifício do pai primevo. Em ambos, o surgimento do pai está associado com uma posição de lei. Mesmo o pai morto institui uma ordem: o senhor da guerra é o senhor da lei.

⁷¹ GADOTTI apud SILVEIRA, 1998, p.101.

É inegável que estes elementos se tornaram complexos simbólicos com força de **repetição**

“(...) desde a mais remota antiguidade, a repetição é uma questão central para o homem. Desde o mito, passando pelo ‘eterno retorno’ de Heráclito até Nietzsche, o tema da repetição atravessa a história do pensamento ocidental”⁷².

Repetição representa muito mais que um conceito, representa muitas vezes um sem lugar para a racionalidade que pretende tudo “esclarecer”, representa uma constante interrogação. Me utilizo de uma compreensão de repetição que me parece pertinente aos propósitos deste trabalho.

Repetir, do latim *repetere*, significa “tornar a dizer ou escrever”⁷³, portanto algo que se refere à **linguagem**. Num sentido mais amplo, refere-se aos atos humanos e não aos fenômenos naturais. Esta repetição não significa, necessariamente, reprodução, no sentido de repetição do mesmo, pois também está implicada com a diferença, com a produção de novidade.

Tomo esta compreensão de repetição como um fenômeno da linguagem, da linguisticidade e da historicidade, por isso do contexto da tradição, das heranças.

⁷² GARCIA-ROZA, 1986, p.28.

⁷³ *idem.* p.37.

3. DAS TRADIÇÕES

“A dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o dizer”⁷⁴.

Este capítulo apresenta três conceitos fundamentais para a construção da paternidade. São eles: a lingüisticidade, a historicidade da compreensão e a tradição.

Como criação histórica, a paternidade se revela na e pela linguagem⁷⁵ pois, como qualquer invenção humana, pertence à linguagem e à história. A linguagem “é o meio em que a tradição se esconde e é transmitida”⁷⁶, portanto a articulação entre passado e presente é possível através dela.

E o que vem a ser **tradição**? Cito Gadamer⁷⁷:

“Las costumbres se adoptan libremente, pero ni se crean por libre determinación ni su validez se fundamenta en ésta. Precisamente es esto lo que llamamos tradición: el fundamento de su validez.”

Para Gadamer, se faz necessário uma retomada da discussão em torno da tradição e da razão, pois para ele o Iluminismo, ao submeter toda autoridade aos critérios da razão, colocou a tradição num lugar periférico, ou melhor, associada aos pré-juízos (preconceitos). O autor retoma os preconceitos como sendo a realidade histórica do intérprete-indivíduo, muito mais do que seus juízos. Portanto, é necessário reconhecer que a tradição determina amplamente nossas instituições e comportamentos, pois conserva alguns direitos, mesmo sob as prerrogativas da razão.

As tradições são um fenômeno lingüístico:

⁷⁴ BOURDIEU, 1995, p.137.

⁷⁵ Conforme GADAMER (1993): “O ser que pode ser compreendido é linguagem”. Não existe um mundo à margem da linguagem, não existe nenhum ponto de vista, nenhum lugar de compreensão que seja ou esteja exterior à experiência do mundo na linguagem.

⁷⁶ PALMER, 1989, p.210.

⁷⁷ GADAMER, 1993, p.348. Grifos meus.

“É certo que uma tradição vê o mundo diferentemente de outra. Os mundos históricos no decurso da história diferiram uns dos outros e do mundo de hoje. No entanto, o mundo é sempre humano, e isto significa que ele é um mundo linguisticamente criado que está presente em todas as heranças.”⁷⁸

As heranças presentificam as tradições. A herança é linguagem e faz parte deste fluxo de experiências⁷⁹ e de história, no qual nos situamos enquanto sujeitos. Pelas heranças reconheço que estou inserido em tradições.

A partir dos elementos elencados até aqui, demonstrarei que a invenção da paternidade, antes mesmo de definir um laço entre a criança e o seu progenitor, foi se definindo como um universo simbólico implicado numa série de significados fortemente associados à figura da **lei** ou do **mestre**.

O que vai sendo criado, realmente, é uma função ligada ao Pai, a um símbolo. O que não diz respeito, necessariamente, à paternidade tal qual começou a ser compreendida a partir de determinada época no Ocidente, com a redução do pai a uma figura paterna, da vida privada, a quem o filho chama de “papai”.

Palacios (1997) identifica a paternidade, no seu “princípio” cultural ocidental, como uma função ligada a de um “mestre que dirigia a cidade” (p.120). Tem-se uma função de pai com uma base política e religiosa, que era familiar em consequência.

Em Dupuis (1989), esta representação de pai como mestre, condutor e dirigente tem total pertinência, principalmente pelo advento das guerras. É o pai mestre-estrategista. E mesmo em Freud (1913), o mito se faz presente em lei e esta lei “dirige”, regula, institui. Portanto, o pai morto retorna como “mestre”, figura sempre presente e presentificante.

Por ser símbolo político e religioso, o pai engendra o significado de *Patrius*, que significa não o pai físico, mas o pai dentro do parentesco qualificatório de onde provém o *Patria potestas*. Isto significa

o poder de engendrar pelo nome próprio uma linguagem, uma linha de descendência histórica, social, econômica e política⁸⁰.

⁷⁸ GADAMER apud PALMER, 1989, p.209.

⁷⁹ Para GADAMER (1993) “A verdadeira experiência é a experiência da nossa própria historicidade” (p.344).

Esta é uma questão de crucial importância, que remete ao poder de engendrar pelo nome próprio. Dupuis (1989) mostrou, assim como Freud (1913), a possibilidade das primeiras descendências terem sido por linhagem materna, bem como das primeiras divindades serem femininas. Entretanto, o advento Pai introduz a descendência pelo nome-do-pai, reinstaura a filiação. Uma filiação que passa a acontecer não apenas no registro do biológico, mas também no da cultura, isto quer dizer que **o homem engendrava um filho porque era pai**, e não o contrário.

Por isto a pátria terá esta representação de descendência social e jurídica, pois ela provém dos pais fundadores. Termos como “pai da pátria”, “pais da igreja”, “papa”, “padre”, que se mantêm na linguagem corrente, falam desta historicidade e dos significados de ordem cultural, religiosa e política, que estão na base do significado Pai.

*“Nas cidades romanas o imperador que era o **Pater patriae**, os senadores os **Patres**, e os patrícios **Patricii**, encarnavam a paternidade instauradora do laço social, laço determinado não pelo sangue, e sim pela palavra chamada paterna, ou seja o **Sermo Patrius**”⁸¹.*

Este argumento ganha importância principalmente se levar em consideração o fato de alguns estudos históricos situarem a criação do termo *família* em Roma, designando o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem,

“A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles (...)”⁸².

Estas citações servem para ilustrar as paulatinas demarcações que foram consolidando o chamado **trunfo do direito paterno**. Este triunfo vem se desdobrando até os dias atuais, principalmente porque constituiu e foi se constituindo de dentro de uma rede de crenças sustentada por religião, direito e, mais tarde, em

⁸⁰ PALACIOS, 1997, p.120.

⁸¹ PALACIOS, 1997, p.120.

⁸² ENGEL apud SILVEIRA, 1988, p.32.

instituições de ensino. No plano simbólico, seria a conjugação entre a **posse** e o **ser**. O *pátrio poder* é a afirmação do poder de posse do pai, mas também de um poder que vem, justamente, do fato de **ser** pai. Também representam a conjugação entre o guerreiro, a vitória e a glória: a posse e o ser.

Este triunfo representou o ingresso na linguagem do Nome-do-Pai. Como mostrou Lacan⁸³ ao reinterpretar o mito do pai primevo de Freud, seria necessário colocar no nível do pai a função do nome. E ele propõe uma compreensão do Nome-do-Pai tal como é conceituado o nome próprio pela Lógica e pela Lingüística, ou seja, como um

“ (...) designador rígido, intraduzível, uma palavra que apenas se repete e não significa nada (como o nome de Deus, por exemplo, o nome do nome por excelência) ”⁸⁴.

Concordo que se deva pensar na função de pai como uma função simbólica que se estabeleceu pelo Nome-do-Pai, nas suas amplas inscrições. Inscrições que foram se efetivando através do patriarcado, do sistema religioso, formando uma rede de crenças com sustentação na linguagem e num complexo mítico. Entendo este “mítico” enquanto uma construção simbólica portadora de significado.

Situo o patriarcado em um universo simbólico fundado e estabelecido no Nome-do-Pai. Isso vem ao encontro da tese de Freud (1913) para a qual a origem do patriarcado não estava assentada na biologia ou na vontade de poder, mas **num complexo de pensamento e símbolo**. Para Freud, se tratava de estruturas inconscientes que não poderiam ser mudadas apenas pela racionalidade.

Compreendo o patriarcado como um universo simbólico instaurado pelo Pai e que tem a sua efetivação num complexo de fé com política, ordem, norma e lei. O que estou querendo mostrar? Que, por ser de um universo simbólico e pertencer a uma rede de crenças, o poder do nome-do-pai também está ligado a algo bastante subjetivo que é a crença. Se creditou a este nome-do-pai um determinado poder.

Não seria tão ingênuo a ponto de afirmar que tudo se resumiria à eficácia simbólica, haja visto o quanto de morte, sacrifícios e disputas foram (e ainda são)

⁸³ LACAN, J. *LES NON-DUPES ERRENT*. Livro 21, 1973-74. Tradução para uso interno da APPOA.

⁸⁴ SEDLMAYER, 1997, p.80. Grifo meu.

necessárias em nome deste nome-do-pai. Seja o nome-do-pai rei ou nome-do-pai deus e, também, em nome-do-pai homem. A força bruta da violência, mais uma vez⁸⁵, serviu como inauguradora.

⁸⁵ Repetição dos mitos primevos da masculinidade e da fundação do pai.

3.1 PATRIARCADO

Qual a pertinência do estudo sobre o patriarcado neste trabalho?

Por se tratar de uma tradição lingüística que fundou costumes e hierarquizou as divisões históricas entre homens e mulheres, assim como construiu códigos políticos, religiosos e inclusive científicos. Ou seja, é inegável o fato de que o patriarcado fundou significados e forjou identidades masculinas e femininas, atravessando diferentes tempos históricos e criando diferentes maneiras de se manter no tempo.

O patriarcado pode ser compreendido como uma grande narrativa que, mesmo dentro de diferentes propósitos, manteve o peso de uma tradição identificada com o masculino como referência, o primeiro sexo. É o caso, por exemplo, dos discursos científicos do final do século passado que, ao revelarem uma interpretação científica sobre a natureza dos sexos, reiteraram visões patriarcais que legitimavam o poder superior dos homens sobre as mulheres, escravos e crianças.

O patriarcado atravessa a formação das instituições humanas desde o advento da inauguração do significante Pai na cultura. E, por mais que os tempos históricos façam restaurações e reinterpretações do legado das tradições patriarcais mais antigas, não há como não ter algum tipo de ligação com o passado. Este percurso por diferentes tempos do regime patriarcal visa a remontar um pouco destes legados históricos, das heranças para os homens, pais, para a família e também para a **educação**. Principalmente porque o patriarcado vem criando, ao longo do tempo, relações econômicas, políticas e reprodutivas que, de um jeito ou de outro, foram sendo internalizadas pelos sujeitos.

Veamos a condição das mulheres hoje em dia como exemplo: por mais que seja visível uma modificação na aceitação com relação à mudança dos padrões de comportamento do feminino, isto não tem garantido uma "total" modificação nas mentalidades gestadas sob o signo do patriarcado e que se repetem, como é próprio de

uma tradição (a repetição). Mudanças que não se referem apenas aos padrões de comportamento, mas também ao próprio conceito de feminino gestado no patriarcado.

O mesmo eu diria dos homens. Por que se torna tão difícil para a condição masculina falar em “mudança” nos padrões de comportamento? Mudança daqueles valores exaltados como definidores da masculinidade, como o de guerreiro, soberano, poderoso e dominador e, em termos modernos, como o de viril, provedor, chefe, trabalhador, corajoso, soldado, que não chora, não fracassa. Valores de uma masculinidade patriarcal e necessários à tradição patriarcal.

Acredito que isto traga um peso a mais para a masculinidade: se trata do regime do nome-do-pai, mas também dos homens. O patriarcado é a exaltação dos valores masculinos tornados naturais e sustentados num princípio que se propunha inabalável, o do Pai.

O termo “patriarcado” se reveste de significados tão controversos e problemáticos que passou a ser praticamente ignorado pelos teóricos políticos deste século, apesar de ser considerado uma forma de poder político. Só não foi ignorado pelas expressivas reivindicações do movimento feminista, que o trouxeram para o pano de fundo das discussões sobre a história da legitimidade masculina no uso e abuso de poder e a conseqüente expropriação dos homens sobre as mulheres.

Pateman (1993) expõe alguns dos principais debates ocorridos nos últimos três séculos sobre conceituações de patriarcado e destaca dois pensadores influentes, Locke e sir Robert Filmer, além de feministas contemporâneas. Seguindo a autora, exponho um quadro resumido de três formas de argumentação patriarcal, fazendo assim o meu recorte sobre algumas questões do patriarcado que considero de repercussões históricas significativas.

3.1.1 PATRIARCADO TRADICIONAL

Na primeira forma conceitual, tem-se o chamado pensamento patriarcal *tradicional*, que durante séculos se baseou no poder da autoridade paterna que comandava a família. Este modelo, baseado na família, foi empregado nas relações de poder e autoridade de todos os tipos. Mas o que estava dado era que o poder familiar servia como **metáfora** para o poder político. No modelo tradicional, todas as relações de poder ficavam incorporadas ao regime paterno:

*“ Na Inglaterra do século XVII, a obediência dos súditos ao Estado era ensinada a partir do púlpito, utilizando-se essa analogia. No catecismo, o Quinto Mandamento era interpretado de modo a significar, em uma única declaração poderosa, que ‘o Pai Civil é aquele que Deus instituiu como Magistrado Supremo(...) Ele é o pai comum de todos aqueles que estão sob sua autoridade’ ”.*⁸⁶

Entretanto, os argumentos tradicionais não conseguiram explicar por que os pais de família, e não seus súditos, pertenciam “por natureza” às sociedades políticas, ou melhor, por que constituíam-se em sujeitos políticos.

Dudley Digges⁸⁷, em 1643, criou um argumento em defesa do sistema tradicional que foi assim expresso:

“(...) o rei detém os poderes paternos a partir do consentimento do povo (...) foi o nosso próprio ato que reuniu todos os poderes caracteristicamente paternos nele”.

⁸⁶ PATEMAN, 1993, p.44.

⁸⁷ Ibidem.

3.1.2 PATRIARCADO CLÁSSICO

A segunda forma de argumentação patriarcal foi denominada de patriarcalismo *clássico* e teve em sir Robert Filmer o expoente e criador da argumentação que rompeu com o pensamento tradicional. Na sua argumentação, Filmer situou os poderes político e paterno como idênticos, e não apenas análogos como propunha o tradicional. Filmer sustentava a monarquia absoluta com o argumento de que “**os reis eram pais e os pais eram reis**”⁸⁸. Esta posição quase se tornou uma ideologia oficial no Estado, entre 1680 e 1690. Associou-se a este pai o poder absoluto do *Patria potestas*, figura legitimada pela legislação romana que tinha poder de vida e morte sobre os filhos e súditos, incluindo as mulheres, como já havia apontado.

*“ O argumento patriarcal clássico era o de que os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles submetidos politicamente. O direito político era natural e não uma convenção - não envolvia o consentimento ou o contrato - e o poder político era paternal, originado no poder de reprodução do pai ”*⁸⁹

Esta concepção desenvolveu uma teoria do direito e da obediência políticos, entretanto não durou muito tempo, se extinguiu no final do século XVII.

Desta forma, seria um absurdo falar em contrato ou acordo social pois, sendo os filhos incapazes para concordar ou não com a autoridade do pai, esta ficava estabelecida pelas leis naturais. Como o filho estava submetido ao poder político paterno desde o nascimento por intermédio do pai, também o estava ao poder do monarca.

Esta concepção desenvolveu uma teoria do direito, porque Filmer acreditava que toda lei derivava da vontade de um homem.

⁸⁸ PATEMAN, 1993, p.45

⁸⁹ Ibidem.

Adão⁹⁰ foi, para Filmer, o primeiro homem e o primeiro pai, o que recebeu a concessão divina do direito régio, portanto o poder reconhecido como fonte de todo governo e de toda propriedade. Adão se tornou o primeiro monarca com o nascimento do primeiro filho. Em consequência disto, seu direito político foi transmitido a todos os pais e reis subseqüentes.

*"(...) o direito advém da paternidade (...) os filhos de Adão, e a partir daí todas as gerações seguintes de filhos, nasceram politicamente submetidos em virtude do direito de paternidade de Adão, seu poder paterno, ou poder da paternidade"*⁹¹.

Fica claro que a visão de pai que se fazia presente era a do pai que tinha na sua vontade a força da lei, até mesmo porque pai e monarca eram considerados uno. Tanto o poder paterno era o poder monárquico, quanto vice-versa. O pai governava segundo sua vontade (uma vontade com força absoluta, ilimitada e arbitrária) sobre a vida, a liberdade e os bens dos filhos.

Segundo alguns comentadores do texto de Filmer⁹², a autoridade política de Adão estava dada antes mesmo da sua paternidade, pois para que ele fosse pai, Eva teve de tornar-se mãe, mostrando que o direito sexual ou conjugal precede necessariamente o direito de paternidade. Adão, dentro desta concepção, domina a mulher (Eva), além do que ele também é considerado seu pai, pois é ele e não Deus, quem lhe dá o **nome**. Isto porque o homem passou a ser considerado o agente de procriação mais nobre e mais importante.

As mulheres eram consideradas recipientes vazios a ser preenchidos pelos homens, que tinham de fazê-lo para se tornarem pais e exercerem o poder de reprodução ou de procriação *masculino*.

*"Em vista do caráter dos poderes extraordinários que o patriarcalismo clássico delega aos homens, é pertinente que os poderes estejam contidos na denominação **pai** e encerrados no **mandato da paternidade**"*⁹³.

⁹⁰ Adão e Eva, do texto bíblico.

⁹¹ FILMER apud PATEMAN, 1993, p.132

⁹² PATEMAN, op.cit.

⁹³ PATEMAN, op.cit. Grifos meus.

Mesmo admitindo que o patriarcalismo é mais complexo do que o direito político dos pais sobre os filhos e mulheres, é ele quem tem o poder de gerar o direito político.

Esta forma de patriarcalismo clássico do **século XVII** foi o último período do patriarcado em que direito político foi associado com direito paterno, ou que a capacidade criadora política dos homens apareceu como uma capacidade paterna. Isto significa uma mudança radical diante dos primórdios do Neolítico, daquele período regido pelas Deusas Mães e virgens. Entretanto, mostra o poder que os significados ligados à procriação tiveram na história.

Observa-se um percurso do poder da procriação no seguinte quadro: primeiro das divindades femininas pelos poderes da procriação; em seguida este poder passa a ser masculino com o advento da paternidade, a ascensão das divindades masculinas, dos deuses-pais. Com os discursos mais recentes do final do século XVII em diante, as mães, pelo poder da procriação, cuidado dos filhos, passaram a ser “divinizadas” e exaltadas. Foi no bojo do amor romântico, do surgimento do sentimento de infância, da retomada do amor materno, que as mulheres retornam ao cenário social numa posição de poder, por mais que esse poder ainda continue em profunda desigualdade com o dos homens⁹⁴.

Sem dúvida, uma das grandes diferenças na significação dada ao poder da procriação foi que aos homens se associou poder de procriação com poder político, e isto num contexto em que o universo íntimo, do indivíduo, não era reconhecido como importante. O público se constituía no espaço por excelência e para as excelências. Tanto que o contexto de ressurgimento da maternidade como um valor, também o é para a intimidade.

O contexto em que emerge o sentimento da infância, da reorganização familiar com papéis e funções para os membros desta, também é o da recolocação do universo privado. A inserção de infância na cena social repercute na forma de educação da época, criando novas funções de pai e de mãe, bem como demarca a divisão do público e do privado pelo recorte com o universo do lar e da família. Por isso o poder paterno não pode mais ficar atrelado, como sinônimo, ao poder político. O cuidado de

⁹⁴ Irei explorar mais estas transformações em capítulo posterior.

um filho requer uma apropriação das coisas do sentimento. De que adianta um pai que sabe dirigir uma cidade, mas não se ocupa do cuidado e dos interesses da sua família ?

Percebo nessas modificações aquilo que venho chamando de reatualização, ou seja, se reatualizou e ressignificou um poder do princípio paterno, o que fala daquele que sabe comandar porque sabe o que os cidadãos da cidade precisam. Este significante “provedor” encontra um outro contexto para ancorar, mas não perde, em parte, o sentido original. O pai passa a ser aquele que responde como **provedor** da família. É o início da terceira forma de argumentação patriarcal, inaugurada pelo Contrato Social e pela entrada na modernidade.

3.1.3 PATRIARCADO MODERNO

A terceira forma de argumentação patriarcal é denominada de patriarcado **moderno**, que é **fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista**. É o surgimento dos pais modernos em famílias modernas e privadas, ao invés dos pais que detinham poder absoluto, de vida e morte sobre seus filhos, como os pais descritos por Filmer.

Com certeza, vários foram os motivos e as circunstâncias históricas que contribuíram para a derrocada do patriarcado clássico e o surgimento do moderno. Mas como, neste trabalho não é possível abarcar todas estas circunstâncias, me remeto a dois influentes pensadores e suas contribuições disruptoras e instauradoras de novos códigos no registro do social. Mesmo que estas rupturas sejam visíveis elementos de uma tradição clássica.

Estes pensadores são Locke⁹⁵ e Rousseau⁹⁶. Ambos concordavam com o direito natural dos pais em cuidar dos filhos, por legítima autoridade, entretanto consideravam este poder como temporário, pois os filhos ao atingirem a maioridade se tornariam livres, logo teriam que concordar ou não em serem governados.

Conforme Locke:

“Nós nascemos livres, já que nascemos racionais (...) A era que traz a liberdade traz também a racionalidade. E assim nós percebemos como a liberdade natural e a submissão aos pais podem estar em harmonia, e ambas são fundadas no mesmo princípio. Um filho é libertado pela autorização do pai, pelo discernimento do pai, que deve governá-lo, até que ele tenha o seu próprio discernimento. A liberdade de um homem que atinge a maioridade, e a submissão de um filho a seus pais, enquanto ainda não atinge essa idade, são tão consistentes e tão claras que contendores mais cegos em favor da monarquia por direito de paternidade não deixam

⁹⁵ LOCKE, John, (1632-1704), 1983.

⁹⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques, (1712-1778), 1997.

*de perceber essa diferença, os mais obstinados não podem deixar de perceber a consistência delas*⁹⁷

Esta argumentação mostra todas as implicações do Iluminismo e suas prerrogativas de racionalidade e liberdade contidas no indivíduo - sujeito racional e esclarecido. Remetem ainda a um mosaico que vai dando forma à questão da transformação da autoridade paterna ao longo do tempo, assumindo que a autoridade adquire e transforma seus sentidos e significados na historicidade⁹⁸.

Conforme mostrou Locke (1983), a possibilidade da liberdade estava garantida pela racionalidade. Ou seja: a condição do saber implica numa condição política dos indivíduos.

Uma segunda argumentação foi historicamente decisiva para a constituição do patriarcalismo moderno. Diz respeito à separação entre poder paterno e poder político feita por Locke, colocando em questão o caráter do poder dos pais.

Segundo Locke:

*(...) o pátrio poder ou poder dos pais consiste somente no que os progenitores possuem sobre os filhos para os governarem visando ao bem deles até que atinjam o uso da razão ou um estado de conhecimento no qual se suponha serem capazes de entender a lei, seja a da natureza, seja a municipal do próprio país, pela qual terão de reger-se -- capazes, repito, de sabê-lo tão bem como outros que vivem como homens livres sob essa lei (...) E assim, na verdade, o poder paterno constitui governo natural, mas sem estender-se aos fins e jurisdições do que é político. O poder do pai não alcança de modo algum a propriedade do filho, da qual somente ele pode dispor*⁹⁹

Ficou esclarecido que o direito natural do pai não era poder político, pois este era convencional, criado através do contrato. Segundo Locke, se tratava de dois poderes instituídos sobre bases diferentes e atribuídos para fins diferentes.

⁹⁷ LOCKE, 1983. Grifos meus.

⁹⁸ Como mostrou GADAMER (1993), o Iluminismo ao rejeitar os preconceitos, rejeitou a autoridade, como um anátema, no uso da faculdade da Razão. Ou seja, toda autoridade deveria ser submetida aos critérios da Razão (p.346). Razão como o saber da ciência, discurso que modelou, em parte, o próprio estatuto da paternidade.

⁹⁹ LOCKE, 1983, p.102. Grifos meus.

A argumentação foi se ampliando e ganhando consistência teórica. Como uma das fontes de apoio na criação dos argumentos, Locke interpretou o Quinto Mandamento bíblico para justificar uma posição de que a autoridade sobre os filhos era **dos pais** e não apenas paterna, ou seja, incluiu a mãe.

Também Rousseau¹⁰⁰, que recebeu forte influência de Locke, diferenciava o poder paterno (pai) do poder político (soberano) enfatizando suas diferenças, principalmente no que dizia respeito aos direitos e deveres. Cabe ressaltar que estes argumentos não vinham desmerecer a instituição familiar, ao contrário. A família se caracteriza, para Rousseau, como a mais antiga das sociedades e a única natural.

“A família é, pois, se se quiser, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo é a dos filhos, e, tendo nascido todos igualmente livres, não alienam a sua liberdade senão em proveito da própria utilidade.”(p.27)

Para Rousseau, os filhos ficavam ligados ao pai durante o tempo necessário à conservação, depois estavam isentos da obediência e entravam, todos, em independência. Ele considerava natural, então, apenas o período da necessidade inicial do filho para sobreviver. A liberdade comum seria própria da natureza “do homem”. Todos os homens que entrassem na “idade da razão” tornavam-se “senhores de si mesmos”.

Cabe ressaltar que ele se reporta muito ao masculino porque a imagem de chefe era do pai, e a idade da razão estava relacionada com o tornar-se senhor-de-si-mesmo.

A história do patriarcalismo **fraternal moderno** é contada nas narrativas dos teóricos do **contrato social**, sendo que Rousseau foi quem se encarregou da compilação dos preceitos do Contrato Social em um livro assim intitulado. Este livro tem sua primeira edição datada de 1762, e tem como uma das idéias principais a da liberdade natural.

Os teóricos do contrato se inserem nesta passagem entre o clássico para o moderno, o que marcou o fim de uma dada ordem social, característico das sociedades tradicionais, que se estruturavam a partir e pelo parentesco, sob o governo do pai.

¹⁰⁰ ROUSSEAU, 1997.

O indivíduo começara a se tornar a base da sociedade, e os chamados “acordos livres”¹⁰¹ passaram a ser a referência para a constituição das relações. O contrato seria este tipo de vínculo que foi substituindo as formas de reciprocidade de direitos e deveres originados na família.

Os teóricos do contrato consideravam que os indivíduos (homens)¹⁰² nasciam livres (porque eram racionais, como diz Locke) e iguais, portanto nenhuma relação de subordinação e superioridade poderia existir entre eles que não fosse acordada enquanto legítima, ou seja, por acordo mútuo ou contrato,

“(...) já que nenhum homem tem alguma autoridade natural sobre seus companheiros, e já que a força em si não outorga nenhum direito, todas as autoridades legítimas têm que ser baseadas em um pacto entre os homens”¹⁰³

A história do contrato original foi considerada “a maior narrativa sobre a criação de uma nova existência política pelos homens”¹⁰⁴. É uma criação masculina que ressignifica o lugar social e simbólico do pai, pois ele precisou ser atacado para haver a transformação. A criação política passa a ser própria da masculinidade, e não apenas da paternidade. É corrente o uso da metáfora que associa o surgimento do contrato social à **morte do pai** pelos filhos, estes transformam o direito patriarcal paterno no governo civil.

Estes argumentos também propõem uma intrínseca relação entre a sociedade civil, a organização capitalista e patriarcal. O que fica exemplificado no seguinte argumento:

“As aptidões que permitem aos homens, mas não às mulheres, serem ‘trabalhadores’ são as mesmas capacidades masculinas exigidas para se ser um ‘indivíduo’, um marido e um chefe de família”¹⁰⁵.

¹⁰¹ Os assim chamados “acordos livres” fazem uma clara alusão a um dos princípios mais caros à modernidade que é o de liberdade.

¹⁰² Como já foi rapidamente explorado neste texto, as mulheres ainda não possuíam status de indivíduo.

¹⁰³ ROUSSEAU apud PATEMAN, 1993, p.127. Atentar para a expressão “pacto entre os homens” numa certa alusão aos conhecidos ritos masculinos ou iniciações entre homens.

¹⁰⁴ PATEMAN, op.cit., p.60

¹⁰⁵ PATEMAN, op.cit., p.63

O patriarcalismo moderno, diferentemente do tradicional e do clássico, está profundamente atrelado à teoria clássica do contrato que, segundo Pateman (1993), é uma outra história sobre a gênese da vida política e também “é uma narrativa **caracteristicamente moderna, que fala sobre o corpo político morto do pai**”(p.135). É uma reatualização do mito do pai primevo, como se o pai precisasse morrer para inaugurar algo de outra ordem: o nome-do-pai daquela lei. Morte simbólica, mas que fala de um outro lugar para a fé, a verdade, um outro lugar para o estatuto do **absoluto**, talvez um significante (absoluto) que tenha ficado grudado ao nome-do-pai.

As transformações do significante Pai alteram os estatutos de masculinidade em função do contrato social. Alcançamos o princípio da modernidade, o embrião de um outro princípio de identificação masculina, qual seja: o do **homem trabalhador**. Característica que, com a revolução industrial, ganhará a extrema força de fixar o modelo do pai provedor trabalhador, do homem trabalhador. A identidade de trabalhador como sinônimo de uma verdadeira masculinidade.

Os teóricos do contrato, responsáveis pela argumentação que instaura o patriarcado moderno, estão extremamente atrelados à tradição iluminista e da razão moderna. Entretanto, mesmo na pretensão de domesticar os mitos para dar à razão o poder fundamental, a passagem para o patriarcado moderno também é marcada por uma reatualização de um mito, o da morte do pai¹⁰⁶.

Para se chegar até o estabelecimento do contrato original, e daí fundar a sociedade civil, os filhos cometem o parricídio (real ou simbólico), então retiram sua aprovação ao poder do pai e exigem a liberdade natural.

Dentro desta nova concepção civil e política, a sujeição se torna apolítica. O objetivo político dos filhos é o de herdar a capacidade paterna de criar o direito político, para tanto vão se utilizar da **fraternidade** como mote aglutinador e fortalecedor para os novos indivíduos.

Este movimento macro e micropolítico repercutiu nas subjetividades e teve efeitos ambíguos: ao mesmo tempo em que se reclamava o direito dos filhos como

¹⁰⁶ Interessante que este mito vai aparecer em uma série de outras narrativas, como em Freud (Totem e Tabu; Moisés e o Monoteísmo, p.ex.), ou em narrativas míticas gregas, como a morte de Urano causada por seu filho Crono ou, ainda, do próprio Crono pelo seu filho Zeus.

indivíduos, acarretou um fechamento da figura do pai na família nuclear. Isso gera um estranhamento sobre os limites da autoridade e do poder paterno, haja visto toda a problemática que retorna no século XX sobre o enfraquecimento da figura paterna, toda uma gama de literatura reclamando a ausência do pai, a flexibilização desta função. Percebo que este retorno remete ao embrião que está colocado nos princípios da separação entre os poderes e as autoridades. Pois isto representou uma necessária rearticulação entre poderes, sendo que o poder do pai precisou ser definido a partir do lugar na estrutura familiar moderna e não mais a partir da estrutura política mais ampla - mesmo que, para muitos, a estrutura familiar reproduzisse a estrutura política da sociedade.

O patriarcado moderno é fraterno na forma e o contrato original é um pacto fraternal. A categoria "fraternidade" é fundamental para a compreensão tanto do contrato, quanto do patriarcado moderno, porque os homens que o fizeram, após derrotarem o pai, agiram como irmãos¹⁰⁷. Irmãos ou parentes fraternos, a questão importante é a de que o pacto se deu no conjunto, o passo inicial da fraternidade civil.

Coincidência ou não, o fato é que esta leitura sociológica corrobora o que já foi mencionado aqui sobre a morte do pai. Freud (1913-14) se refere à criação da irmandade após a morte do pai.

Fraternidade, segundo Pateman, significa "irmandade de homens", logo tem conotações de parentesco, mas passou a ser tomada como uma metáfora para os vínculos universais da humanidade. Sendo que patriarcado continuou a ser associado com o "regime dos pais". Estas distinções são importantes, pois ajudam a perceber por que motivo a ordem civil moderna vai ser apresentada como universal-fraternal e não patriarcal.

McWilliams¹⁰⁸ se refere à fraternidade como um vínculo de origem nas tradições masculinas. Ele propõe a compreensão da fraternidade a partir do estudo das sociedades onde o parentesco era a relação mais importante. Dos estudos das tradições tem-se que a autoridade materna e paterna eram diferenciadas da seguinte maneira:

¹⁰⁷ PATEMAN, 1993.

¹⁰⁸ McWILLIAMS apud PATEMAN, 1993.

“(...) a mãe aparece universalmente associada com calor, afeição e prazer sensorial (...) com nascimento e a criação e mistérios (...) a autoridade paterna representa o abstrato em contraposição ao imediato e deriva do que está fora ou transcende a comunidade”¹⁰⁹.

Este autor corrobora com a tese de que precisou ser rompida a associação de autoridade com um determinado pai para que a geração de homens seguinte assumisse o controle social. Ele exemplifica esta posição, argumentando que a autoridade do princípio macho foi colocada acima tanto do pai quanto do filho. Com isso se tornaram submetidos à mesma autoridade superior, já não eram mais pais e filhos, mas irmãos, formavam uma irmandade reunidos e regidos pelo mesmo princípio¹¹⁰. Apoiada neste e em outros argumentos já apresentados, Pateman (1993) vai afirmar que a política moderna, inclusive a da sociedade civil, funda-se no **princípio macho**.

Acredito na pertinência do argumento de Pateman, por mais que, num primeiro momento, ele possa parecer simplista. Tanto tem pertinência que as transformações contemporâneas estão precisando colocar em questão alguns destes fundamentos para se efetivarem, dentre eles, alguns princípios do Direito. Como é o caso da discussão jurídica em torno do pátrio poder, do homem-chefe de família que, até bem pouco tempo, era protegido por amparo legal caso matasse sua esposa por defesa da honra. Honra é um significado diretamente associado e apropriado pelo princípio do macho.

Resumidamente tem-se, então, que a sociedade tradicional se caracterizou por relações sociais baseadas no parentesco. A fraternidade civil ou pública se diferenciou do parentesco, pois não está referida a uma relação sangüínea (aos filhos de um pai) mas a homens unidos pelo reconhecimento de um vínculo comum. Entretanto, o caráter de universalidade atribuído à fraternidade civil é uma característica **moderna**.

Cabe lembrar que esta sociedade civil, fundada sob os signos da liberdade, do indivíduo, etc., operava em dois planos: enquanto princípio formal incluía homens e mulheres, mas enquanto efetividade histórica, plano concreto, considerava indivíduos

¹⁰⁹ PATEMAN, 1993, p.123

¹¹⁰ Algo semelhante a esta idéia vai aparecer nos textos lacanianos quando Lacan afirma que o Falo é o princípio organizador e estruturante das sexualidades, pois para ele não existe dois sexos, mas um, o Falo. E Falo está diretamente relacionado, simbolicamente, com o princípio masculino.

apenas os homens. Permaneciam uma série de restrições às mulheres. Eram relegadas pela não apropriação do princípio, ou seja, pelas restrições derivadas dos conceitos atribuídos a elas.

Os autores clássicos do contrato¹¹¹ afirmam que a partir dele (contrato) tem-se uma versão moderna da origem da política masculina.

O contrato é visto como uma ficção política e não um fato concreto. O corpo paterno do patriarca clássico (mais precisamente, filmeriano) é metaforicamente assassinado pelos teóricos do contrato que criam um novo corpo: o “corpo artificial e coletivo” ou o “corpo político” de Locke¹¹². Esta criação é entendida como fruto de um ato da razão, uma construção do pensamento com desdobramentos sociais e em toda a história posterior.

¹¹¹ como por exemplo, Hobbes, Locke, Rousseau.

¹¹² PATEMAN, 1993, p.153

4. IMPLICAÇÕES DA MODERNIDADE NAS RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIARCADO.

Venho trabalhando até aqui conceitos de patriarcado moderno contados, prioritariamente, pelos teóricos do contrato. Entretanto, os atravessamentos são bem mais complexos e de várias ordens, haja visto a introdução do conceito de sujeito, as contribuições do Iluminismo, o princípio da modernidade e suas metanarrativas.

Pateman (1993) se refere à **morte do corpo político** do pai marcando a inauguração do patriarcado moderno, porque o pai não é mais o único soberano, ou que tem atrelado em seu poder o modelo de poder político, enfim o pai filmeriano. Esta metáfora remete a uma série de outras considerações importantes.

Assim como no patriarcado moderno a promessa de liberdade pela racionalidade vai determinando novas operações sociais também o...

(...) individualismo é fundado numa dupla mensagem, qual seja: O único dever que ele aceita como herança da tradição é, em princípio, o mandato de liberdade e autonomia, que evidentemente compromete o valor simbólico do débito para com a própria herança¹¹³.

É importante perceber as implicações de todo um modelo de racionalidade iluminista com as justificativas que reordenaram o lugar e as funções da paternidade. O próprio surgimento do indivíduo - praticamente uma das máximas do Iluminismo - fundado sob prerrogativas de racionalidade emancipadora e liberdade (uma liberdade individual natural e da igualdade) marca uma grande mudança na tradição da argumentação patriarcal.

Além do que

(...) o Iluminismo, que busca, pela via da ciência e da razão, enunciar verdades universais, capazes de domesticar os mitos, as forças mágicas e, por fim,

¹¹³ CALLIGARIS, 1994, p.28.

*obter a emancipação dos sujeitos, via controle racional do destino da humanidade*¹¹⁴.

Esta conceituação sobre o Iluminismo ajuda a entender pressupostos que estavam colocados e que também impulsionaram as transformações políticas do poder tradicional do pai.

O que está dado é um fato histórico decisivo, do qual Rousseau foi considerado um eloqüente explorador¹¹⁵: a proteção do que é íntimo. O enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo.

A sociedade exigia um nivelamento social até então, como se todos os seus membros fossem integrantes de uma mesma e enorme família. Sendo assim, deveriam ter os mesmos interesses e uma única opinião. Esses interesses comuns estavam assegurados pelo único “chefe”. Por isso se entende o poder do pai como o mesmo poder político, o governo de um homem só, considerado pelos antigos como a forma organizacional da família.

Por essa razão, também é o período considerado como o da desintegração moderna da família. Período que coincidiu com o florescimento da poesia, da música, desde meados do século XVIII até o XIX, acompanhado do surgimento do romance:

*“A reação rebelde contra a sociedade, no decorrer da qual Rousseau e os românticos descobriram a intimidade, foi dirigida, em primeiro lugar, contra as exigências niveladoras do social, contra o que hoje chamaríamos de conformismo inerente a toda sociedade”*¹¹⁶

O que se apresenta por estas mudanças mostram, em termos, uma necessidade de enfrentamento ao poder do pai porque nele se sustentava um modelo de família e de relação dos sujeitos com o social. Praticamente é o mesmo pai do mito primevo de Freud, porém aquele possuía poder de posse sobre todas as mulheres: a questão era a do uso do corpo das mulheres. Mas a lógica de controle pela vontade absoluta continua a mesma.

¹¹⁴ PRESTES, 1995

¹¹⁵ ARENDT, 1991.

¹¹⁶ ARENDT, op.cit., p.49.

A inclusão da intimidade no cenário social provocou uma desarmonia na conformidade do governo de um homem só.

Estes argumentos apresentam uma perspectiva teórica na qual é dada atenção significativa ao **sentido** político e social do pai patriarcal, e ao poder de sua paternidade. Elementos que podem, a princípio, não fazer muito sentido para uma pesquisa que se propõe a trabalhar com as interpretações atuais de paternidade, dos seus significados e expressões. Entretanto, dentro de uma perspectiva que entende as tradições como parte das atuais construções subjetivas, sociais e culturais, este transitar pelo passado é de relevante importância, um trabalho com as **heranças**.

Entendo que estes significados - que foram se modificando ao longo do tempo social e histórico, se recriando ou até mesmo insistindo em permanecer - fazem parte das nossas heranças culturais. E que podem, ainda hoje, influenciar as construções de sentido ou servir de contraponto, de lugar de negociação subjetiva, como se pudéssemos estar sempre negociando com as nossas heranças o que fica e o que não fica. Entretanto, não acredito numa negociação baseada num puro princípio de autonomia que nos autorizaria em dizer, simplesmente, quero ou não quero. Os processos são muito mais complexos, também coletivos, e estão a todo momento num embate de forças. Forças querendo fixar significados, homogeneizar as possibilidades interpretativas. Forças muito anteriores a nós que nos atravessam e nos jogam neste grande movimento de construções e desconstruções, o que acredito ser o movimento da vida.

4.1 INFLUÊNCIAS DO AMOR ROMÂNTICO

O amor romântico começou a marcar e fazer presença a partir do século XVIII. Por introduzir uma idéia de amor vinculada à vida individual, estava muito associado com as idéias de liberdade e auto-realização. Conceitos fundamentais para a modernidade.

Creio fundamental a construção de uma compreensão sobre as articulações entre modernidade, amor romântico, público X privado, no contexto desta dissertação. Primeiro, porque todos estão (intimamente) ligados e, segundo, porque desta grande montagem social percebe-se os movimentos de criação e desmontagem de modos de vida. Dentre estes modos de vida estão as montagens familiares, a constituição dos gêneros e, conseqüentemente, das identidades construídas para a paternidade e para a masculinidade.

A idéia de liberdade se tornou uma frente discursiva com poder de criação fundamental para estilos de vida e significados na modernidade. Contudo, parece complicado associar liberdade com amor e, muito mais, com razão, elemento também vital para a modernidade e para a compreensão do surgimento do sujeito.

Subjetivação e racionalização são elementos de fundamental peso para a modernidade, como afirma Touraine (1994). Elementos que foram e estão construindo modos, comportamentos, interpretações sobre o ser e o viver que vigoram, em parte, até nossos dias. Como associar estes elementos com a idéia de amor romântico que também surge então?

Primeiro, pelo fato do amor romântico corroborar com a emergência de um tipo de ator social que começa a fazer suas construções pessoais pela lógica e perspectiva do individual. Em segundo lugar, no amor romântico, diferentemente do *amour passion*, as forças irracionais do ardor sexual, dos instintos, ficam subsumidas às características do amor sublime. Caracteriza-se com isso, a força da razão sobre os impulsos (principalmente sexuais) deixar de incorporá-los no sentido de caráter individual para o exercício de criação das virtudes.

“A idéia de ‘romance’, no sentido que o termo veio a assumir no século XIX, tanto expressou quanto contribuiu para as mudanças seculares, afetando a vida social como um todo”¹¹⁷.

Na verdade, ocorreu uma reordenação racional dos processos emocionais, instaurando a divisão entre razão e emoção. Divisão que será sustentada, política e existencialmente entre os sujeitos, pela divisão entre domínios nos gêneros masculino e feminino. Cabendo ao primeiro o domínio das coisas públicas e ao segundo, das coisas privadas como as emoções, os afetos, os cuidados com o outro.

No tocante às formações familiares: tem-se, com o surgimento da idéia do amor romântico, a criação do lar, espaço fundamental enquanto base e núcleo da formação dos sujeitos. O lar concede às mulheres - mães o controle nas atribuições de cuidados amorosos, afetivos, etc. Tem-se, na fundação do espaço privado, um conjunto de significados que não se restringem a um espaço físico, pelo contrário, é quase a representação do que seria da ordem do subjetivo. Os afetos, amores, ternuras, por estarem associados ao campo do subjetivo, também são compreendidos a partir da lógica do espaço privado, da intimidade, portanto do feminino, das mulheres.

Com a criação do lar, se instaura também uma modificação na relação entre pais e filhos, neste sentido a “invenção da maternidade”¹¹⁸ recoloca posições entre adultos e crianças.

Vai ocorrendo, progressivamente, um deslocamento tanto da autoridade em si quanto do conceito de autoridade, pois o poder patriarcal da última parte do século XIX começa a declinar. Enquanto os homens foram centrais no sistema de produção, eles permaneceram com o domínio direto sobre a família. Porém, com a separação entre o lar e o universo público do trabalho, o cenário se modificou.

Os homens continuaram tendo posição hierarquicamente diferenciada em relação às mulheres. Os padrões que serviam para definir a masculinidade enquanto força, coragem, bravura, virilidade, entre outros (que conferiam a quem correspondesse a estes o distintivo do “verdadeiro homem”) reconduziam os homens não mais aos padrões pré-modernos tanto de homem quanto de pai. Todavia, não

¹¹⁷ GIDDENS, 1993, p.51.

¹¹⁸ BADINTER, 1981 ; GIDDENS, 1994.

deixavam de fazer do gênero masculino um ser superior diante das mulheres, principalmente por portar a razão, emblema da modernidade, tendo em vista que as mulheres respondiam pela emoção, qualidade que não servia para comandar nem administrar uma sociedade.

Giddens (1993) resume este deslocamento da autoridade paterna para a afeição materna com a seguinte constatação:

“O controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo” (p.53).

Associou-se maternidade com feminilidade e, no rol dos ideais do amor romântico, as mulheres, foram se tornando as “especialistas do coração” pelos seus instintos maternos e pela essencialização de algo que representava o genuíno em termos de afetos. Título que lhes dava as chaves do entendimento, compreensão e ação no território da intimidade.

A modernidade não deixou de fazer jus aos seus princípios de reordenar as questões humanas sob o julgo da racionalidade. Com a morte dos deuses (das concepções míticas e metafísicas), ocorreu uma descentralização nas áreas do conhecimento. Surgem as esferas autônomas na Ciência, Moral, Direito e Arte. O problema permanece enquanto essencialização das diferenças, o que também coloca as mulheres em distintos lugares na hierarquia social. O que não equivale a dizer que elas não tivessem poder, mas este, representado principalmente pelo saber sobre a intimidade, ficava subsumido ao poder do qual os homens eram os representantes tornados “naturais”.

Ao irem se tornando “especialistas”, seja pela maternidade ou pelo domínio nas questões da intimidade, as mulheres foram ocupando postos que, sem dúvida, também o são de poder. Não é à toa que vários autores¹¹⁹ do tema associam este período com o início da queda de um tipo de poder paterno sustentado no modelo do patriarca senhor-soberano e divino. Pelas novelas românticas modernas, as mulheres aparecem,

¹¹⁹ Me refiro, principalmente, aos citados neste trabalho.

na maioria, independentes e corajosas. Fato que contrasta, segundo Giddens (1993), com as histórias românticas medievais.

O interessante nestas histórias românticas modernas é o fato da heroína, diferentemente do modelo da conquista sexual masculina, usar o **amor** como arma para vencer e conquistar,

“...a heroína encontra e enternece o coração de um homem que inicialmente mostra-se indiferente e distante dela, ou ainda abertamente hostil. A heroína então ativamente produz amor. O seu amor faz com que ela seja amada, dissolve a indiferença do outro e substitui o antagonismo por devoção”¹²⁰.

Giddens (1993) afirma que o amor romântico possuía um caráter subversivo que ficou anestesiado pela associação com o casamento e a maternidade. Idéia que foi sendo dissolvida com o tempo, justamente pelas mulheres.

Os homens viveram o período do amor romântico de uma forma diferente das mulheres, e aqueles que foram muito influenciados por tais idéias sofreram com a exclusão do grupo masculino como um todo. Principalmente por abandonarem a clássica divisão entre mulheres imaculadas e mulheres impuras. Divisão também chamada de “padrão duplo”.

Há uma questão bastante interessante acerca deste padrão, tanto masculino quanto feminino. Do lado dos homens, o amor romântico servia como um reforço da divisão do público e do privado, pois confinava a mulher ao lar. Era uma grande teia que se formava pela associação: mulher-esposa-mãe-dona do lar. Os homens, por sua vez, eram os pais de família, mas com a legítima condição de gozar de prazeres sexuais com amantes ou prostitutas. Aliás, padrão corrente até os dias atuais, sob a justificativa da natureza masculina que requer, entre outras, a constante conquista.

O amor romântico foi sendo erigido sobre fundações que, ao longo do tempo, foram cedendo às fissuras de **conquistas**, do meu ponto de vista, das mulheres. Porém, permaneceram submissas num primeiro momento, com aparente aceitação incondicional das posições sociais assim definidas.

Ao que estou me referindo quando falo de conquistas?

¹²⁰ GIDDENS, op.cit., p.57.

Como afirmou Giddens (1993), o amor romântico possuía um caráter subversivo, principalmente nos seus aspectos de autoquestionamento, até mesmo porque estava implicado com seu tempo, que era um tempo moderno que começava a introduzir mudanças sociais que estavam pressionando transições. O amor romântico suscita questões da intimidade, se pauta pela busca, se liga às questões de auto-identidade e também do outro.

Como já mencionei, o amor romântico passou a ser compreendido como algo exclusivamente feminilizado, recolocando as mulheres no centro do lar. Tornaram-se as responsáveis pela gestão amorosa dos filhos e do marido, fazendo com que, dessa forma, adquirissem o status de respeitáveis. Isto mantinha os homens distantes deste mundo desconhecido da intimidade e tornava o casamento um objetivo primário das mulheres.

Como diz um artigo de 1839 sobre o casamento:

“...o homem exerce domínio sobre a pessoa e a conduta de sua esposa. Ela exerce o domínio sobre as inclinações do marido; ele governa pela lei; ela governa pela persuasão...O império da mulher é um império de suavidade...suas ordens são as carícias, suas ameaças, as lágrimas”¹²¹.

A questão que vem tentando ser argumentada nesta dissertação diz respeito, justamente, à criação, legitimação e manutenção desta lei (lei do pai, do marido, mas fundamentalmente do princípio macho). Lei de quem? Para quem? Bem como que tipo de autoridade era necessária tanto para criá-la quanto mantê-la.

Acredito que esta lei (criada, mantida, defendida e autorizada pelo masculino) estava profundamente ligada a um tipo de autoridade que possuía, no seu caráter e no seu fundamento, os instrumentos para tanto. À medida em que vai se modificando o próprio caráter desta autoridade, modificam-se a força dos laços que ligavam a lei com a autoridade.

Não se trata apenas de enfraquecimento da autoridade, o enfraquecimento aparece muito mais como efeito do que como causa. Mudam-se os estatutos conceituais e o caráter centralizador da autoridade. Opera-se uma redefinição da

¹²¹ GIDDENS, 1993, p.54.

autoridade. Considero importante salientar que não se tratou de um desaparecimento da autoridade, ao contrário, mas de uma modificação naquilo que respondia como autoridade.

Por este percurso histórico mostro diferentes compreensões que configuraram diferentes modelos de sustentação da autoridade. No caso do patriarca, o sujeito encarnava Deus-pai, e por isso tinha o poder centralizador sobre todas as esferas, fossem elas da família, da política, da religião. Devido às transformações já apontadas, a razão passou a definir verdades, estabelecendo como autoridade somente aquilo que se subsumisse aos seus critérios. E aí a questão: quem passou a responder, desde o lugar de um sujeito, pela razão?

Diante dos declínios do sagrado, da ordem natural, do declínio do sentido de qualquer coisa que pudesse ser tomada como soberana, também a imagem do Pai foi se reelaborando. O que se tornaria então modelo de identificação aos homens?

Aos homens, os modelos de autoridade passaram de uma ordem mítica para uma ordem do poder fundada na racionalização. Não é à toa que a divisão entre público e privado também configurava a divisão entre os afetos e sentimentos no feminino, e a razão e a técnica no masculino. A racionalização continuou legitimando a centralidade da autoridade masculina. Discursos biologicistas atrelados ao campo político redefiniram a ordem natural religiosa para uma ordem do natural biológico. As diferenças continuavam assentadas por uma naturalização.

A questão da autoridade central resume, em parte, um dos problemas mais emblemáticos da masculinidade, pois é desta autoridade que se fala quando dizemos que o masculino se construiu como referência a um tipo de poder, dentro de uma legitimidade que, até bem pouco tempo nem era discutida. Mexer nesta centralização de/da autoridade seria colocar em risco a própria autoridade, ou ao menos abalá-la.

Esta "autoridade central" desde há muito tempo vem sendo incorporada à masculinidade, e principalmente em alguns exercícios desta, como a denominação de "chefe da família".

O movimento cultural das mulheres foi uma das forças que começou a minar este tipo de conformação histórica e cultural. Pôs em xeque o conceito e o paradigma

que davam suporte tanto ao lugar de autoridade quanto à centralidade que este adquiriu no social.

Alguns teóricos da modernidade¹²² se referem ao período da razão como um período da impessoalidade, contudo é sabido que o universo masculino não abriu mão do seu lugar hegemônico. Continuou instaurando a supremacia masculina pela via de outros discursos comprometidos com o paradigma em formação. Entretanto, esta mesma modernidade introduzia a subjetividade como marca definidora dos sujeitos, ou seja, racionalização e subjetividade se tornaram elementos indissociáveis de um outro modo de existencialização, do criar sentido e significado para o viver.

Vários argumentos foram criados para continuar insistindo na supremacia masculina, inclusive os da divisão entre público e privado, querendo situar o universo da intimidade/privado como um campo a ser controlado pela racionalidade, sob o risco da vida social ou em sociedade se tornar um grande caos, principalmente se fosse governado pelas mulheres. O título de “especialistas do amor”, concedido às mulheres, foi praticamente um tiro que saiu pela culatra.

Ao se apropriarem deste “saber”, que estava mais identificado com o caótico e irracional, as mulheres foram adentrando por aquilo que viria a ser a grande fissura da modernidade, o Outro da razão, adquirindo o “domínio” sobre questões que a razão já não conseguia mais responder. Por isso se comenta que, no século XIX, as mulheres tornaram-se obscuras aos homens, numa nova acepção. As questões de sexualidade feminina tornaram-se problemas inclusive originários das “profundezas sombrias”¹²³. Entretanto, começaram a introduzir mudanças e, talvez por esse fato, passaram a se tornar desconcertantes.

As mulheres precipitaram a transformação dos estatutos que confinavam a sexualidade ao casamento e, por consequência, ao lar. Eram baseadas, justamente, nos princípios da liberdade e da subjetivação, construindo, dessa forma, outras justificativas para os costumes. E os homens?

Giddens (1993) aponta os homens como retardatários diante das transições que ocorrem atualmente ou, como ele se refere, desde o final do século XVIII. A época

¹²² Dentre eles TOURAINE, 1994.

¹²³ GIDDENS, 1993, p.71.

atual poderia ser considerada como a primeira vez em que a masculinidade vem sendo considerada problemática pelos próprios homens.

Na modernidade, os homens foram construindo modelos de identificação, baseados no distanciamento das questões de intimidade, já que os deuses morreram (cumpriu-se o ritual da morte do Pai). Buscam, através de rituais de solidariedade masculina, a obtenção de status frente outros homens, oriundos principalmente de recompensas materiais.

O **trabalho** vem se constituindo como um locus privilegiado para a construção de uma identidade “verdadeiramente” masculina. É como se os atributos que tradicionalmente vêm definindo o masculino (como força, coragem, virilidade, bravura e destreza) estivessem condensados no ser trabalhador, num certo tipo construído de identidade de trabalhador.

Tanto Giddens (1993) quanto Touraine (1994) apresentam a modernidade como o tempo que instaura o “projeto reflexivo do eu”. Que segundo Giddens, principalmente, o considera enquanto um projeto que envolve “...uma reconstrução emocional do passado para projetar uma narrativa coerente em direção ao futuro”(p.71). Sendo assim, os homens ficaram distantes deste projeto e, ao mesmo tempo em que as mulheres se tornavam obscuras e misteriosas, também se tornavam detentoras desta capacidade.

4.2 ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE SOBRE A PATERNIDADE.

No capítulo anterior, articulei algumas relações entre as transformações dos argumentos clássico e tradicional do patriarcado, para um argumento considerado moderno.

O patriarcado moderno, então, emerge no bojo de uma série de transformações sociais que afetam a tradicional condição e dominação masculinas. Isto acarreta uma transformação no modelo de organização familiar e, conseqüentemente, dos lugares e papéis masculinos nesta organização. Todo o percurso é pertinente a este trabalho, pois mostra as reconfigurações históricas e discursivas sobre a paternidade e a masculinidade.

Badinter (1993) caracteriza o novo estilo de família que passou a existir desde meados do século XIX, como o estilo “das sociedades industriais”. O que corresponde, também, ao tempo do patriarcado moderno. A autora apresenta este período como sendo aquele em que o contato entre os pais (homens) e seus filhos é transformado em função do trabalho fora de casa, principalmente em fábricas, minas, etc. É uma nova organização do mundo do trabalho e a conseqüente reestruturação dos “papéis” sexuais e dos seus lugares na sociedade.

Mesmo que já tenha apresentado uma versão do patriarcado moderno e suas repercussões nas transformações acerca do poder do pai patriarca, quero apresentar mais esta discussão com as considerações de outros autores e ir me aproximando das discussões contemporâneas acerca da paternidade.

No século XIX, as duas esferas de trânsito social - a privada, regida pela mãe e a pública, pelos homens¹²⁴ - se efetivam com grande vigor e legitimidade. Mulher dona-de-casa e mãe, e homem trabalhador e provedor. Conforme Rousseau¹²⁵, à

¹²⁴ Também apontado por PATEMAN (1993) acerca da criação da sociedade civil-pública em oposição à privada-familiar.

¹²⁵ BADINTER, 1993.

mulher cabia responder pela lei moral e afetividade, ao homem, pela lei política e econômica.

Ainda em Rousseau:

*(...) através de uma pequena pátria, que é a família, que o coração se apega à grande; (...) o bom filho, o bom marido e o bom pai (...) fazem o bom cidadão*¹²⁶.

Mesmo tendo proferido estes argumentos antes do século XIX, eles tiveram pertinência para os propósitos da diferenciação entre os gêneros. À esposa cabia manter a ordem na esfera doméstica, pois a família era tida como o império da mulher; porém, esta divisão se baseava na incapacidade feminina para a vida política.

Pela divisão social dos sexos, feita por critérios morais, as mulheres seriam incapazes de controlar os “desejos insaciáveis”, incapazes de sublimar suas paixões e desenvolver uma moralidade necessária à sobrevivência da sociedade civil. Os homens, ao contrário, utilizariam a **razão** para dominar a sexualidade e as paixões, critérios essenciais para criação e manutenção da sociedade política¹²⁷.

As transformações então oriundas da sociedade industrial foram responsáveis pela redefinição da masculinidade tradicional¹²⁸, que sofreu sensíveis mudanças em alguns códigos, praticamente semelhantes da condição masculina, como honra e força física. Estas cedem lugar para os significantes sucesso, dinheiro, trabalho valorizado, que também justificam a separação do pai e seu lugar no público.

Também Freud¹²⁹ corroborou para a manutenção e criação de argumentos que justificavam a divisão social dos sexos. Para ele, as mulheres representavam os interesses da família e da vida sexual, sendo que os homens seriam capazes de desenvolver um sentido de fraternidade ou comunidade, conseguiam universalizar seus sentimentos para além do restrito mundo familiar. E, ainda, que o trabalho da civilização foi se tornando cada vez mais de responsabilidade dos homens, exigindo deles sublimações instintivas, das quais as mulheres seriam pouco capazes:

¹²⁶ ROUSSEAU apud PATEMAN, 1993.

¹²⁷ Idéias de Rousseau apontadas por PATEMAN, op.cit.

¹²⁸ Termo cunhado por STEARNS In BADINTER, 1993.

¹²⁹ FREUD (1927-31), Vol.XXI, 1989.

“As mulheres, seus corpos e suas paixões carnis, representam a ‘natureza’ que tem que ser controlada e superada para que a ordem social seja criada e mantida. No estado de natureza, a ordem social na família é mantida somente se o marido for o senhor. O desejo feminino insaciável tem que ser controlado pelo direito patriarcal”¹³⁰.

Este argumento mostra a chamada “base natural” do direito masculino. Tanto a masculinidade quanto a feminilidade foram constructos teóricos que, nesse século, reforçaram uma idéia de “deficiência” das mulheres no que tangia à sociedade civil.

Volto à crítica realizada por Gadamer (1993) ao Iluminismo, que não reconhece legitimidade na autoridade da tradição e a necessária submissão desta aos critérios da razão na modernidade. A razão continuou sendo, por razões de um discurso sobre a natureza masculina, atributo dos homens, sendo que isto ficava legitimado também pelo lugar destes na esfera pública da administração política. Me refiro a um processo que chamo de “razão da natureza”, algo que serviu para continuar legitimando a superioridade masculina.

Cabe ressaltar que ainda são comuns, hoje em dia, leituras psicológicas acerca da natureza feminina, que salientam o aspecto insaciável do seu desejo. Na relação mãe-filho torna a aparecer esta característica de insaciabilidade, cabendo ao pai (para Lacan à função paterna, não especificamente o pai biológico, mas ainda assim algo do “princípio macho”) a função do corte, da separação.

Retornando, então, à discussão da época, vê-se que o poder da mãe é exaltado enquanto pureza, instinto e capacidade ilimitada para cuidar e amar os filhos. A sociedade industrial, ao afastar pai e filho, coloca a mãe como responsável pela educação e instrução, pois a função de nutriz é desdobrada e associada à de formação. Os Estados Unidos e a Europa são os grandes responsáveis e veiculadores destas narrativas sobre o “ser” mãe.

Em relação ao sistema de interpretação da paternidade, Parseval (1986) admite que o uso dos conhecimentos, principalmente os da biologia e medicina, fizeram com que todo o aparato relacionado aos cuidados das crianças se tornasse assunto

¹³⁰PATEMAN, 1993, p.151. Grifo meu.

praticamente exclusivo das mulheres e da maternidade. O pai se tornou uma figura bastante **ausente e excluída** do processo. Os discursos produzidos sobre concepção privilegiaram o momento da fecundação, no qual a figura do pai-genitor aparece para depois desaparecer. Além disso, reforçaram a associação basicamente direta entre a concepção e o nascimento, a puericultura, privilegiando a gravidez, o parto, a amamentação, a ênfase na relação mãe-bebê.

Parseval (1986) afirma que, em termos de Ocidente, principalmente na tradição europeia, a figura do pai é reconhecida apenas como possuidora de um papel ativo e concreto no coito fecundante, pois estaria ausente na formação e educação dos filhos, incumbências de mulheres. Desde a parteira, passando pela mãe, professoras, avós, etc.

Curioso é perceber que, mesmo diante de um novo arranjo de significações, a imagem de **pai** vai se obscurecendo perto da que havia no século XVIII. Autoridade e importância sofrem abalos, como afirma Badinter:

na melhor das hipóteses, ele é definido por sua função de provedor, e lhe é concedida a autoridade de árbitro disciplinador de última instância (...) Na pior das hipóteses, se ele não trabalha (...) declara-se sem o menor constrangimento que não deve se meter.¹³¹

Segundo Stearns¹³², o final do século XIX representou uma crise de proporções traumáticas para os homens, pois

(...) nada tão dramático jamais aconteceu quanto à separação entre o trabalho masculino e o lar, assim como a subsequente erosão do patriarcado.

Na França, novas instituições protetoras da infância, bem como a escola, vão ocupando paulatinamente o que era, até então, encargo da função paterna. O Estado vai substituindo o pai, além de veicular imagens destes como incapazes. Foi criado, para tanto, todo um aparato de respaldo em leis e nos discursos científicos para, ao

¹³¹ BADINTER, 1993, p.211

¹³² apud BADINTER, op.cit., p.211. Este autor não trabalha com a classificação das argumentações patriarcais, tal qual foi mostrada neste texto. Certamente está se referindo ao patriarcado apenas no seu aspecto de "regime dos pais".

cuidarem das crianças, vigiarem os pais. Estes mesmos aparatos reforçavam, pelo simples desconhecimento dos pais, uma idéia de inaptidão destes para o cuidado dos filhos. Também é o período de ascendência dos saberes científicos, pedagógicos, psicológicos, sobre a infância e o educar. Além da mãe, as crianças passam a ser foco das atenções e objeto das mais variadas discursividades.

Nos Estados Unidos, entre 1929 e 1930, a crise econômica se encarregou de reforçar a fragilidade que já vinha acompanhando os homens. A humilhação de pais desempregados foi provocando abalos na autoconfiança e na imagem de virilidade. Concomitante a este processo, os filmes americanos difundiam a imagem da “mulher com profissão”.

Badinter (1993) mostra que, na Europa e nos Estados Unidos deste período, duas imagens, basicamente, dão a idéia das representações de paternidade. Uma do pai distante e inacessível; outra, do pai desvirilizado e desprezado. Inicia-se assim uma longa produção de literaturas de queixas dirigidas aos pais.

Colocado enquanto objeto de ataque ou de lamentação, o pai da sociedade industrial passa a ser visto como aquele homem que **não serve enquanto modelo de identificação** aos novos meninos, seus filhos. A busca passa a ser feita no cinema e na ficção literária, por meio de personagens que se propõem como modelos de identificação:

“A imagem legendária do caubói, os personagens aventureiros, os Rambos e outros ‘exterminadores’, assim como os atores que os encarnam, tornaram-se pais substitutos para nossos filhos. Mais ainda do que esses heróis irrealis e superviris, porém, os melhores modelos de identificação para os meninos são os seus pares.”¹³³

A partir destes referentes, alguns teóricos vão construindo quadros explicativos que mostram, simultaneamente, o valor atribuído por algumas culturas na importância de homens formarem, pelas iniciações masculinas, outros homens. E o distanciamento dos pais em relação aos seus filhos como prejudicial à formação destes.

¹³³ BADINTER, 1993, p.92

Mesmo parecendo, num primeiro momento, que se trata de coisas diferentes, percebe-se que só é possível falar em separação ou afastamento do pai para com seu filho, quando se entende pai e filho sob os códigos de determinada tradição que define, mais ou menos claramente, o que é um pai e porque aquela criança é seu filho (a).

Tais fatores contribuem para mostrar que o vínculo pai e filho não repousa em um dado “natural”, e que:

*“a paternidade não rima forçosamente nem com casal, nem com fertilidade e nem, tampouco, com juventude, componentes considerados, em nossas sociedades, condições praticamente sine qua non de sua existência”.*¹³⁴

¹³⁴ PARSEVAL, 1986, p.41

5. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES ENTRE PATRIARCADO, RITOS DE INICIAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOS HOMENS.

Neste capítulo, faço um percurso histórico pelos significados associados à educação do masculino. Formas e maneiras do educar, bem como o tipo de implicação do pai e das figuras masculinas nestes processos.

Explícito, no decorrer do texto, a preocupação com a construção da masculinidade, que sempre existiu nas diferentes sociedades humanas. Para tanto, a transmissão sempre ocupou um lugar preponderante como forma de “educar”, de forjar uma masculinidade.

Em diferentes contextos, a figura do mestre era a que respondia pelo processo de formação de um homem. Entenda-se formação nos seus amplos aspectos, seja através dos ritos de iniciação ou da escolarização propriamente dita.

Estas diferentes compreensões, colocadas desde os ritos de iniciação como lugar privilegiado de transmissão de um saber-se-fazer-para-ser masculino, vem sofrendo ressignificações históricas. Além das ressignificações nos modos de transmissão é importante salientar as diferentes formas como aparecem as figuras do mestre e do pai, que não são correspondentes diretos. E ainda, a repetição dos mecanismos de brutalidade sempre muito associados com a formação de um “homem de verdade”.

5.1 O SURGIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA

No sentido de continuar mostrando a historicidade da compreensão, trago algumas contribuições dos estudos do historiador Philippe Ariès (1981) sobre as transformações do conceito de infância e de família das sociedades tradicionais para as “nossas” sociedades industriais. Destes estudos, me detenho na transformação da figura do pai, e da relação deste com a educação dos filhos. Pois, ao falar em transformação do conceito, significado e lugar da infância no social, algo também fica dirigido à transformação nos vínculos de filiação.

Estas “transformações” a que me refiro são apontadas por Ariès como tendo, em suas conseqüências, a polarização da vida social no século XIX, entre a família e a profissão. Eu a tomo como a divisão entre o público e o privado, divisão tão cara ao estabelecimento de estatutos aos homens e mulheres, bem como de modelos de interação afetiva entre estes e os filhos...

“Foi no fim do século XVII e início do XVIII que situei, partindo de fontes principalmente francesas, o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retratação dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade.”¹³⁵

Esta discussão, da qual venho me ocupando em boa parte da dissertação, pode parecer um pouco repetitiva, “mais uma vez” falar em transformação dos significados para homens e mulheres, mas não renuncio a mais um pouquinho de argumentação pelo seguinte motivo: Ariès trabalha com um argumento muito importante, o da transformação do conceito de infância. E isto não pode passar despercebido por um trabalho sobre as transformações na compreensão da paternidade.

Ao ser ressignificado o lugar da infância no social e na família, se recriam os discursos sobre paternidade e maternidade. Tanto o foi, que esta “nova” cultura familiar, do espaço privado, centralizava-se nas mulheres e crianças. Numa quase

¹³⁵ ARIÈS, 1981, p.23.

obsessão pela relação mãe-criança, O notável interesse pela educação dos infantes transformou-se numa quase obsessão pela relação mãe-criança. Qual era então o lugar do pai nesta “nova” constelação familiar ?

Estas transformações acerca do novo lugar da família na vida sentimental, se situam, conforme Ariès, entre os séculos XVI e XVII. Os mesmos séculos que demarcam as modificações nos significados e compreensões sobre o direito paterno e os discursos patriarcais.

Quero retomar algumas concepções anteriores às dos séculos XVI e XVII sobre o lugar da criança e dos pais.

A Idade Média, segundo Ariès, tinha na concepção de “aprendizagem” o carro-chefe no sentido de carregar um propósito formativo. Pelos contratos de aprendizagem as crianças eram confiadas aos mestres, ou seja, pessoas adultas de famílias estranhas, para servi-los bem e devidamente.

A noção de aprendizagem na idade média, está associada com o que era noção essencial, a de serviço. Serviço doméstico e aprendizagem se confundiam, como uma forma comum de educação.

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir¹³⁶.

Fica claro que as crianças eram entregues a outras famílias com o propósito de serem educadas pela aprendizagem, não aquela escolar da instituição formal, e também não pelos pais. Este processo era identificado como de transmissão por aprendizagem direta, que se fazia de geração para geração.

Não era apenas pela modalidade da aprendizagem que as crianças iam para outras famílias, mas porque se constituiu, como princípio daquela sociedade, um tipo de cuidado com as crianças em que era perfeitamente legítima a “mistura” destas com os adultos. Desde muito cedo, as crianças escapavam das suas famílias. Esta é uma das características que faz com que a família medieval seja considerada uma realidade

¹³⁶ ARIÈS, 1981, p.228.

muito mais moral e social do que sentimental. Tanto assim o foi que, entre os mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio pela **honra do nome**.

A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família¹³⁷.

Para a sociedade medieval não existiam problemas infantis, assim que era desmamada a criança tornava-se companheira natural do adulto. É por isso que Ariès afirma que a Idade Média não teve noção de “passagem” entre a infância e vida adulta.

Não possuir noção de passagem não significa que esta sociedade não tenha se preocupado em educar, pois educou.

Nos séculos XVI e XVII, a família transforma-se profundamente, modificando os padrões de relacionamento afetivo. Isto se deveu, em larga escala, ao novo lugar que as crianças passaram a ter dentro das famílias e no discurso e no cuidado dos pais sobre elas. Mas o surgimento do sentimento de infância é sustentado no contexto da tradição. Assim, embora haja uma nova construção de sentido para “pai”, que opera produtivamente com o novo conceito de infância, ele se mantém ainda como chefe.

Interessante perceber que, a esta reorganização familiar, vai corresponder um determinado estilo de educação formal. Mudam-se os conceitos, sai o aprendiz e entra o escolar.

O mestre que dirigia a cidade e era o pai todo poderoso, que tinha a posse sobre todas as mulheres e sobre a vida e a morte dos filhos e súditos, não estava colocado no mesmo lugar daquele que se encarregava de educar o filho.

Quando o sentimento da infância começa a surgir na história, a figura e a função paterna passam por uma resignificação. Não é gratuito que iniciam nesse contexto as reivindicações acerca da separação entre poder paterno e poder político pois, sendo praticamente o mesmo, também a família não tinha o contorno que passou

¹³⁷ ARIÈS, 1981, p.231.

a ter, ou seja, como uma instituição que foi se nucleando. O pai passou a ser o pai de uma determinada família, circunscrito a esta, e sua função passou a acontecer dentro daquela família.

Nos séc.XVI e XVII, ordens religiosas como a dos jesuítas e dos oratorianos, dedicaram-se ao ensino, não apenas de adultos, mas essencialmente às crianças e jovens.

Essa literatura, essa propaganda, ensinaram aos pais que eles eram guardiães espirituais, que eram responsáveis perante Deus pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos(p.277).

Está reapresentado o direito de vida e morte sobre os filhos, próprio do patriarca clássico.

O tipo de escola que se desenvolveu no séc.XVII foi consequência da preocupação dos pais com a educação das crianças. Escolas de disciplinas severas, protegidas pela justiça e pela política. Os próprios tratados de educação insistiam nos deveres dos pais no que dizia respeito à escolha de escolas e dos chamados “preceptores”¹³⁸, além de supervisionarem os estudos em casa, etc.

Mesmo a educação dos meninos, que teve um incentivo visivelmente anterior ao das meninas, teve seu início marcado por uma divisão. Os filhos das camadas médias da hierarquia social foram os primeiros a ingressarem no sistema. Isto significa que as classes dos artesãos e da alta nobreza mantiveram-se ligadas ao modelo da aprendizagem, “(...) fornecendo pajens aos grandes senhores e aprendizes aos diferentes artesãos”¹³⁹. Apesar da antiga aprendizagem se manter em dois segmentos sociais bastante significativos, isto não garantiu que ela fosse se extinguindo, abrindo cada vez mais espaço para a escola e, conseqüentemente, para a institucionalização da sua autoridade moral.

Encontro algumas relações entre argumentos de Ariés (1981) com os de Dupuis (1989) sobre os princípios educativos desde o Neolítico, e anterior ao surgimento da consciência da paternidade.

¹³⁸ Um tipo específico de professor.

¹³⁹ ARIÉS, 1981, p.233.

Dupuis descreve este costume de enviar os filhos para a casa de outra família com propósitos de aprendizagem como sendo o costume do *fosterage*. Que já existia entre as chamadas sociedades matrilineares civilizadas, ou seja, num período histórico anterior ao reconhecimento da paternidade. O costume do *fosterage* descrito por Dupuis (1989) é o mesmo citado por Ariés (1981), aquele da educação das crianças e dos adolescentes por outras famílias, que não às de origem, sendo que Ariés se refere a um período histórico no qual a figura do patriarca já existia.

O costume do *fosterage* aparece descrito nos estudos do sinólogo Marcel Granet¹⁴⁰ sobre a antiga nobreza da China, de organização patrilinear, onde os **meninos**, ao completarem dez anos de idade, iam para a casa dos seus parentes maternos, e ali então, recebiam a educação adequada e orientada por um **mestre** que os exercitava na dança, no tiro ao arco, na condução dos carros.

Os filhos não recebiam sua educação via legado paterno, e sim pelo clã da mãe, considerado estrangeiro.

Dupuis (*op.cit.*) salienta que o *fosterage* também era praticado na Índia Meridional no início da era cristã. O curioso é se tratar apenas da educação de meninos, pois também neste país o menino era entregue à ama-de-leite e a mãe natural era substituída por uma adotiva, o que o deixava com duas mães. Também entre os Maori¹⁴¹ os filhos eram entregues, já no nascimento, a pais adotivos, porém este costume se deve ao fato de que os filhos nunca poderiam ficar junto da mãe. O autor sugere que o costume do *fosterage* seria contemporâneo das primeiras migrações interclânicas, que eram de rapazes, por isso se manter principalmente direcionado à educação destes; e também do começo do parentesco descritivo, pois supunha o conhecimento da mãe.

A discussão em torno do *fosterage* se faz importante para a compreensão de que já havia função educativa antes do surgimento da paternidade. E esta, quando aparece, principalmente o **pai enquanto chefe de família**, não se define prontamente enquanto sustentadora de uma função educativa.

¹⁴⁰ apud DUPUIS, 1989.

¹⁴¹ Sociedade de tradição.

O pai se constitui reforçado em seu poder de decisão sobre os grupos sociais, pelas guerras e antes de qualquer função educativa, **em uma instituição**, uma entidade responsável pela garantia de continuidade do grupo. Ou, como descrevi anteriormente, como “mestre” no sentido de dirigir e administrar a cidade, a coisa pública.

O pai e o filho são, pois, elos de uma corrente que assegura a continuidade da família- continuidade constantemente ameaçada numa época em que a morte dizimava as jovens gerações. A família garante a continuidade de um grupo biológico e de uma classe social. Ao mesmo tempo, a fundação familiar faz surgir uma nova autoridade que é a do pai: autoridade absoluta, que chega até ao direito de vida e de morte sobre os filhos e pela qual a família obtém os meios de transmitir rigorosamente aos descendentes seus bens, poderes e tradições.¹⁴²

¹⁴² DUPUIS, 1989, p.136

5.2 DIFERENTES ESTRATÉGIAS HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MASCULINA.

Os sistemas patriarcais criaram uma série de estratégias, principalmente de caráter formador e educativo (não necessariamente no sentido formal, escolar), para transformarem meninos em homens, em nome do que deveria ser um “verdadeiro homem”¹⁴³ ou “homem de verdade”. Ou seja, um propósito de travessia da identidade de menino ou jovem para a de homem.

Badinter (1993) pesquisou uma série de estratégias formadoras da “verdadeira identidade masculina” para, com isso, afirmar que tal identidade, ao contrário de alguns pensamentos, é adquirida ao longo de processos bastante sofridos e violentos.

Conforme Bourdieu (1995):

*(...) contrariamente à ilusão do senso comum, as disposições que levam a reivindicar ou a exercer tal ou qual forma de dominação, como a **libido dominandi** masculina numa sociedade falocêntrica, não são de modo algum naturais, devendo ser construídas por um longo trabalho de socialização, tão indispensável quanto aquele que predispõe à submissão (p.148).*

Por estarem incorporadas às tradições e aos mais variados códigos culturais de épocas também variadas, pode-se levantar pontos em comum entre algumas destas **instituições** formadoras, quer se tratem de ritos de iniciação, de pedagogias homossexuais ou do confronto entre pares. Em todas prevalece a idéia de que o primeiro passo para tornar-se homem é a separação da mãe, e nisto há um limiar “crítico” a ser transposto, em oposição à menina, que tem na menstruação uma passagem praticamente “natural” de estágios. Nos meninos, ao contrário, é justamente pelo processo **educativo** que se efetua a passagem.

¹⁴³ BADINTER, 1993, p.69

Outro ponto em comum descrito pela pesquisadora entre as também chamadas **pedagogias da virilidade** é a existência necessária e imprescindível de **provações**. Ou seja, para reforçar o caráter viril que toda masculinidade deve ter, os jovens são submetidos a combates violentos e cruéis, significando confronto com o outro e consigo.

E ainda, um terceiro elemento em comum com relação à função do pai é que este fica numa **posição nula ou apagada em se tratando da iniciação dos seus filhos homens**, tendo em vista serem iniciados por um mentor ou pelo grupo dos veteranos, mas nunca pelo genitor. Badinter (1993) entende que existe aí um temor por parte do pai em provocar dor ou prazer ao filho.

5.2.1 INSTITUIÇÕES FORMADORAS: PEDAGOGIAS DA VIRILIDADE.

5.2.1.1 Ritos de Iniciação

Segundo Badinter (1993), eles normalmente se constituem de três etapas: separação da mãe e de tudo que represente o universo feminino, transferência para um lugar desconhecido e provas. Ela têm como objetivo comum a função de transformar, por meio de todos os aparatos que a tradição possui, um jovem menino em verdadeiro homem.

Naturalmente, os significados do que seja o verdadeiro homem dependem da tradição, porém a necessidade do processo de construção atravessa várias culturas.

A representação de que o filho precisa ser separado da mãe para poder obter um novo status social aparece na maioria das sociedades ritualizadas patriarcais: no século XVIII rousseauiano, entre as tribos Baruya e Sambia da Nova Guiné, entre os Samburu e os Kikuyo da África Oriental. E também entre as organizações militares até os dias atuais.

Entre os Sambia da Nova Guiné, os jovens normalmente são retirados das mães por volta dos sete e dos dez anos de idade,

"(...) eles são levados para a floresta, onde durante três dias são chicoteados até sangrar, para a pele se abrir e estimular o crescimento. São batidos com folhas de urtiga e devem sangrar pelo nariz para se desembaraçarem dos líquidos femininos que os impede de se desenvolver. No terceiro dia, lhes é revelado o segredo das flautas, o qual jamais deverão revelar às mulheres, sob pena de morte."¹⁴⁴

Somente ao atingirem o verdadeiro estatuto de Homens é que poderão voltar a falar com suas mães. Eles atingem este pleno estado quando se tornam **pais**.

¹⁴⁴ BADINTER, 1993, p.72

Na segunda etapa dos ritos, ocorre um processo que, conforme Badinter (1993), assemelha-se à imigração, ou poderia falar em uma repatrialização, pois se trata de mudanças simbólicas e físicas, de tempo e espaço. Reorganizam-se hábitos, costumes (também os lingüísticos), além da estrutura política, hierárquica, de filiação. Tudo isso para que os novos homens fiquem o mais distante possível das suas origens. Este processo pode se estender por cinco até quinze anos, sempre acompanhado de **cerimônias** que marcam as passagens.

Durante esta fase os meninos são levados e conduzidos para um estado de “não-identidade”. A privação é praticamente total (sem comida, bebida, roupas), a intenção é fazer ver que a criança nascida da mãe é fêmea em seu primeiro estado e por isso deve morrer. Só assim o **filho macho** nascerá.

Em sua terceira etapa, os ritos de iniciação masculina valem-se de variadas provas, praticamente todas atingem o corpo para marcar pelo sangue a ascensão ao lugar de Homem. As provas têm exibição pública, pois conforme observou o antropólogo D.Gilmore¹⁴⁵, a cena aberta proporciona aos jovens mostrarem sua coragem, desprezo à morte e à dor. É nesta fase em que, na superação do medo da morte, eles atingem a superação da infância.

Estas etapas ou fases que estou apresentando falam, principalmente, das sociedades entendidas como primitivas ou de tradição. Mesmo que determinados ritos tenham se modificado com o advento do individualismo, a sociedade moderna os presentifica por diferentes mecanismos. Os rituais de iniciação ainda existem em algumas sociedades do nosso planeta como, por exemplo, entre algumas tribos guerreiras da Nova Guiné, entre tribos Baruya, Sambia, Busama, etc.

Os ritos concernem basicamente aos meninos. As meninas passam por cerimônias mais curtas e menos penosas, segundo Badinter (op.cit.).

Bourdieu (1995) faz uma distinção em relação aos ritos concernentes ao trabalho de masculinização dos pequenos meninos. Segundo o autor, as práticas rituais servem como “ação psicossomática”, pois vão construindo as disposições e os esquemas, também chamado de *habitus*. E ainda:

¹⁴⁵ apud BADINTER, 1993.

(...) a lógica de todo o processo social no qual se engendra o fetichismo da virilidade se manifesta com toda a clareza nos ritos de instituição (...) que visam instaurar uma separação sacralizante não entre aqueles que já os sofreram e aqueles que não lhes foram ainda submetidos, como faz crer a noção de rito de passagem (entre um 'antes' e um 'depois'), mas entre aqueles que são socialmente dignos de sofrê-los e aqueles que deles são para sempre excluídos, isto é, as mulheres (p.149)¹⁴⁶.

Penso que Bourdieu (1995) contribui de maneira bastante significativa com esta temática, principalmente pela relação que vai construindo entre o exemplo de uma sociedade de montanhese berberes de Cabília (p.135) e a formação do *habitus*¹⁴⁷ masculino.

Em relação à sociedade Cabília, Bourdieu mostra que os ritos de separação, como o nome já indica, visam separar o menino da mãe e assegurar sua masculinização progressiva. Na realização destes, são utilizados objetos fabricados pelo fogo, bem como os que simbolizam o corte, a faca, o punhal, etc. (objetos de representação masculina).

Para exemplificar o chamado “trabalho psicossomático” (pois a virilização precisa estar inscrita no corpo), Bourdieu relata o primeiro corte de cabelo do menino. Nesta sociedade o primeiro corte é bastante simbólico, pois se compreende que a cabeleira é um dos laços simbólicos que ligam o menino ao universo maternal. Cabe ao pai, com o auxílio de uma lâmina, o **corte** inaugural. A entrada progressiva no “mundo dos homens” vai se fazendo, então, por etapas que visam a masculinização, e estão diretamente associadas à questão da **honra** e das **lutas** simbólicas.

¹⁴⁶ Grifos meus.

¹⁴⁷ Resumidamente, seria aquilo que se nos estrutura e estrutura as categorias de percepção, de pensamento e ação como se fossem naturais, evidentes por si mesmas. Conforme Bourdieu (1995) é o *habitus* masculino que faz com que a categoria homem seja vivida e tomada socialmente como universal, “que está socialmente autorizado a sentir-se portador da forma total da condição humana” (p.137).

5.2.1.2 A Pedagogia Homossexual

Esta expressão significa, conforme aponta Badinter (1993), o aprendizado da virilidade pela relação homossexual, novamente pelo mesmo sexo, entretanto com o preenchimento erótico e sexual.

Esta prática tem raízes bastante antigas e em sociedades onde a virilidade era considerada “valor moral absoluto”¹⁴⁸, pois nestas as mulheres tinham um papel muito inferior, gerando aversão à possibilidade de algum homem apresentar traços ou comportamentos femininos. Logo, homens que amassem outros homens seriam mais masculinos.

Entre as tribos guerreiras, como os Sambia e Baruya, a masculinidade é considerada condição de sobrevivência, pois depende dos homens a continuidade da comunidade, mais do que simplesmente homens, precisam da força e da dureza do guerreiro, algo conquistado também pela iniciação homossexual, portanto para eles:

“(...) homossexualidade não rima com feminidade. Ao contrário, é uma etapa incontornável para a masculinidade heterossexual.”¹⁴⁹

E ainda:

“Dos gregos aos Sambia, dos romanos aos escandinavos da Idade Média, dos samurais japoneses aos Baruya, todos pensavam que a verdadeira virilidade passava pela relação entre dois homens”¹⁵⁰.

Para Foucault¹⁵¹, sexo, verdade e conhecimento na Grécia Antiga eram transmitidos corpo a corpo: a **relação iniciática** era, ao mesmo tempo, **pedagógica**. Esta forma ritualizada tinha o caráter de instituição e por isso se prestava tanto para a formação do guerreiro de Tebas, quanto do cidadão ateniense.

¹⁴⁸ op.cit, p.79

¹⁴⁹ BADINTER, 1993, p.80

¹⁵⁰ op.cit., p.80-1

¹⁵¹ FOUCAULT, 1988.

Nesta relação iniciática existia o “erasta”, identificado como o amante, a quem cabia a função de mestre do “erômena”, o amado. Ou, do mais velho (erasta) para o mais jovem (erômena), entretanto nunca se tratava de relações parentais, de pai e filho¹⁵². A diferença de idade era uma das condições fundamentais para a prática homoerótica¹⁵³, o aparecimento dos pêlos pubianos ou de barba serviam como critério demarcador do final da relação. Estes códigos reguladores serviam para mostrar que a relação não se estabelecia entre iguais, principalmente no status social, pois um estava ali para aprender e o outro, ensinar. Estava colocado, desde esta separação, o princípio de **subordinação**, entendido enquanto um sentimento importante para se chegar ao de **dominação**, considerado **essencial na identidade masculina**.

Na fase adulta, o amor entre homens era proibido, objeto de críticas e ataques à virilidade de ambos. Fora do enquadre iniciático, essa relação era tomada como perversão, evidenciando que a prática homossexual iniciática era delimitada por seu caráter pedagógico, sendo assim temporário.

Em Atenas, mesmo na falta da justificativa das guerras, a pederastia se generalizou enquanto instituição pedagógica:

*“(...) desde que a função educativa passasse de um membro da família consanguínea para um estranho ou para um membro por afinidade, ela se completava com uma dimensão erótica, assumida sexualmente ou não”.*¹⁵⁴

A pedagogia masculina na Grécia, portanto, se operava por contatos íntimos, entre corpos. Segundo Sargent¹⁵⁵, o homem adulto, cidadão grego, deveria transmitir ao mais jovem (tornado amado) todas as qualidades que compunham a sua *arete*, ou seja, virtude, mérito, coragem, inteligência, honra.

Dentro das pedagogias homossexuais das tribos guerreiras, há uma prática iniciática que envolve a felação. Os mais jovens precisam beber o esperma dos mais velhos, sob a crença de que assim cresceriam mais e com mais força do que as

¹⁵² Ver também em Jurandir Freire Costa, 1992;1995 e, ainda, K.J.Dover, 199(4).

¹⁵³ O termo “homoerótico” é cunhado por COSTA (1992) para demarcar uma diferença fundamental em relação ao conceito de “homossexual”, tendo em vista que este tem sua origem marcada pelo discurso médico do final do século XIX e o propõe enquanto uma doença ou desvio da conduta sexual normal.

¹⁵⁴ SERGENTapud BADINTER, 1993, p.81

¹⁵⁵ BADINTER, op.cit.

mulheres. Além da ingestão do esperma, em outras tribos a ingestão é do sangue dos homens adultos.

A associação de esperma e sangue remonta à crença da função dos líquidos na constituição dos sujeitos, pois quando crianças eram amamentados pelas mães e, na fase de transição para o mundo masculino, pelos homens.

Badinter (1993) refere que, na França do século XVIII, a escolha das amas-de-leite baseava-se por uma crença na força da transmissão de características de personalidade destas para os bebês, logo eram escolhidas em função dos seus temperamentos. Tanto o leite de vaca quanto o de cabra eram vistos com desconfiança.

As pedagogias homossexuais visavam o aprendizado da identidade masculina. Para tanto, aos homens mais velhos cabia a função de transmissão de todos os aspectos característicos da virilidade aos mais novos. E, conforme apontam os estudos de R.Stoller e G.Herd¹⁵⁶, teria-se também o valor de introdução ao erotismo, haja visto as mais variadas cerimônias nas quais são revelados o erotismo da boca, do pênis, a ereção, o esperma, todas privilegiando os genitais.

Dentre os aspectos que foram elencados até aqui, no tocante às estratégias de formação e “educação” dos meninos, estratégias de socialização e apresentação daqueles às culturas de origem, repete-se o fato da ausência do pai, no sentido como hoje o entendemos. O ingresso no universo propriamente masculino se dá pela separação com o feminino¹⁵⁷ via outros masculinos, mais velhos, que não depende de um único pai, como se fosse uma certa paternagem coletiva ou, seguindo as colocações de Pateman¹⁵⁸, de uma irmandade de homens, da fraternidade.

¹⁵⁶ BADINTER, 1993. Também em DOVER, K.J. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*, 1994.

¹⁵⁷ Percebe-se estratégias semelhantes nos dias atuais na nossa sociedade.

¹⁵⁸ PATEMAN, 1993.

5.3 EDUCAÇÃO E PATERNIDADE

Ao me deparar com estes estudos historiográficos, algumas questões sobre paternidade e educação me surgiram da seguinte forma: fica evidente que a figura de pai, nos seus primórdios, não estava associada com a educação e formação dos filhos. Todavia, a educação pela aprendizagem, não necessariamente escolar, já se fazia presente como uma transmissão necessária¹⁵⁹. Mesmo não sendo entre as crianças e seus pais, ela se efetuava através de um **outro** colocado no lugar de **mestre**. E para ser mestre não podia estar atrelado ao laço filial, ou seja, paterno ou materno. Em diferentes tradições percebe-se a força da figura dos mestres, sejam eles iniciadores ou educadores, principalmente entre homens.

Historicamente, as iniciações também foram definidas por um caráter pedagógico. As iniciações masculinas exigiam e só podiam se fazer mediante a figura de um mestre. Mestre masculino que conduzia os aspirantes à masculinidade. A iniciação masculina por um mestre (ou um homem mais velho que não o pai) como uma forma de ingresso no universo masculino é muito antiga e atravessa diferentes culturas. É como se as primeiras formas de educação-formação masculinas se dessem atreladas à questão do gênero: aprender a ser homem, como se uma das primeiras necessidades do universo masculino fosse justamente tornar meninos em homens. A preocupação em forjar homens.

¹⁵⁹ Esclareço esta distinção entre educação e aprendizagem, pois pode parecer problemática se não for compreendida no contexto da teoria que lhe dá sustento. Tomo de Ariès esta distinção, entendendo que para este autor, a aprendizagem estava colocada mais do lado da transmissão de ofício, de geração a geração, o que não a destitui de um lugar de "formação". Quando ele fala em "educação", conceito que sempre vem junto do surgimento do sentimento de infância e das transformações no universo familiar, ele se refere à vida escolar, assim definido: "...como a escola e o colégio que, na Idade Média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos." (p.165).

Ariès está propondo uma distinção entre a educação pela aprendizagem e a educação escolar do tipo moderno, mudança que se deve, entre outros fatores, a uma evolução do sentimento das idades (distinção e diferenciação por idade) e da infância. Sendo que: "O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude" (p.170).

Saliento dois aspectos importantes: primeiro, o lugar da iniciação no universo masculino como um rito que, repleto de símbolos e significados, se encarrega de demarcar o ingresso, uma passagem, uma mudança de estado. Estes ritos também se compõem de aspectos educativos, no sentido em que vão preencher a necessidade de algo que tem que ser apreendido para se alcançar outro lugar social naquela comunidade cultural. O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, é o que vai falar da função e da figura daquele encarregado de passar, de transmitir, que pode ser compreendido como sendo o mestre. A questão, então, é que mestre e pai, historicamente, não são sinônimos nem tem correspondente direto. Não são a mesma coisa.

Isto que apresento tem a sua pertinência nos dias atuais, e também diante dos estudos sobre masculinidade. Interessa especificamente àqueles que vem tratando a crise da masculinidade associando-a com a falta de ritos de iniciação masculinos ou o enfraquecimento deles no contexto contemporâneo. Aponta-se para a importância quase crucial desta relação entre rito, iniciação e construção-educação do masculino.

Badinter (1993) é uma das autoras que se refere ao enfraquecimento do pai na sociedade industrial como um dos fatores de “crise de identificação” entre os meninos/ futuros homens. A questão que levanto é a seguinte: historicamente, a figura paterna não esteve, necessariamente, associada a uma figura de ou para identificação. O discurso da psicologia, principalmente freudiana, ao introduzir temas como o Complexo de Édipo, vai referir às identificações entre a criança e seus genitores um lugar preponderante na estruturação do sujeito. No caso, o pai passa a ter um lugar relevante em se tratando de modelo de identificação para seu filho - a grosso modo, algo como de pai para filho, traduzido em de “homem para homem”. Entretanto, um discurso mais efetivo que coloque o pai neste lugar de cuidado com o filho, de paternagem e aí sim, de proximidade concreta da criança, só está se dando nos dias atuais, quando se põe em questão o exercício da paternidade.

Sendo assim, a figura do mestre-iniciador de fato tem a sua relevância histórica. A questão complicadora, me parece, está em reunir todas estas criações históricas numa figura tornada pai da família privada. Pai tendo que responder como

mestre, como chefe, como amante, praticamente o super-homem, e, obviamente, fracassando.

Além disso, e mesmo parecendo paradoxal com o que acabo de expor, a educação e o cuidado dos filhos foram sendo, na sociedade moderna, cada vez mais atribuídos às mães. Esta passagem não deixa de ser, no mínimo, intrigante. Haja visto, no caso dos meninos, que a separação de tudo ou qualquer coisa que representasse o universo feminino era fundamental para que eles se educassem e se transformassem em homens.

Mesmo com as considerações de Dupuis (1989), que marcam a existência de função educativa antes do surgimento da paternidade, ou mesmo que o pai não se constitua inicialmente por esta função, não deixa de mostrar que homens eram responsáveis pela formação de outros. E que esta função estava dirigida principalmente para os meninos sob a incumbência de um mestre.

Também é intrigante pelo fato de que Freud - um dos nomes significativos para as justificativas do patriarcado moderno, precisamente no tocante à legitimidade do homem na esfera pública e da mulher na privada - criou um conceito de educação muito pertinente com o princípio masculino, qual seja:

*“Pode-se descrever a educação como uma incitação à **dominação do princípio do prazer** e sua substituição pelo **princípio de realidade**, isto é, ela tenta contribuir, com a ajuda deste, ao processo de desenvolvimento do Eu (...)”¹⁶⁰*

Pelo já discutido aqui acerca de alguns pressupostos de Freud sobre o homem e a mulher, o princípio de prazer estaria mais do lado feminino, pois da natureza insaciável, aquilo que pede corte, limite, que pede uma operação racional para controlá-lo. Esta operação racional da sublimação dos instintos, que predomina no masculino, é o princípio de realidade¹⁶¹. O que vai afirmando a educação como uma operação de recalque, pois

¹⁶⁰ FREUD, 1989, vol.XII, p.224.

¹⁶¹ Estes conceitos são bem mais complexos, apenas fiz uma pequena aproximação com argumentos já desenvolvidos no texto. Não cabe aqui aprofundá-los.

“(...) pelo recalque se aceita o símbolo do Outro (cultura, linguagem, etc.) como uma significação que lhe é imposta e, ao mesmo tempo, almejada”¹⁶².

Este conceito de educação representa e fala da constituição de “indivíduos” por demanda do saber social, não instintivo. Segundo Jerusalinsky (1994) a educação vai impondo ideais que **arrastam os sujeitos para bem longe do “paraíso materno”**(p.21), fazendo-o a partir do que a sociedade precisa, do ideal social.

Confirmando minha estranheza com relação à virtual supremacia das mulheres com os cuidados e educação das crianças, quando me deparo com textos como o de Elisabeth Badinter (1993) os quais fazem uma clara referência à falta de iniciadores, no caso da educação dos meninos. Para ela, os pais (gênero masculino) não estão mais preenchendo esta função. Também afirma que os “ritos” perderam o sentido na sociedade contemporânea e cita o exemplo dos homens norte-americanos que se dizem “nostálgicos” dos antigos ritos de iniciação. Segue sugerindo que “as passagens” entre universo masculino infantil e construção de uma identidade masculina estariam mais difíceis.

Praticamente no mesmo sentido das indagações de Badinter, estão algumas colocações de psicanalistas brasileiros sobre o que ele(a)s tem chamado de um certo “fracasso parental”. Alguns¹⁶³ afirmam que, na sociedade industrial, o pai perdeu seu lugar para a ciência e o discurso científico, bem como se perdeu em relação à educação dos filhos. Segundo Melman (1994) a “educação é sempre a transmissão de um saber” e eles, os pais, se perguntam “qual é o saber ?” que irão transmitir às crianças. Esta reflexão faz uma clara referência às heranças, entendendo que, no seu sentido simbólico, as heranças carregam os saberes, as histórias e as tradições.

Melman (op.cit.) faz uma declaração forte e pesada com relação aos pais (gênero masculino) de hoje, afirmando que “(...) um pai em nossos dias é um personagem bastante ridículo” (p.40), pois estariam se **subtraindo** das tarefas e participando do discurso da ciência, que promete um gozo (subordina o valor do dever) ilimitado, no caso, às crianças.

¹⁶² JERUSALINSKY, 1994.

¹⁶³ Material extraído do livro Educa-se uma criança?, 1994, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

“O discurso da ciência expulsa ao sujeito de seu saber, que assim se torna universal e propõe pela via de seu saber um objeto real, cuja posse e uso conforme as prescrições pretensamente constituiria o sujeito da felicidade”¹⁶⁴.

Assim como Badinter (1993) aponta para a ausência do pai na educação dos filhos na sociedade industrial, bem como a falta de ritos de iniciação masculina, Pateman (1993) mostra as transformações do legado paterno no patriarcado moderno. Estes argumentos coincidem com o que alguns psicanalistas, como os que apontei, chamam de substituição do saber paterno (saber-poder no sentido em que toda potência de lei estava conferida ao pai-soberano-monarca) pelo saber que advém com o próprio desenvolvimento da sociedade civil, industrial e, agora, tecnológica. Ou seja, os saberes da ciência, medicina, psicologia, direito e outros, que foram colocando o que até então representava o saber paterno sobre a vida, a morte, o direito dos filhos, menos do lado dos pais e mais do lado (sob responsabilidade) destes saberes.

Seguindo um pouco mais na trilha da relação educação-monopólio feminino, me deparo com alguns argumentos como os de Chodorow¹⁶⁵, que afirma:

“(...) algumas grandes discrepâncias sexuais universais na organização social dos gêneros são geradas pelos cuidados das mulheres com os filhos”.

Para Isaac Balbus¹⁶⁶:

“(...) o monopólio da educação do filho pela mãe é o fundamento psicológico da dominação masculina (...) é a experiência da autoridade materna, em vez da paterna, que é a fonte definitiva de anuência e apoio para os políticos autoritários”.

Cristiane Olivier¹⁶⁷ sustenta um argumento que diz que a ausência paterna é duplicada pela excessiva presença materna,

¹⁶⁴ BETTS, 1994, p.60.

¹⁶⁵ CHODOROW apud PATEMAN, 1993, p.57.

¹⁶⁶ BALBUS apud PATEMAN, op.cit., p.57.

¹⁶⁷ OLIVIER, 1986, p.152.

“(...) a criança viverá a maior parte do tempo em seu contato com a mãe, já que o pai ‘saiu de carro’, como diz a criança, com toda a razão. O pai é o grande ausente dessa nova sociedade burguesa de consumo. Curiosa sociedade que, sob o pretexto de aumentar o conforto material graças ao salário do pai, amplia o desconforto físico graças a educação basicamente feminina”.

Dialogando com as teorias e as entrevistas que fiz para a dissertação, aponto o seguinte: é confirmado pelos entrevistados a supremacia do cuidado das mães sobre os filhos, principalmente quando se remetem aos seus pais:

“Eu não sentia falta do meu pai. A gente morava numa cidade pequena, lá, isso era na década de 60, a vida era tranqüila, então mesmo assim tu via, eu via o meu velho todos os dias, almoçava em casa, jantava em casa. Mas ele não era de chegar em casa, perguntar, conversar com os filhos, saber como é que foi, como é que não foi no colégio. Isso tudo era responsabilidade da minha mãe, a minha mãe é que cuidava disso. Então ele só vinha almoçar para ir trabalhar, vinha jantava e saía.” (B., 39 anos.)

“... o modelo de pai daquela época (década de 60) também não é um modelo que tenha dado certo, enfim que seja algo a ser seguido, mas era uma referência que as pessoas tinham e tem...” (F. 38 anos).

“Na realidade, ele não se preocupava em transmitir muita coisa (se referindo ao pai). Quem educou a gente foi a mãe. O pai nunca, ele não se preocupava com esse tipo de coisa: - ‘Olha, eu vou dar um exemplo para o meu filho...não sei o quê’. Aquela coisa que acontecia muito no interior naquela época, já naquela época nem tanto, mas antes principalmente, pouquinho antes, pegar o filho levar para zona e tal. Para ele (o pai): - ‘Quer ir para a zona, vai. Não quer, não vai.’” (E., 33 anos)

Estes trechos são uma pequena amostra de um universo de questões trazidas por estes homens sobre seus pais. Fica evidente que as mães ocuparam, em muito, o lugar do cuidado e da preocupação com a “formação” destes, o que também marca a ausência paterna.

É de chamar atenção um elemento que considero significativo: não se trata simplesmente de afirmar que os pais estavam ausentes da educação dos filhos, mas de realizar insistentemente a queixa da ausência paterna enquanto **experiência** de uma **relação** entre pai e filho. O se abster da “preocupação sobre...”, por mais que fizesse parte de um legado e de um modelo de paternidade legítimo à época, é denunciado por estes homens como uma falta no exercício de uma experiência de proximidade, de contato, por isso me refiro à experiência de uma relação. Esta “falta” também compromete a “transmissão”, pois coloca a questão: o que é para ser seguido?

Estes homens não deixam de afirmar a existência de um determinado modelo. Todavia, é um modelo que se coloca e coloca a questão: o que se segue? No sentido mesmo da herança de modelo paterno. É a questão de fazer presença pela ausência. A presença-ausência que se faz herança. Tanto a herança, quanto a forma de transmissão tinham respaldo e legitimidade por uma certa tradição patriarcal e machista, que preconizava o modelo de relação filial e afetiva entre pai e filho(a).

Justamente por se tratar de uma “relação” filial, se vê implicada com o terreno amoroso. Corro o risco, pela falta de precisão teórica, de não deixar bem explicado o que seja este “amoroso”, mas penso aqui naquele sentimento que assim pode ser nomeado por um pai ou uma mãe quando se referem aos filhos¹⁶⁸. Mesmo em se tratando de um sentimento que pode parecer tão justificável quando se pensa nele no contexto dos laços de uma família, este mesmo sentimento não está imune às forças de interpretação da tradição. Por isso que falar de amor entre um pai e um filho, há algumas décadas (e quem sabe até hoje em dia!), era um feito quase improvável. O que se deixa ver na aparente “despreocupação” dos pais com os filhos, quase como uma maneira de demonstrar que o afetivo não tinha lugar, principalmente entre o pai e seu filho homem.

¹⁶⁸ Considerando, também, as influências das narrativas do amor romântico como já referi .

Eram os temores de feminização dos homens, como se a demonstração de carinho e afeto via contato corporal fosse abalar a necessária resistência ao campo dos afetos. Resistência que dava provas de que um homem de verdade sabia e podia controlá-los.

Interessante perceber que é quase uma reatualização de princípios da masculinidade que retornam em diferentes tempos históricos, basta pensar nas pedagogias da virilidade e em seus princípios para a construção de um homem. Sendo relevante o fato de que o pai, nestas formas de ausência que relatei, parecia não conseguir diferenciar seu lugar de pai do lugar de um homem na educação e formação de um outro homem. Digo isto pensando que os temores que inviabilizavam, por exemplo, a proximidade corporal e, por sua vez, de expressão amorosa, se regiam pelos tabus de uma cultura masculina que preconizava, nos mecanismos de brutalidade, a estratégia de forjar um **homem de verdade**.

“Acho que o padrão de masculinidade se expressa de várias formas. Essencialmente, é a sensação de que só se é homem de verdade ao tratar o próximo como menos homem. É a crença de que de certa forma só dá para atingir certo grau de masculinidade sem a presença de mulheres ou somente na companhia de outros homens, ou através de atos que até certo ponto lhe deixem diante das mulheres se achando melhor do que elas. Acho que o padrão de masculinidade vem muito da crença de que existe um homem de verdade.”¹⁶⁹

Vai ficando cada vez mais visível que a herança masculina carrega, como legado, mecanismos de brutalidade para assegurarem que um homem assim se torne. Quando me refiro à brutalidade, não expesso algo que tenha apenas na violência física o seu feito, mas que também está colocada na forma do distanciamento afetivo, que marca com a falta do que seria o íntimo, uma violência simbólica, pois proíbe uma expressividade.

Um dos homens entrevistados, ao se referir à forma de convívio com seu pai, dá uma idéia do modelo de “homem” à época:

¹⁶⁹ Depoimento de um homem de 40 anos apresentado por NOLASCO, 1997, p.18.

“...o convívio, a minha referência com papai foi muito pouca porque o convívio era um convívio, à época, bastante reduzido (...) então, essas experiências de convívio é que eu acho que me faltaram mais. É um pouco assim, de modelo de homem daquela época, não ter muita proximidade afetiva, mais distanciamento. Eu ficava às voltas sempre com a minha mãe e com a minha irmã (...) então eu tive muito esse convívio com as mulheres, um convívio muito caseiro, mas com as mulheres.”
(F., 37 anos)

Este “modelo” diz respeito tanto aos homens quanto aos pais, porque o pai servia como uma referência de confirmação deste “homem de verdade”. Apresento, no próximo capítulo, questões da herança cultural brasileira que reforçaram tais modelos.

6. PATRIARCADO E CULTURA BRASILEIRA: o caso brasileiro.

Neste capítulo, exponho as repercussões dos legados patriarcais no Brasil, as marcas de um tipo de colonizador e as transformações do final do século XIX. É a apresentação dos homens-colonizadores, dos “pais” brasileiros e alguns aspectos da sociedade brasileira no tocante às representações de gênero. Revisitando, também, as heranças de um Brasil que, por muito tempo, esteve bem atado a tradições patriarcais severas, se utilizando daqueles signos culturais para definir a identidade masculina de homem e de pai.

Mostro as versões sobre masculinidade desde a versão do colonizador até a dos higienistas, que pretenderam instaurar outros códigos sexuais que não os da “mistura”, e sim da raça pura. E os estatutos tanto de homem quanto de pai se modificam com os diferentes discursos. Porém, seus legados se fazem sentir até os dias atuais.

No Brasil, como em outras sociedades complexas, os significados sexuais não podem ser reconhecidos por um único sistema interpretativo. Por esta razão, Parker (1991) ao se referir à cultura sexual brasileira vai configurar um quadro de múltiplos subsistemas interpretativos, com raízes na própria colonização e nos respectivos mitos sexuais fundados desde então. Subsistemas que, através de referências culturalmente construídas, se enlaçam às subjetividades e possibilitam aos sujeitos interpretarem suas próprias experiências sexuais.

Os subsistemas comportam as marcas imprimidas no imaginário social que, aos poucos, vão sendo transformadas em sistemas interpretativos. Por exemplo, a interpretação que foi sendo construída e colada no imaginário social para macho ou fêmea tem suas raízes em uma ordem social patriarcal e que, ainda hoje, tem definido e interpretado lugares sociais hierarquizados para homens e mulheres. Estes conceitos também fizeram parte das fundações dos significados sexuais construídos no Brasil.

Trata-se do problema dos gêneros, no qual a dominação simbólica se exerce por valores culturais que, ao transformarem macho em homem e fêmea em mulher, criaram conceitos de masculinidade e feminilidade, hierarquizando distinções a princípio anatômicas. Logo, funciona como um sistema interpretativo que produz, por sua vez, diferentes sistemas de poder.

Intrinsecamente ligado à questão de gênero está o **legado da tradição patriarcal** que, como afirma Freyre (1984), se tornou essencial para interpretações da sociedade brasileira.

O modelo clássico da família patriarcal sustentada na autoridade do patriarca se tornou unidade social dominante no período colonial brasileiro, responsável tanto pelos processos de integração social quanto de socialização individual.

Este modelo clássico consistia em uma família nuclear composta pelo patriarca, sua mulher e os filhos legítimos, todos morando na casa-grande da fazenda. Entretanto, ao redor deste núcleo, na chamada periferia, formava-se um outro grupo de fortes vínculos com o patriarca, constituído pelas concubinas, amantes, filhos ilegítimos, escravos, rendeiros, amigos e clientes (Freyre, 1984).

A hierarquização, própria ao sistema, se baseava principalmente no exercício da força pelo patriarca - o que, por vezes, se transformava em violência:

“O domínio do pai sobre o filho menor - e mesmo maior - fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar. O patriarca tornara-se absoluto na administração da justiça de família, repetindo alguns pais, à sombra dos cajueiros de engenho, os gestos mais duros do patriarcalismo clássico: matar e mandar matar, não só os negros como os meninos e as moças brancas, seus filhos.”¹⁷⁰

Na força das marcas da tradição patriarcal desde o período colonial, a divisão hierarquizada entre homens e mulheres vem se construindo. O simbolismo da violência também se apresenta pelos mecanismos de oposição e diferenciação que caracterizam as relações entre os gêneros.

¹⁷⁰ FREYRE, 1984, p.69.

Através da figura do patriarca, o homem passa a ser caracterizado, pelo poder que lhe é investido, em termos de superioridade, força, virilidade, atividade, potencial para a violência e o legítimo uso da força. A mulher, em contraste, em termos de sua evidente inferioridade, como sendo em todos os sentidos o mais fraco dos dois sexos - bela e desejável, mas de qualquer modo sujeita à absoluta dominação do patriarca¹⁷¹.

Também contribuíram, para reforçar as divisões de gênero, as interdições e proibições religiosas que, desde o início do período colonial até hoje, exercem força de lei no imaginário social. Entretanto, a questão da sexualidade no discurso religioso redimensiona-se, pois seus significados passam a ser questionados não apenas na vida cotidiana normal, mas também nas suas repercussões na vida eterna.

O ideal cristão colou perfeitamente ao regime patriarcal sem, todavia, desfazer os lugares sociais hierarquizados para homens e mulheres. Ao contrário, mantinha a dualidade e ambigüidade características do universo sexual brasileiro. Pois, em função do ideal de família nuclear, impunha uma:

*“ (...) força estabilizadora na caótica vida sexual do Brasil colonial, assegurando continuidade econômica e política, confirmando linhas de herança que iam do patriarca a seus filhos homens legítimos”*¹⁷²

Mesmo com estes propósitos, a intervenção religiosa não conseguia frear ou interditar os impulsos sexuais do patriarca para com as mulheres da periferia, fora do núcleo familiar, por exemplo escravas.

O sexo dentro dos propósitos cristãos, deveria se dar entre homens e mulheres casados, sendo a monogamia a lei estabilizadora. O outro significativo estabilizador, que assegurava continuidade, estava fixado às linhas de herança. Mas estas linhas não diziam respeito apenas aos aspectos econômicos e materiais, mas também à tradição; de pai para filho, o pai enquanto homem e patriarca passando ao filho homem legítimo o legado de **como deve ser** um homem. Esta herança mantinha e assegurava os ideais sociais, culturalmente construídos, para os gêneros.

¹⁷¹ PARKER, 1991.

¹⁷² CÂNDIDO apud PARKER, op.cit.

Herança que necessitava do núcleo familiar, com seus lugares tradicionalmente constituídos, mas que dizia respeito efetivamente ao universo masculino, pois se tratava de uma transmissão homem a homem, transmissão do legado masculino abençoado por Deus.

A Igreja Católica também não poupou esforços com as tentativas de cristianização da vida sexual de escravo(a)s, africano(a)s e crioulo(a)s, obrigando os senhores patriarcas a autorizarem os matrimônios. Estas tentativas visavam prevenir os pecados e domesticar os impulsos sexuais dos colonos. Entretanto, somente pequena parcela dos africanos e seus descendentes sacramentaram as uniões conjugais, predominavam as uniões consensuais ou “amancebais”¹⁷³.

Gilberto Freyre (1984), através de um panorama histórico, fornece subsídios teóricos e descritivos fundamentais para o entendimento do que vem a ser chamado de matriz ou matrizes dos sistemas interpretativos que brasileiros e brasileiras, ainda hoje, se utilizam para significar o universo de práticas e costumes sexuais.

Da constatação acerca do começo da vida brasileira, Freyre (op.cit.) faz uma incisiva relação entre este “início” e o ambiente altamente sexualizado. A expressão “intoxicação” provavelmente esteja referida à miscigenação, à mistura das raças e das culturas que, segundo o autor, iniciaram uma nova civilização nos trópicos.

Raças e culturas que trouxeram consigo, repertórios sexuais e os respectivos sistemas interpretativos. Portanto, não foram apenas nos planos objetivos que houve misturas, mas também nos subjetivos, nos interpretativos.

Tanto assim o foi, que Freyre (op.cit.) enfatizou as marcas que a “mistura de raças” deixou no corpo e também na alma brasileira:

“Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo- há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil- a sombra , ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro ” (p.283).

Segundo o autor, o encontro colonial inicial no Brasil foi inundado por uma espécie de atmosfera erótica; o deslumbramento do europeu ante uma suposta

¹⁷³ MOTT, L. 1988.

liberdade sexual extrema, própria dos trópicos, com um regime moral livre das restrições das tradições européias¹⁷⁴.

O “encontro colonial inicial” dispõe sobre o encontro dos português(a)s com os ameríndio(a)s, mas que em seguida se completa com a entrada de africano(a)s. E a mistura se dá, então, de forma quase total entre estas três raças distintas.

Com estas constatações Freyre vai se referir à formação da população brasileira como efeito inegável das misturas de raças. Para ele, tanto a prática sexual quanto a diferença racial são, da mesma forma, elementos constitutivos e definidores do povo brasileiro.

Mesmo positivando os efeitos da “mistura”, Freyre (1984) deixa transparecer aspectos de ambiguidade e ambivalência a ela relacionados, como por exemplo, na sifilização que assolou o período, a representante do lado negativo das misturas:

“À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sifilização. Começaram juntas, uma a formar o brasileiro-talvez o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia; outra, a deformá-lo. Daí certa confusão de responsabilidades; atribuindo muitos à miscigenação o que tem sido obra principalmente da sifilização”¹⁷⁵.

¹⁷⁴ apud PARKER, 1991.

¹⁷⁵ PARKER, 1991.

6.1 O DISCURSO HIGIENISTA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NOS SIGNIFICADOS DA MASCULINIDADE E DA PATERNIDADE

Costa (1989) analisa as transformações nos contratos amorosos, casamentos, bem como as modificações ocorridas nos comportamentos afetivos e sexuais, entre homens e mulheres desde o final do século passado e início do atual, no Brasil. Decorrentes, em parte, das mudanças propiciadas pelo discurso médico-higienista em composição com todas as mudanças que também vinham se dando em nível mundial nas transformações dos códigos sociais e morais sobre o terreno amoroso, como já apontei no item sobre modernidade e amor romântico.

Conforme Costa (op.cit.), no período colonial brasileiro os casamentos se realizavam pelas razões ou interesses familiares, cabendo aos pais ou responsáveis a escolha dos cônjuges para os filhos. Sendo assim, ficava tácito que o amor não era um elemento fundamental para o laço ou a união conjugal.

O dote serve como um bom exemplo para ilustrar a natureza dos interesses envolvidos no contrato matrimonial da época. Através do dote a mulher passava ao marido parte dos bens da sua família de origem. Esta implicação do dote com o casamento era tal que muitas mulheres sem dote ficavam, praticamente, condenadas ao celibato.

“A circulação de bens condicionava a circulação de mulheres e prescindia do amor para se efetuar”¹⁷⁶.

Junto com esta característica econômica materializada no dote, os casamentos também apresentavam uma forte disparidade etária entre os cônjuges. Era comum o casamento de homens bem mais velhos que as suas esposas.

¹⁷⁶ COSTA, 1989, p.216.

Costa (1989) busca nestes exemplos deixar evidente que a união matrimonial entre homens e mulheres não estava radicalmente baseada na esfera do amor, mas numa forma de contrato social muito preocupada com a defesa da propriedade. Os homens eram senhores e soberanos das suas esposas, por mais que fosse delas o dote. Estes eram os princípios sociais e da ética religiosa da Colônia, o que ficou bem ilustrado nos escritos de Freyre (1984).

Princípios e concepções que foram se modificando no século XIX, mudando os cânones para um bom casamento. Neste período entra em cena a preocupação fundamental com os filhos, a chamada proteção da infância e com ela todos os aparatos científicos, da ordem de um outro saber. Saber oriundo de uma racionalidade técnico-científica, que também impusera novas regras ao contrato conjugal.

“Não se tratava mais de amar o pai sobre todas as coisas, e sim a raça e o Estado como a si mesmo”¹⁷⁷.

Esta nova forma de organização matrimonial fundava-se nos discursos emergentes sobre a infância, passando o casal a se preocupar com os filhos e não com os pais. Uma outra relação com o tempo. Da preocupação com o laço que perpetuasse a tradição das gerações passadas através de herança econômica, passou-se para a preocupação com o futuro. A infância como este representante vivo do futuro, do lugar de aposta em sonhos, em devir.

Filhos ao invés dos pais, algo que se mantém com vigor atualizado, pois esta condição, baseada na superação dos pais, tem fortes implicações nas relações que os sujeitos estabelecem com o próprio sentido do passado e dos legados, implica um determinado modo de relação com a tradição. Inicia neste período, no Brasil, o chamado império da infância, da “sua majestade, o bebê”. É o início da corrosão do matrimônio colonial pelo paradigma da “proteção à infância”, discurso que vinha se sustentando no plano global moderno. Também vinha se caracterizando por exigir uma outra forma de união conjugal.

Com o paradigma que colocou a infância como centro das preocupações do casal, estava a influência da idéia do amor romântico. Tem-se a criação de um outro lugar social para a infância, junto, também, a outra representação de amor,

¹⁷⁷ COSTA, 1989, p.218.

praticamente uma ressignificação do laço amoroso, conforme apontei anteriormente. Apenas quero reforçar que estas modificações também atingiram a sociedade brasileira e os significados culturais para as sexualidades, os gêneros, e das relações filiais.

Um dos argumentos usados contra os interesses que moviam os casamentos passados pode ser assim resumido:

“De casamentos contraídos debaixo de maus auspícios (...) nascem filhos que têm sempre ante seus olhos o péssimo proceder de seu pai, de sua mãe ou de ambos, simultaneamente mal-educados, recalcitrantes a seus ascendentes, destituídos de ternura fraternal, sem a menor noção de virtudes domésticas, base das virtudes sociais”¹⁷⁸.

Este argumento, segundo Costa (op.cit), é base do pensamento higienista da época, que foi um dos discursos que impulsionou a reorganização do matrimônio, ou seja, recolocou as ordens de preocupação para as famílias.

Foi seguindo a tradição higienista que as relações entre membros da mesma família passaram a ser cada vez mais inviabilizadas, principalmente por ameaçarem a formação de uma prole saudável, seguindo a crença de que tais uniões produziriam filhos fracos. Nessa mesma perspectiva do cuidado com a prole, também foram sendo inviabilizadas as uniões entre pessoas com muita diferença de idade. Quando falo de pessoas com significativa diferença de idade, refiro-me basicamente a homens mais velhos e mulheres bem jovens, até mesmo porque esta era a diferença permitida até então.

“O velho tinha os órgãos reprodutores ‘enfraquecidos’ e com suas ‘funções perturbadas’, o que o tornava igualmente inapto a procriar”¹⁷⁹.

O discurso higienista associado às transformações gerais da época foi, no Brasil, quem muito conduziu e deu legitimidade aos novos códigos das intimidades ou da vida privada.

¹⁷⁸ GOMES apud COSTA, 1989, p.220.

¹⁷⁹ PORTUGAL apud COSTA, op.cit., p.220.

Como afirma Rousseau¹⁸⁰, na sociedade moderna as verdades vão se estabelecendo por força das convenções. Somando a isto a emergência da racionalidade científica sobre os eventos da vida, o discurso higienista, por estar ancorado nesta racionalidade, convencionou outros modos e concepções sobre conjugalidade, o ser homem-pai, mulher-mãe, entre outros.

Tanto foi assim, que as próprias concepções de herança sofreram modificações. A riqueza de bens materiais, até então considerada condição para a efetuação do casamento, vai sendo substituída pela idéia da **hereditariedade**. A preocupação primordial era que a prole herdasse características de pais com boas constituições físicas e morais.

É a ascensão do paradigma da saúde, corpo e mente são. É óbvio que o aspecto financeiro da herança continuava contando; contudo, seria mais valorizado quanto mais associado com os aspectos considerados saudáveis em termos de saúde física e moral.

*“A nobreza do nome e opulência dos bolsos
minguariam num invólucro físico e mental
debilitado”¹⁸¹.*

O discurso higiênico privilegiou, colocou em cena, elogiou, bem como produziu discursividades sobre os corpos saudáveis e reprodutores. Quanto mais saudáveis, melhor a qualidade dos frutos da reprodução.

A infância foi colocada num lugar, ao mesmo tempo, privilegiado e carente de proteção. Entretanto, não se tratava de disparidade, pois justamente por representar o ideal das uniões conjugais, o fruto do amor entre duas pessoas que se escolheram, requeria todos os cuidados indispensáveis, inclusive para dar continuidade a este projeto.

A ascensão tanto da infância quanto da saúde estabeleceu novos critérios valorativos. Haja visto que a velhice passa a ser extremamente desvalorizada, tida como improdutiva, conservadora, praticamente condenada ao esquecimento. Imagem

¹⁸⁰ ROUSSEAU, 1997. 17 ed.

¹⁸¹ COSTA, 1989, p.222.

que contrasta com a da velhice em tempos anteriores, sustentada pôr representações de sapiência, serenidade, respeito.

Segundo Costa (1989), estas redefinições sociais do final do período colonial puseram a sociedade e o Estado num lugar privilegiado em relação à família e às castas. Estas mudanças foram atacando o **patriciado colonial oitocentista** e tudo o que pudesse estar relacionado com aquela organização sócio-familiar.

O pensamento higienista entendia que o patriarca colonial possuía poder absoluto sobre suas mulheres e filhos. Isso se ampliava para relações extraconjugais. Muitas vezes, tais relações geravam filhos ilegítimos. Os higienistas propugnavam a defesa detes filhos através do discurso médico. Dessa maneira, se aliavam às mulheres pela via do saber e atacavam os patriarcas.

Ao atacarem os **velhos patriarcas**, eram os **pais** que estavam sendo atingidos:

“Reduzindo a figura do pai à parca condição biológica do velho, a higiene despojava-o de sua aura epopéica. A decadência física e moral era uma maneira de transportar para o social o cerceamento que vinha sofrendo a função político-econômica do chefe de família”¹⁸².

É o enfraquecimento do poder paterno. Mesmo que as tentativas visassem o ataque a um tipo de poder absoluto, do qual o patriarca se encarregava de sustentar, é inegável que também a paternidade foi sofrendo transformações.

Ao meu ver, estas mudanças foram importantes do ponto de vista da necessidade de se quebrar com modos e pensamentos absolutistas na condução da vida social e familiar. Também porque este modo absolutista, machista e excludente, tornava um ser-masculino superior a qualquer lei social, sendo ele a própria lei. Contudo, as repercussões deste enfraquecimento do pai nos vínculos familiares ecoam até hoje. É como se tivéssemos passado do absolutismo do poder paterno para a absoluta negação da importância do pai, principalmente na relação criança-filho(a)-pai.

Repercussão que, acredito, tenha abalado os estatutos da formação da masculinidade como um todo, tendo em vista que mulheres e crianças foram eleitos

¹⁸² COSTA, 1989, p.225.

como signos emblemáticos para a formação dos novos cidadãos. Foi um uso de uma racionalidade que unia, em torno de si, médicos, mulheres e crianças contra o poder do *pater familias*.

Para Costa (1989) o higienismo contribuiu para as novas definições de papéis tanto dos homens quanto das mulheres dentro da família. Este movimento contribuiu em aspectos essenciais no que tange às formas de poder dos homens sobre mulheres e outros, porém colocou os homens em posição quase que de desorientação.

Acredito que estaria configurado desde aí, um embrião da chamada crise da masculinidade atual. Entendendo que as mudanças sofridas pelos significados e sentidos da paternidade foram repercutindo entre as gerações de homens e pais que se sucederam ao longo da história. E, por acreditar que há uma profunda relação entre paternidade e masculinidade, entendo que as transformações acerca do lugar do pai tanto na família quanto no discurso social mais amplo, também vão referir às condições da masculinidade naquele tempo.

O higienismo também andava de braços dados com uma nova escritura amorosa entre homens e mulheres. A higiene tirou proveito dos valores que exaltavam o amor, como aqueles dos heróis e heroínas da literatura francesa: sinal de bom gosto e civilidade de costumes. Porém, tentava conformar uma nova visão das pessoas sobre o sexo e o amor com um padrão moral para a vida familiar. O contrato amoroso estabelecia as regras de comportamento entre maridos e esposas, fazendo do amor o substituto da ética religiosa-patrimonial.

O pressuposto do casamento por amor era a escolha individual.

O amor como o elemento de elo entre homem e mulher seria o responsável pela criação de um casal. Seriam, assim, unidos pelo amor. Isto serviu como freio ao sexo descontrolado, até mesmo porque este tipo de sexo não servia aos interesses do Estado que queria uma família fecunda, mas responsável.

Esta concepção de responsabilidade associada ao amor e ao contrato desta conjugalidade amorosa tinha no Estado um grande interessado, pois servia como garantia de que os filhos seriam cuidados e mantidos pelos pais. Não bastava procriar, era preciso também se responsabilizar por eles. Caso contrário, o Estado arcaria com

um custo elevado em educação e saúde, e a mortalidade infantil continuaria tão alta quanto no período colonial.

É curioso perceber que, mesmo tendo uma suposta aliança entre o higienismo e as mulheres em prol do desmantelamento do poder absolutista de um modelo político e arbitrário patriarcal e machista, este mesmo higienismo, ao se ligar e incorporar as versões de uma nova idéia de amor, propunha a criação e regulação dos novos papéis sociais de homens e mulheres no casamento.

O discurso médico higienista fixou e naturalizou as características dos sexos. Como estas características dispunham sobre as diferenças entre os sexos, o amor servia como atenuante destas diferenças, servia como “traço de união do casal”.

As mulheres eram definidas como mais frágeis que os homens. Fragilidade física, mas que se associava com delicadeza e “debilidade de sua constituição moral”¹⁸³. Dos homens, **força e vigor** serviam como traços que definiam tanto a constituição física quanto moral.

Por um lado, as mulheres recebiam o título de “especialistas” nas faculdades afetivas relacionadas ao amor e aos sentimentos. Em contrapartida, estas mesmas habilidades as colocavam num lugar mais fraco do que os homens, do ponto de vista do entendimento de força moral e de caráter, da época.

As explicações e justificativas sobre a inferioridade das mulheres em relação aos homens tinham nas explicações biologicistas e médicas, uma ancoragem:

*“Toda constituição moral da mulher (...) resulta da fraqueza inata de seus órgãos; tudo é subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem”*¹⁸⁴.

A natureza não diferenciou apenas anatomicamente homens e mulheres, mas conferiu a estas diferenças características morais. Estes mesmos discursos estabeleciam a preponderância das capacidades afetivas nas mulheres e das intelectuais nos homens. Costa (1989) cita o Dr. Gall, reconhecido por estabelecer os pressupostos científicos para as diferenças entre homens e mulheres, baseando-se nas diferenças anatômicas do cérebro.

¹⁸³ COSTA, 1989, p.235.

¹⁸⁴ BARROS apud COSTA, op.cit., p.235.

Vários argumentos foram produzindo uma cientificização das características morais. As mulheres se caracterizavam por fraqueza intelectual, pois eram muito mais “sentimentais” do que “filósofas”. O campo dos afetos, seu território por excelência. E justamente por ser, por natureza, dada ao campo sentimental, constituía seu espírito a representação da instabilidade, caótico, mas próprio para o amor:

*“Em amar e ser amada resume-se a vida da mulher”*¹⁸⁵.

Todas estas descrições de características pautadas por justificativas, em muito da ordem médica, chegavam todas no mesmo propósito: colocar as mulheres num lugar intelectualmente inferior aos homens. Em compensação, mais aptas para o amor.

Dos homens compunha-se um repertório de definições pautadas, principalmente, por **representações de virilidade**. Compreendendo que virilidade e amor eram praticamente opostos, pois o amor poderia por a virilidade em risco. Isto não significava que os homens não tivessem direito e acesso ao amor, só que este amor masculino “era menos consistente e menos abnegado que o amor feminino.”¹⁸⁶

Estas características definidas enquanto “de mulheres” e “de homens”, mesmo sofrendo várias transformações, são percebidas até os dias atuais. É ainda bastante comum associar passividade, submissão, meiguice, docilidade, como características da “natureza” feminina. E características mais associadas com o racional, o autoritário, menos amoroso, mais duro, como sendo próprias da “natureza” masculina.

Retomando: estavam dadas, pelas condições da natureza dos sexos, diferenças comportamentais e sentimentais que tornavam e conformavam o amor muito mais do lado das mulheres do que dos homens, algo como uma “maior propensão a...”.

Um dos usos do amor se deu justamente enquanto elo de ligação entre estas disparidades. Uma questão em muito me chamou a atenção, o fato do discurso higienista dispor sobre a **paternidade** e a **maternidade** como o lócus fundamental para homens e mulheres firmarem o acordo, o contrato necessário à conjugação das diferenças dos planos afetivos. Ou seja, homens e mulheres precisavam tornar-se pais

¹⁸⁵ BARROS apud COSTA, 1989, p.236.

¹⁸⁶ COSTA, op.cit., p.237.

e mães para então formar a unidade, o encaixe entre a dureza e a suavidade, o afetivo e o racional.

Além deste ideal de conciliação amorosa entre homens e mulheres via um novo contrato conjugal - baseado na escolha, no amor recíproco e verdadeiro, ao invés das determinações sócio-econômicas familiares - este mesmo ideal de amor começou a configurar um modo de educação dos filhos. Educar com amor, educar enquanto expressão de amor, enquanto uma das maneiras de amar.

Amar, educar, cuidar, passaram a ser sinônimos e função *sine qua non* dos adultos tornados pais (pai e mãe), não por obrigação, mas por amor.

Conforme Costa (1989), o discurso médico hegemônico enfatizava que somente enquanto pais e mães os sujeitos poderiam amar na forma mais sublime e inspirada de amor.

“Ser pai e ser mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher. Finalidade inscrita na natureza sentimental de cada um. Finalidade que permitia, ao mesmo tempo, a plena realização do potencial sexual e amoroso do homem e da mulher, o respeito pelas diferenças específicas dos cônjuges e a tranquilidade, coesão e continuidade da vida em família”¹⁸⁷.

Note-se que é um discurso que permite múltiplas possibilidades de análise. Chama a atenção o fato de colocar os homens numa posição quase que radical de falta amorosa. Todas as características masculinas giravam em torno de definições que o concebiam como ser da razão, da ordem, da lei diante do caos que representava o universo feminino com seu desarrazoado mundo dos afetos, sentimentos. Por outro lado, começava a propor um modelo de paternidade no qual o laço amoroso constituía o vínculo entre pai e filho, laço amoroso obviamente intermediado e potencializado pela mulher-mãe.

Começava a se apresentar para os homens, constituídos sob signos do guerreiro, do macho-viril, do varão e trabalhador, uma forma de expressão dos seus afetos, via paternidade:

¹⁸⁷ COSTA, 1989, p.238.

“Esposo e Pai é quando o homem julga-se feliz; é quando a razão se esclarece mais e robustece as doutrinas moralizadoras do dever; é quando o homem deixa de ser uma simples alegria para os que os ampararam e votaram-lhe carinho e amizade, e torna-se o chefe da família, símbolo da virtude e do respeito”¹⁸⁸.

O discurso higienista no Brasil, junto com as transformações sociais mais amplas, “contribuíram”, em parte, na construção de uma **proposta de modelo de homem e de pai necessários aos novos tempos modernos**.

Como se tornou inconcebível o pai patriarca, detentor de todo o poder sobre a vida e a morte de crianças e mulheres, seus súditos, precisava-se um outro modelo, também forte e também chefe, porém ressignificado na autoridade. A autoridade se fundava, então, na racionalidade e na força do saber, um dos elementos-símbolo do sujeito moderno. Ao mesmo tempo, este saber sustentado por diferentes narrativas, também estava colocado nos poderes que se constituíam enquanto reguladores das novas ordens sociais de ser, fazer, pensar e sentir modernos.

Este homem tornado pai, diferentemente do pai colonial, não era mais senhor-soberano, é sim um “funcionário da raça e do Estado”. Do pai proprietário ao pai funcionário, com deveres para a família no sentido dos provimentos materiais, reprodução (raça), além de exaltar o patriotismo da sociedade.

“Este pai foi o manequim higiênico do homem. Forneceu as medidas de masculinidade social e comportamento físico em que se encaixava o adulto viril”¹⁸⁹.

Este também foi um modelo de uma forma hegemônica de masculinidade. “Masculinidade social” e “comportamento físico” mostram bem a eficácia das narrativas culturais que tem uma definição da conduta e dos sentimentos mais apropriados aos homens. Esta eficácia atinge seu auge quando consegue corporificar tais narrativas. É a produção dos corpos sexuados, corpos traduzidos e trazidos para as relações sociais.

¹⁸⁸ COSTA, 1989, p.238-9.

¹⁸⁹ COSTA, op.cit., p.240.

Mostrei, até esta parte do trabalho, alguns elementos históricos e culturais que foram construindo e definindo um determinado padrão de referência para a masculinidade, uma identidade. Para tanto, se dispôs de vários artefatos em tal empreendimento, desde os pedagógicos (escolares ou não), passando por mecanismos mais violentos e brutais, sustentados numa tradição que reconhecia em determinado processo, o mais apropriado para a construção de um “verdadeiro homem”. Isto porque estava bem delimitado o que era um “verdadeiro homem” ou um “homem de verdade”.

7. AS MASCULINIDADES E AS PATERNIDADES DIANTE DAS QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.

O percurso que trilhei até aqui se pautou pelo seguinte objetivo: mostrar que o gênero (no caso da minha investigação, o masculino) é mais do que uma aprendizagem de papéis, é “constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas”.¹⁹⁰

E as heranças e as tradições, por serem essencialmente lingüísticas e históricas, reatualizam práticas e discursos generalizantes. Portanto, ser pai e ser homem só pode ser compreendido na dimensão de uma experiência. Experiência que se dá numa fusão de horizontes entre os sujeitos-intérpretes da tradição e a própria herança da tradição. Principalmente, porque estes sujeitos são radicalmente históricos e de linguagem. Toda compreensão que fazem sobre suas vidas e experiências se sustenta nesta profunda radicalidade histórica e de linguagem.

Esta compreensão me permite trabalhar com o conceito de “masculinidade”, tal como Connell¹⁹¹ o construiu, entendendo que

“A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”.

Vários elementos são enfatizados por este conceito. Ao apontar para as “práticas”, refere que as ações tem racionalidade e significados históricos. As masculinidades, enquanto posição dos homens, são corporificadas e sociais, justamente porque as diferenças sexuais dos corpos são incorporadas à prática social e fazem parte do processo histórico. E, ainda, tal conceito refere gênero enquanto uma estrutura complexa e ampla, que engloba desde a economia e o Estado até a família e as sexualidades. Portanto, não está referido apenas às dicotomias de papéis de sexo.

¹⁹⁰ LOURO, 1996, p.12. Este conceito se refere aos “gêneros”, não diz de uma especificidade da masculinidade. Entretanto, no contexto desta dissertação, me aproprio dele para pensar as construções das masculinidades.

¹⁹¹ CONNELL, 1995, p.188.

Estas compreensões situam as masculinidades e as paternidades como construções sociais, históricas, **mutáveis** e relacionais.

E é justamente por acreditar nesta característica mutável de qualquer experiência e/ou instituição humana que tomo as masculinidades e as paternidades sob uma compreensão hermenêutica. Ou seja, elas também são efeitos de interpretação, portanto podem ser compreendidas enquanto “projetos”. Tal como apontado por Connell¹⁹², pensar nas construções como “projetos” significa compreendê-las como algo perseguido “ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas”.

Para a hermenêutica contemporânea, a tarefa do intérprete é descobrir a pergunta a que um texto vem dar resposta. A compreensão se dá através da pergunta.

“Ao entendermos a pergunta colocada pelo texto, fizemos já perguntas a nós próprios e, por conseguinte, abrimo-nos novas possibilidades de sentido”¹⁹³

Iniciei o primeiro capítulo desta dissertação perguntando: o que é ser pai?

Ao se colocarem esta pergunta, os homens de hoje buscam novas possibilidades de sentido, novas aberturas às experiências que são encorajadas pelas próprias experiências, sendo que “...a verdadeira experiência é da nossa própria historicidade”¹⁹⁴.

Utilizo essa compreensão sobre experiência pelo fato dela remeter a experiência a um processo, um contexto, ou seja, não descarta a posição do sujeito, nem superestima o contexto. Pois, na verdade, o fundamental é a relação do sujeito com seu contexto e seu tempo, desta se faz uma experiência.

Quando os homens-pais se perguntam o que é ser pai, também se interrogam sobre o pai que tiveram, tem, ou que não existiu.

“A experiência muitas vezes lembra a dor do crescimento e uma nova compreensão. Tem que ser constantemente adquirida e ninguém pode livrar-nos dela. Gostaríamos de poupar aos nossos filhos as ‘experiências desagradáveis’ que tivemos, mas não

¹⁹² CONNELL, 1995, p.190.

¹⁹³ BLEICHER, J. 1980, p.161.

¹⁹⁴ op.cit. p.160.

*podemos impedir que adquiram experiência, pois esta é algo que pertence à natureza histórica do homem*¹⁹⁵.

Um dos homens entrevistados expressa tal indagação:

“... quando resolvi que ia casar, que ia ser pai, eu parei para pensar como é que eu ia ser pai.” (A., 39 anos)

Quando o entrevistado se interroga a partir do “como”, não está se referindo apenas ao exercício, mas ao significado, ao que ele vai passar a responder enquanto pai. Neste movimento de buscar construir significados e sentidos, de se colocar num outro lugar, (pois também será “pai”) e interroga sobre seu próprio pai, por isso se torna intérprete.

Em outra entrevista dialogada, o entrevistado comenta:

“...eu nunca tive muito esta experiência de filho para poder ser, digamos assim, poder ter uma experiência acabada do que é ser pai.” (F., 37 anos)

Poder ser, poder ter, ser e ter para poder. Aqui aparece esta questão muito significativa da necessária “experiência de filho”, que é uma experiência da “relação”, do aprendizado, pois quando fala do lugar de filho para poder pensar em como ser pai, está colocando na relação o fundamento da experiência. Filho que observa, aprende com o pai, também, o que é ser pai. São posições que falam de diferentes lugares numa mesma estrutura, mas que estão uma em referência à outra. A posição filho coloca o pai num lugar de pai, mas também a posição pai dá o contorno para a posição do filho, é o caráter referencial da relação. Posições que se sustentam, por isso que a experiência de filho, de ocupar e ser reconhecido nesse lugar, se faz muito importante do ponto de vista subjetivo, social, de uma experiência que terá seus efeitos sobre futuras experiências.

Pensando um pouco mais nesta dimensão da experiência que coloca o intérprete nesse lugar de diálogo constante com a herança e a tradição, trago um outro relato bastante emblemático:

¹⁹⁵ PALMER, 1989, p.199.

“Ser pai depende da condição de cada um (...) mas tu tem tuas heranças, heranças de cultura, de valores (...) tu tem todas as tuas raízes, as tuas coisas, e isso é estranho assim...” (E., 33anos)

Está colocado através dessa fala a intrínseca relação do sujeito com a sua história - mais que isso, o seu profundo caráter histórico. Fala de uma condição que requer interpretação, tradução desta história, as heranças e raízes.

Me chama a atenção o “estranho” falado pelo sujeito. Interpreto este sentimento-sensação como tendo o seguinte sentido: por mais que o sujeito fale da necessária condição, ou seja, posição, de se situar diante e com a sua história, tem algo que o habita e fala nele; o estranho que só vai se revelando na própria experiência de cada um, mas que está, em parte, ancorada, enraizada, enlaçada em outros tempos.

A paternidade, para além de ter sido uma construção histórica e social, introduzindo um outro elemento na filiação, que não apenas a mãe, também vem se constituindo, nesta cultura, como mais um elo de transmissão dos legados da masculinidade. É por esta razão que vários grupos de estudos sobre os problemas das masculinidades hoje, tem no estudo da paternidade um dos grandes eixos de problematização.

Diante de todo este repertório de signos e significados de uma tradição cultural da masculinidade eu me pergunto: estaria **esta** masculinidade em crise? Na verdade, esta foi uma das primeiras interrogações que me fiz, juntamente com a pergunta sobre como é ser pai nos dias de hoje.

Num primeiro movimento, bastante intuitivo, tomei a paternidade como aquele elemento simbólico que possibilita articular processos de transmissão, herança, construção de identidade, entre outros. Não estou, com isso, querendo afirmar que exista uma linearidade no sentido do pai para o homem, ou do homem para o pai, como se um dependesse do outro para se fazer. Mas, justamente, uma construção que se dá nesta articulação: masculinidade com paternidade, paternidade com masculinidade.

Esta articulação vem demonstrando ser eficaz, principalmente quando se percebe que as discussões recentes sobre paternidade, paternagem, estão empurrando as discussões sobre as transformações nos territórios das identidades masculinas. Ou seja, as possibilidades de emergência de uma nova paternidade, no sentido de toda uma redefinição dos conceitos de cuidado, de relação carinhosa, amorosa, da expressão dos afetos masculinos, requer uma nova masculinidade. Por isso a questão: há crise na masculinidade hoje? Todo este campo de redefinições da paternidade e da masculinidade está relacionado com crise?

Crise das próprias definições do que seja masculino, homem e, principalmente, crise nos **mecanismos formadores** dos “homens de verdade”. O que seria um “homem de verdade” diante de todo um contexto de pluralidade, de ressignificação dos valores?

A herança não é algo que se controle, é uma experiência intrinsecamente lingüística, e é esse caráter que permite a sua compreensão. A masculinidade tem, como herança de uma tradição patriarcal, um modelo hegemônico definido como uma configuração de gênero de uma masculinidade branca, heterossexual e dominante. Pretendido como modelo cultural ideal. Esta herança que busca se colocar como padrão exerce efeitos de controle

“...através da incorporação do habitus (Bourdieu, 1983), da ritualização (no sentido antropológico) das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino e subordina outras variedades”¹⁹⁶.

O que se chama de “crise da/na masculinidade” hoje, se define, inicialmente, diante das rachaduras produzidas no modelo hegemônico de masculinidade e nos processos pelos quais este modelo buscava se instituir. Processos sustentados, principalmente, pelas instituições de caráter formador e socializador, como escola e família.

Estar mergulhado nessa crise significa travar longas e duras negociações com modelos, discursos e juízos de valor, que mostrei em parte ao longo da dissertação.

¹⁹⁶ MEDRADO, 1998, p.158.

Portanto, essa “crise” também se insere num contexto de transformação pelo qual passam as sociedades contemporâneas de um modo geral.

Proponho uma compreensão sobre a crise da masculinidade a partir, basicamente, de dois elementos: da redefinição da própria masculinidade e da emergência da chamada “nova paternidade”.

Um entrevistado aponta muito bem as possibilidades de compreensão da “crise”:

“...eu acho que nós, homens, eu acho que nós nunca conseguimos nos envolver ou nos identificar enquanto um gênero porque a gente nunca parou para se incomodar com isso. Quer dizer, era uma coisa tão natural, ela vinha, a masculinidade toda, ela vinha se dando assim, essa coisa do macho, ela veio se dando na vida da gente por uma herança e o mundo era assim. A sociedade era toda os homens que mandavam, as mulheres não tinham emprego, não trabalhavam, não tinham opinião. (...) Acho que a gente sempre se identificou por estereótipos, por modelos que a gente procurava não seguir, mas aí, instintivamente acabava fazendo, eu acho que a gente nunca parou para pensar nisso.” (F. 37 anos)

Esta fala retrata a naturalização da cultura, o que, conforme trouxe o entrevistado, construiu um lugar hierarquicamente diferenciado para homens e mulheres. Para comprovar a hierarquia ele chega a empregar a palavra “instintivamente”, denotando esta naturalização, que se aproxima do que descreveu Bourdieu¹⁹⁷ sobre a somatização das relações de poder e a dominação masculina. Também demonstra que o processo de construção dos gêneros não significa apenas aprendizagem de papéis, como já citei, mas um repertório subjetivo, somatizado e “incorporado” que define o lugar de cada um no mundo e para si mesmo.

É neste contexto que a crise tem seu valor inestimável, pois ela vem produzindo fissuras no padrão socialmente estabelecido de masculinidade, apontando para possibilidades de diferenciação com relação ao padrão. Isso significa que se trata de produção de “fissuras” ao nível dos sujeitos, mas também das instituições. Ao

¹⁹⁷ BOURDIEU, 1995.

desconstruir o modelo referencial do “homem de verdade”, para que tipo de masculinidade, ou de masculinidades, se educará?

“Uma das possibilidades que se abrem diante dessa crise diz respeito à transformação da intimidade. Habitualmente, para um homem, esse é um terreno tenso e confuso. O contato, a proximidade, a troca, a solidariedade e a cumplicidade são, ainda, dimensões pouco conhecidas por ele.”¹⁹⁸

É pela via da transformação da intimidade que identifico o elo entre crise masculina e uma nova paternidade porque, na escuta dos homens-pais de hoje, um dos fortes elementos que se presentificam na relação é a experiência do afeto. Afeto traduzido e falado por eles como “proximidade”, “parceria”, “participação”, enfim, expressões de envolvimento afetivo que marcam um outro tipo de experiência **na e com** a intimidade. Experiência de contato entre esses pais e seus filhos(as). Principalmente, experiências que não tiveram com os seus próprios pais.

Tradicionalmente, as prerrogativas para um “homem de verdade” excluía cuidados e contatos físicos com as crianças que pudessem estar associados com carinho, carícia, toque. O contexto da paternagem ficava, então, caracterizado pelo distanciamento. Principalmente porque esta compreensão de “intimidade”, por efeitos de uma herança patriarcal, estava mais associada ao universo feminino, da mulher.

“Para um homem, a noção de intimidade não pertence a seu processo de socialização, não é algo que ele vá aprender, exercitar e desenvolver.”¹⁹⁹

Um relato exemplifica esta dimensão da transformação da intimidade:

“...hoje a gente se envolve muito mais com a gurizada (...) eu gosto de sair com eles, de jogar futebol com os maiores ou então de brincar com os baixinhos. A gente quando faz uma festa lá dos amiguinhos dos baixinhos, fica na festa também, conversa, bate-papo. Esse envolvimento também vai muito dos afazeres cotidianos. Essa coisa do dar banho, do limpar, do trato com a criança, até certo ponto isso pode ser visto como uma fragilidade, mas para mim é extremamente bom isso, me faz bem, eu

¹⁹⁸ NOLASCO, 1997, p.17.

¹⁹⁹ NOLASCO, op.cit., p.20.

me sinto bem podendo fazer isso, podendo dividir essas coisas com a minha mulher". (F., 37 anos)

Essa noção de "envolvimento" que implica intimidade, desde o contato de uma proximidade corpórea até os "afazeres domésticos cotidianos", introduz os homens em uma dimensão da vida e das relações considerada como um campo emotivo prioritariamente feminino. Por isso todos os temores presentes ainda hoje no que diz respeito a essas expressões, tanto o é que o entrevistado fala que isso (cuidado com a criança) pode ser considerado "fragilidade". Compreendo esse temor da fragilidade como a expressão de um temor de feminilização, muito presente no modelo de educação dos meninos, no qual está prescrito um distanciamento de tudo que possa significar uma experiência de interiorização e emocionalidade.

*"Expressar emoções é coisa de mulher, ela é que é conhecida nesse aspecto por sua senhoridade. Socialmente é permitido a ela sentir-se insegura diante de uma situação nova, esse sentimento não desqualifica a representação de seu papel de mulher (...) Diferentemente, o homem cresce **aprendendo** que essa dimensão está fora de sua vida afetiva."²⁰⁰*

Entretanto, novas concepções e compreensões acerca da participação mais efetiva-afetiva dos homens no cotidiano familiar, principalmente no cuidado para com a(s) criança(s) que vem caracterizando uma "nova paternidade". Este termo vem sendo empregado por pesquisadores, pela mídia, mas também por alguns pais que se identificam com algo do "diferente", principalmente quando tomam seus pais por referência, e se colocam num diálogo com estas heranças.

No plano conceitual

o adjetivo 'novo' (...) alude a um movimento político e conceitual (desenvolvido principalmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus) acerca dos modos contemporâneos de exercício da paternidade, que embora ainda carregue em si uma variedade de preceitos e regras 'velhas', mostra-se em contraste com o precedente²⁰¹.

²⁰⁰ NOLASCO, 1997, p.21. Grifo meu.

²⁰¹ MEDRADO, 1998, p.154.

Um entrevistado faz uma tradução muito interessante do que pode estar sendo compreendido como “nova paternidade”:

“...eu sinto que tem hoje uma discussão em tornar o pai uma figura mais humana, só que os caras, de repente, não sabem como vão fazer. Confundem tornar humano e amigo, com tornar bobo. Eu sou muito brincalhão, brinco com meus filhos, eles brincam comigo...” (A., 38 anos)

A expressão “mais humana”, dita pelo entrevistado chamou a minha atenção como uma das características que poderia estar definindo uma “nova” paternidade. Pode representar, ainda, uma diferença em relação aos modelos mais tradicionais de paternidade. Curioso é que esta expressão me levanta a seguinte questão: de que humano está se falando? Tendo a compreender isso como um pedido de uma relação mais “humanizada”.

Este mesmo entrevistado continua...

“E os próprios pais, acho que estão querendo isso, hoje, também. Não ser mais aquele carrasco assim...”

Há uma compreensão em tornar “mais” humano diferenciando do “carrasco”. Estas idéias me remetem à história da paternidade, este “carrasco” faz parte de um modelo legitimado culturalmente para um homem-pai exercer poder de vida e morte sobre seus súditos. Este significante “carrasco” também pode ser compreendido como aquele modelo sustentado em uma economia de afetos e expressões de intimidade, algo de uma privação muito concreta deste tipo de experiência.

O tornar “mais humano”, como um contraponto ao modelo da privação dos afetos e sentimentos, vem sendo uma das alternativas encontradas por alguns pais para se tornarem mais “próximos”, “parceiros” dos filhos

“...eu sempre tive uma queixa assim, do meu pai porque quando eu nasci o meu pai tinha quarenta anos e ele sempre era velho, ele nunca jogava bola, ele nunca fazia nada, nunca brincava e até por isso que eu tenho essa coisa de brincar (com os filhos) e tal, de achar isso uma coisa importante.” (E. 33 anos)

“...pai ruim é aquele pai que não é parceiro do filho, da filha, que o filho não sinta ele como parceiro. Eu acho que o filho precisa do pai como parceiro para ver TV, para jogar bola, tem que jogar junto. Hoje em dia menina joga bola também, tanto que a minha está em escola de futebol júnior. O menino também. Aliás, eu só jogo com eles. Vou lá e jogo, dou umas corridinhas. Isso né, participar das coisas que eles gostam de fazer, isso eu acho que é.” (A., 38 anos)

Escuto estes relatos e percebo o quanto a questão “participar” se faz emergente, definindo, muitas vezes, novas atitudes no cuidado e na relação com os filhos. Esta participação nem sempre está colocada por pais que estão casados e convivem diariamente com seus filhos também escuto isso de pais separados e divorciados que estão colocando novos elementos na relação com seus filhos, muitas vezes independentemente do vínculo matrimonial.

É a presença masculina numa expressão que reivindica tomar para si, também, um outro lugar na estrutura familiar, seja ela mais clássica ou rearranjada, que não fale apenas daquele lugar de provedor financeiro ou mantenedor do sustento econômico, do tipo: à mãe, o coração; ao pai, o bolso. É óbvio que isto que estou colocando e me referindo ainda não é algo generalizado nesta sociedade, mas fico otimista em pensar que já é possível dialogar e se questionar antigos padrões.

E qual seria a implicação, então, entre todo este campo de redefinições das masculinidades e das paternidades com a educação? É óbvio que estou pensando em educação como uma grande instituição social que envolve, entre outros elementos, a escola e o processo formal de ensino.

Pensando que estas novas experiências podem significar novas transmissões, os legados de outras masculinidades passam a acontecer na via das novas paternidades, num primeiro momento. Entretanto, só isso não basta. Como afirmei anteriormente, os processos de construção emergem da fusão dos horizontes dos intérpretes e suas heranças, portanto algo que também implica projeto. E esses “projetos” envolvem “encontros complexos com instituições (...) e com forças culturais (...)”²⁰²

²⁰² CONNELL, 1995, p.190.

Dentre estas instituições se encontram as escolas. Muito mais que simples estabelecimentos, estas instituições, por serem generificantes, sustentam discursos, práticas e significados no cotidiano ainda atrelados a significações de gênero que nem sempre corroboram com os estados de mudança que venho apontando. Ou seja, a desconstrução da representação social do “homem de verdade” implica um processo complexo, que tem de incidir sobre todas as instituições que se encarregam, e são encarregadas, de transmitir e dar sentido a um determinado repertório de significações. Ou seja, se faz necessário insistir em outras possibilidades de sentido para a masculinidade.

“Mudanças nesse campo não são fáceis (...) para conseguirmos uma transformação efetiva será preciso superar diferentes barreiras culturais e ideológicas, institucionais e individuais, de homens e de mulheres.”²⁰³

Uma dessas dificuldades diz respeito à ressignificação do lugar dos homens na educação infantil²⁰⁴. Dentre um dos obstáculos, está a presença arraigada do mito de que esta atividade diz respeito às mulheres e à feminilidade, sendo que todo o repertório de significados sobre o que seja “masculinidade” também contribui para isso. A figura do cuidador parece ficar fortemente associada ao do abusador ou do efeminado:

“Estudos estrangeiros (...) mostraram que a presença desses profissionais no interior das creches e pré-escolas gera preocupações e ansiedades quanto à hipótese de abuso contra a criança (onde as políticas de atendimento à criança são regidas por visões que podem associar homens e violência contra crianças).”²⁰⁵

Esta associação entre homem e violência, que gera toda uma compreensão acerca da masculinidade como desprovida das condições necessárias ao cuidado e amparo do outro, principalmente se esse outro for criança, é um dos caros legados da tradição masculina e do contexto do surgimento da paternidade. Como mostrei, o

²⁰³ MEDRADO, 1998, p.153-4.

²⁰⁴ SAPAROLLI, 1997.

²⁰⁵ SAPAROLLI, op.cit., p.33.

surgimento da paternidade tem, no seu berço: domínio e disputa com o outro, batalha e guerra, marcas da violência. Portanto, não é à toa que essas compreensões se sustentam no imaginário social até hoje, porém isso não inviabiliza a necessária ressignificação, o que já está sendo sinalizado pela “nova paternidade”.

Percebo que todo este movimento, mesmo que ainda tímido, em torno das ressignificações do lugar do pai, da paternagem, são fundamentais para uma mudança nos padrões da masculinidade, mas também para todo um contexto social. Como mostrou muito bem o pesquisador Connell (1995), se trata de um trabalho dos homens, mas não apenas destes, de reapropriação e ressignificação do “dividendo patriarcal”. Pois este “dividendo” está presente em muitas das nossas estruturas mentais e sociais.

Um entrevistado trouxe os seguintes elementos de reflexão que, me parece, apontam para uma ressignificação:

“Eu acho que se existe alguma crise, na minha opinião, é essa...essa falta da gente buscar uma identificação de gênero que seja própria, que não nos confunda com o outro gênero, mas que nos dê uma identidade de um gênero, digamos assim, socialmente não prejudicial, ou seja, justo socialmente, socialmente justo. Digamos assim, um gênero que saiba interagir com os outros sem ter que mostrar superioridade, sem ter que, enfim, ficar preocupado com este mostrar superioridade.” (F., 37 anos)

Nesta interpretação que alguns homens-pais e mulheres, vem fazendo sobre os repertórios da masculinidade, tem lugar aquilo que Connell (1995) nomeou de “estratégia de re-generificação”. Entendo que este é o trabalho vital para se alcançar alguma mudança. Gosto muito dos exemplos trazidos por Connell sobre possíveis “estratégias”...

“O teórico gay italiano Mario Mieli propôs uma estratégia ‘transsexual’ para a liberação, convocando uma gama de símbolos - heterossexuais e gays, femininos e masculinos - numa improvisação constantemente mutante.”²⁰⁶

²⁰⁶ CONNELL, 1995, p.199.

A idéia presente nestas estratégias é a de “re-compor” os elementos de gênero: tanto os simbolismos quanto as práticas de gênero ficariam disponíveis para as pessoas. Uma nova ou, pelo menos, diferente composição de papéis tão rígidos ou mesmo de repertórios gestuais, formas e formatos de desempenho sexual, com diferentes formas de relação com o próprio corpo. Isso certamente ressignificaria alguns legados, herdados do dividendo patriarcal, que fazem com que a masculinidade seja considerada “prejudicial aos homens”²⁰⁷.

Então, uma nova paternidade implica numa possível reinterpretação da herança masculina da tradição patriarcal. Numa outra relação pai-filho também se coloca uma nova estratégia de re-generificação, o que considero uma nova pedagogia entre esses pares.

Também estas estratégias de desmontagem e reconstrução podem se efetivar via um trabalho educacional no plano institucional. O que envolve

*“...tentar reformular o conhecimento, expandir a compreensão e criar novas capacidades para a prática.”*²⁰⁸

Ações anti-sexistas tem se constituído de trabalhos educacionais que se caracterizam por expressarem a busca de contra-narrativas e de contra-significados hegemônicos.

Cito Connell²⁰⁹:

“Uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la.”

²⁰⁷ FORMANI apud NOLASCO, 1997, p.24.

²⁰⁸ CONNELL, 1995, p.204.

²⁰⁹ CONNELL, op.cit., p.205.

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil concluir algo que está colocado como um processo, o que também diz respeito ao meu trabalho de investigação nesta temática. Compreendo as mudanças que vêm ocorrendo na paisagem dos territórios masculinos como o início de um movimento que ainda tem muito para acontecer.

Uma palavra me ocorre para expressar o que chamo de uma conclusão “temporária”. Esta palavra é desassossego.

O desassossego masculino, com e sobre a masculinidade já se faz presente. Por mais que não seja um processo que se vislumbre de uma maneira generalizada, pois tem atravessamentos de classe social e de faixa etária, entre outros, mesmo assim ele se presentifica. Se presentifica em atitudes de homens-pais na relação com seus filhos, se presentifica nas discussões sobre diferenças e semelhanças entre homens e mulheres na sociedade contemporânea, se presentifica na denúncia de uma sociedade que foi injusta com as mulheres, mas que também impôs um preço à masculinidade para poder sustentar o lugar “inabalável” de superioridade.

Este trabalho representou para mim, enquanto homem, um profícuo diálogo com as minhas próprias heranças, me possibilitou um repensar meu lugar no mundo. E por mais que possa parecer algo banalizado e batido, percebi a força que tem a história, a invenção humana, a força das convenções. Somos efeito, mas também somos “projetos”, temos convenções, mas temos as possibilidades das reinvenções, somos intérpretes. Traduzimos e interpretamos, somos sujeitos do nosso tempo.

Acredito que as masculinidades e as paternidades estão vivendo um tempo de ressignificação, uma possibilidade de avaliação do quanto se perdeu em nome de determinados códigos de “honra”, em nome de alguns mitos que propunham uma verdade sobre a masculinidade. Homem de verdade. Verdade do homem. Mitos que propunham forjar um homem de verdade.

O que se percebe hoje é que estas “verdades” estavam muito mais na ordem das instituições e convenções, do que em uma essência masculina. Os mecanismos e

estratégias de “formação” se revelaram. Mesmo que alguns afirmem que a sociedade contemporânea carece de ritos de iniciação, acredito que, em termos da formação deste “homem de verdade”, a lógica da brutalidade - do sempre vencer, da violência e da força como requisitos básicos para afirmar virilidade - ainda faz força para manter seu lugar:

“O homem que, em momentos de reflexão sincera, se pergunta ‘O que há nisto tudo para mim? O que estou conseguindo e o que posso esperar do futuro?’ pode se perceber em um estado de perda considerável que o impede de responder de um modo positivo ou otimista. As mudanças da mulher, combinadas com a sua própria rigidez, colocaram-no contra a parede. Se ele persiste em suas antigas posturas, permanece acusado de chauvinismo e sexismo. Se faz um esforço para assumir novas responsabilidades sem fazer exigências iguais e abre mão de parte de sua tradicional couraça, apenas terminará vendo-se sobrecarregado e extenuado ao ponto da exaustão. Afastando-se completamente do estilo masculino tradicional, pode descobrir aterrorizado que está se tornando invisível, assexuado e inútil aos olhos da maior parte das mulheres e mesmo da maior parte dos outros homens, que se afastam de um homem que não tem emprego, posição e poder.”²¹⁰

A re-composição ou “re-generificação”, tal como apontada por Connel (1995), implica numa transição. Necessária e fundamental para o estabelecimento de novos códigos de relação.

Não acredito que este processo se realize sem angústias, dúvidas, incertezas. De fato, requer contato e proximidade com um universo que é do íntimo. A necessária intimidade com a dor, a alegria, o prazer. Não acredito em descobertas no campo pessoal sem essa íntima relação com as próprias emoções, com a imprevisibilidade deste território.

Percebo os homens se familiarizando com este território pela via da paternidade. A experiência desta nova paternidade está mostrando um masculino que experimenta outra relação afetiva e amorosa com o filho e, ao mesmo tempo, vai

²¹⁰ GOLDBERG apud GIDDENS, 1993, p.166.

experimentando uma nova possibilidade de integração consigo mesmo. Nada melhor que o contato com a criança para fazer essa visita à criança interior.

Escuto nos pais um constante ir e vir entre identificações passadas e a construção de um projeto em nome da diferença. Este movimento de “novos” ou simplesmente “diferentes” pais tem sido criticado por alguns especialistas que acreditam que os pais estão querendo ser mais amigos dos filhos e menos pais, gerando confusões, misturas e falta de autoridade, já que estariam se igualando aos filhos.

Penso que vivemos hoje um importante e significativo processo de ressignificações e de redefinições onde a idéia e a tradicional compreensão de autoridade está abalada. Principalmente, se ela quiser se manter do mesmo jeito e da mesma forma que uma determinada tradição a construiu.

A questão se mantém: o que dá sustento à autoridade de um pai hoje em dia? Pelo percurso que fiz nesta dissertação, me arrisco a pensar que este sustento, e o necessário reconhecimento, estão exigindo um profundo trabalho de “construção” e de negociação. Construção de sentido, que passa pela interrogação: em nome do quê?

A peça publicitária parece ter muito sentido neste momento, quando diz: “não basta ser pai, tem que participar”. Par. Pai. Participar. Parece que o sentido da autoridade paterna, hoje em dia, vive um grande desafio, de fazer par e manter um lugar necessário, especialmente quando o assunto é educação de uma criança, em relação à autoridade, referência e saber.

A paternidade, quando surge na história, já surge com a responsabilidade de ser autoridade. Entretanto, surge despreocupada que esta autoridade esteja relacionada com o cuidado do outro, muito menos deste outro da infância, até mesmo porque ainda não existia um sentimento de “infância”.

Todo este discurso sobre a paternidade e o envolvimento desta com o cuidado e a atenção é muito recente na história, na verdade é muito contemporânea. Por isso, o que está acontecendo no território das masculinidades e das paternidades hoje tem um valor inestimável, pois se trata de uma releitura da própria história, releitura sobre em nome do quê se fez um pai.

“Do ponto de vista institucional, quanto mais prossegue a transformação da intimidade, mais a

transição edípica tende a ficar vinculada à 'aproximação': capacidade dos pais e dos filhos de interagirem tendo como base uma compreensão dos direitos do outro e das emoções do outro."²¹¹

Acredito que ainda temos muito que investigar e problematizar sobre as masculinidades e as paternidades, principalmente em seus arranjos contemporâneos, pois estes apontam para as ressignificações. Deixo a provocação e sigo no desejo de começar "de novo".

²¹¹ GIDDENS, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 5ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1991.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro : LTC, 1981.
- ARILHA, Margareth et al (orgs.). *Homens e masculinidades : outras palavras*. São Paulo : ECOS/ Ed.34, 1998.
- BADINTER, Elisabeth. *XY : sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993.
- BETTS, Jaime A. Missão impossível? Sexo, educação e ficção científica. In : CALLIGARIS, Contardo et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1994.
- BLEICHER, Josef. *Hermenêutica contemporânea*. Rio de Janeiro : Ed.70, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- CALLIGARIS, Contardo. Três conselhos para a educação das crianças. In : CALLIGARIS, Contardo et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1994.
- CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 37, maio 1981.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo : Perspectiva, 1971.
- DUPUIS, Jacques. *Em nome do pai : uma história da paternidade*. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- FLEIG, Mario. Sacrifício ao pai ou sacrifício do pai? In : FLEIG, Mario. (Org.) *Psicanálise e sintoma social II*. São Leopoldo : Ed.UNISINOS, 1998.

- FLICKINGER, Hans-Georg. O ambiente epistemológico da educação ambiental. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. , jul./dez. 1994.
- FOLBERG, Maria N. *Dialética dos discursos de pais e filhos adolescentes: um estudo hermenêutico*. Porto Alegre : UFRGS/FACED, 1983. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 10.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988. v. 1 : A vontade de saber.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. 2.ed. Rio de Janeiro : IMAGO, 1989. v. 21 (1927-1931) : O mal-estar na civilização.
- _____. *Obras completas*. 2.ed. Rio de Janeiro : IMAGO, 1989. v. 13 (1913-1914) : Totem e tabu.
- _____. *Obras completas*. 2.ed. Rio de Janeiro : IMAGO, 1989. v. 7 (1901-1905) : Três ensaios sobre sexualidade.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 23.ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1984.
- GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1983.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca : Ed. Sígueme, 1993. v. 1 : Fundamentos de una hermenéutica filosófica.
- GADOTTI, Moacir. Amor paterno, amor materno: o quanto é necessário, o quanto é insuficiente. In : SILVEIRA, Paulo. (Org.) *Exercício da paternidade*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1998.
- GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In : ARILHA, Margareth et al. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo : Ed.34, 1998.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. 2.ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade : sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo : UNESP, 1993.

- GRUN, Mauro. *Questionando os pressupostos epistemológicos da educação ambiental : a caminho de uma ética*. Porto Alegre : UFRGS/FACED, 1995.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1986.
- JERUSALINSKY, Alfredo. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. In : CALLIGARIS, Contardo et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1994.
- KAFKA, Franz. *Carta ao pai*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- LACAN, Jacques. *Les non-dupes errent*. Livro 21 (1973-1974). Tradução para uso interno da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. 1993.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo : Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)
- LOURO, Guacira. Gênero, história e educação : construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.
- _____. _____. Nas redes do conceito de gênero. In : LOPES, Marta J.M. et al. (orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1996.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico Ocidental : um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo : Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 3.ed. São Paulo : Perspectiva, 1988.
- MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In : ARILHA, Margareth et al. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo : ECOS/Ed.34, 1998.
- MELMAN, Charles. Sobre a educação das crianças. In : CALLIGARIS, Contardo et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1994.
- MOTT, Luiz. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. São Paulo : Papyrus, 1988.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro : Rocco, 1993.

- _____. _____. (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro : Rocco, 1995.
- _____. _____. Um "homem de verdade". In : CALDAS, Dario (Org.). *Homens: comportamento, sexualidade, mudança. Identidade, crise, vaidade*. São Paulo : SENAC, 1997.
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Rio de Janeiro : Ed.70, 1989.
- PALACIOS, Susana A. O que é o pai?. In : DAVID, Sérgio N. (Org.) *O que é um pai ?* Rio de Janeiro : EdUERJ, 1997.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo : Best Seller, 1991.
- PARSEVAL, Geneviève Delaisi de. *A parte do pai*. Porto Alegre : L&PM, 1986.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.
- PRESTES, Nadja H. *Educação e racionalidade : conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1995. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios de direito político*. 17ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero : uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SEDLMAYER, Sabrina. *Ao lado esquerdo do pai*. Belo Horizonte : Ed.UFMG, 1997.
- SILVEIRA, Paulo (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1998.
- TOLSON, Andrew. *Os limites da masculinidade*. Lisboa : Assírio e Alvim, 1983.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro : Vozes, 1994.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais : identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

